

01-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de abertura da 15ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro

Ministério da Cultura e Fundação Biblioteca Nacional vão desenvolver programa de fomento à produção e comercialização de livros mais baratos

Rio de Janeiro-RJ, 1º de setembro de 2011

Boa noite a todos, ou boa tarde, não dá para saber direito aqui dentro. É boa tarde? Obrigada. Boa tarde a todos.

Queria dizer para vocês que eu estou muito feliz de estar aqui neste ambiente, que eu acho que é o ambiente da cultura, do conhecimento e da vontade de saber.

Queria cumprimentar o governador do Rio de Janeiro, meu querido parceiro, companheiro e amigo Sérgio Cabral,

Queria dar um cumprimento especial, um abraço muito apertado na nossa primeira-dama, uma dama de primeira, Adriana Ancelmo,

Cumprimentar também os ministros e as ministras que me acompanham hoje aqui nesta cerimônia, que é muito importante, de inauguração da 15ª Bienal: ministro Fernando Haddad, da Educação; Ana de Hollanda, da Cultura; Helena Chagas, da Comunicação Social,

Meu querido parceiro e também muito amigo, Pezão, vice-governador do Rio de Janeiro, apesar de ser muito... é, “pidão”, então. Rima.

Deputada federal, querida Jandira Feghali,

Senhor Eduardo Paes, meu querido parceiro, amigo e companheiro, prefeito da cidade do Rio de Janeiro,

Senhor Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, presidente da Academia Brasileira de Letras,

Senhor Galeno Amorim, presidente da Fundação Biblioteca Nacional,

Escritor e cartunista Ziraldo, por intermédio de quem saúdo os autores nacionais e internacionais aqui presentes,

Senhora Sônia Machado Jardim, presidenta do Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Eu queria te dizer, Sônia, que eu tive a honra de receber de você – das suas mãos – aquela homenagem dos 50... que dá ao Brasil o papel que ele tem, eu acho, no cenário internacional.

Queria também cumprimentar as senhoras e os senhores dirigentes e funcionários da Biblioteca Parque de Manguinhos, e dizer para vocês que é um encantamento. Quem viu como era – como eu vi –, quem viu a transformação feita pelo governo do Sérgio Cabral e do

vice-governador Pezão e quem depois assistiu, logo no início, a força e a dedicação de vocês, tem certeza que o nosso país tem, no seu povo, a sua grande força. Queria agradecer a todos vocês.

Cumprimentar o professor Ronaldo Messias Lacerda e a nossa secretária de Educação, Claudia Costin. Por intermédio deles cumprimento os profissionais da rede de ensino do Rio de Janeiro.

Senhoras e senhores representantes do mercado editorial, aqui presentes,

Senhoras e senhores jornalistas, cinegrafistas, fotógrafos,

Senhoras e senhores,

A história da Bienal do Livro parece aquelas histórias infantis: era uma vez um evento que reunia 85 expositores, e se destinava unicamente à promoção do mercado editorial. Esse evento foi crescendo, crescendo e a cada biênio sempre alcança um final feliz. Este tem sido o enredo da Bienal. Com números impressionantes a cada nova edição, desdobrando-se em ações que promovem a literatura e ajudam a fortalecer a Educação e a cultura no Brasil. Por isso, como é importante participar, para mim, como Presidenta dessa inauguração.

A principal estrela aqui é o livro, esse companheiro extraordinário que nos permite mergulhar num mundo mágico, um mundo complexo e maravilhoso que é o mundo das ideias que, algumas vezes – e isto é importante – exige esforço; outras vezes, nos diverte e muitas vezes, quando o tempo passa, serve de depositário da nossa memória. Vale aqui repetir uma frase do grande poeta Mário Quintana, de quem eu, especialmente, gosto muito: “o livro traz a vantagem de a gente estar só e ao mesmo tempo acompanhado”.

Poucas, mas muito poucas realizações ao longo da Humanidade têm essa imensa capacidade de trazer a nossa história, a história do nosso país, a história da Humanidade, as tragédias, aquilo que nunca mais pode se repetir, com uma imensa, firme e marcada presença. O livro traz.

Eu sou, como vocês sabem – e aqui eu tenho certeza de que todos os presentes também –, entusiasta do desenvolvimento do nosso país. Acredito que um país precisa de estradas, de portos, de pontes, de aeroportos, de plataformas, de escolas, de hospitais, de bibliotecas. Precisa que haja o fim de algumas dicotomias, como o Sérgio falou aqui. No caso do Brasil, a principal dicotomia era: não era possível crescer e ao mesmo tempo distribuir renda. Nós provamos que sim, é possível crescer e distribuir renda.

Ao provar isso, nós tiramos de uma situação de pobreza milhões de brasileiros. Até maio deste ano eram 39 milhões e meio. Uma Argentina. Quando nós fazemos um processo desses, a gente tem de mudar algumas coisas também e isso também tem que ser concomitante. Nós temos de trazer para o primeiro plano a necessidade de educação e de cultura no nosso país.

Eu sou, desde criança, apaixonada por livro, e eu sei que, para erguer uma nação, nós temos de dar o valor adequado à Educação e à cultura e aos livros. O povo brasileiro, felizmente, ele tem caminhado de um modo firme, de um modo decidido, no sentido de ampliar o seu acesso à Educação, Educação de qualidade.

Está aqui o ministro Fernando Haddad, que esteve presente durante o governo do presidente Lula e está presente no meu governo. Nós fizemos um grande esforço para, da creche à pós-graduação, assegurar que o país tivesse uma melhoria no processo educacional. Reconstruímos universidades que estavam sucateadas, retomamos o ensino técnico, criamos

vagas públicas em universidades privadas através do ProUni. Agora estamos num grande esforço para aumentar as oportunidades de acesso ao ensino profissionalizante, assegurando aos jovens de ensino médio esse acesso. Estamos também ampliando as oportunidades para os adultos deste país terem acesso a uma melhoria da sua capacitação profissional. Nos propomos a – até 2014 – ter em torno de cem mil brasileiros estudando nas melhores escolas do exterior, através de critérios meritocráticos.

Mas eu quero dizer a vocês que eu acredito que ainda falta muito para a gente fazer. Nós vamos... nós ampliamos e vamos continuar ampliando as nossas políticas de acesso à Educação e à cultura. Ações como o Vale-Cultura – que eu espero que o Congresso aprove em breve –, o Plano Nacional do Livro e da Leitura, a implantação de bibliotecas – porque fecharam bibliotecas neste país –, as praças de esporte e da cultura, que vamos implantar até 2014.

Todas essas oportunidades, elas precisam também de uma outra iniciativa, que é o acesso ao livro, seja ele o livro clássico – aquele que quem ama o livro gosta, inclusive até de cheirar –, seja o livro digital, nós temos de garantir à nossa população o acesso ao livro, e isso implica, necessariamente, que uma parte da nossa produção de livros tenha de ser acessível, vai ter que ter preços adequados, até porque isso vai criar um mercado imenso. Porque a maior força deste país está, justamente, na enorme capacidade dos nossos queridos brasileiros e brasileiras, de consumir.

Por isso, eu pedi ao Ministério da Cultura e à Fundação Biblioteca Nacional que preparem um programa para o livro popular. Queremos ter uma ação que fomente a produção e a comercialização de livros baratos. Nós sabemos que os projetos, eles são cada vez melhores e mais formatados, quanto mais a gente abre a discussão para os setores que atuam nessa área.

Por isso, eu aproveito esta bienal, que é uma bienal extremamente bem-sucedida, que demonstra uma pujança enorme, eu apresento e lanço aqui o início desse projeto, dizendo a vocês: uma parte é... Nós somos obrigados a apresentar a formulação inicial, mas eu quero dizer para vocês que eu conto com as sugestões, as modificações e todos os aperfeiçoamentos que vocês têm, sem sombra de dúvida, armazenados e podem contribuir conosco.

Eu gostaria de dizer que esse programa, ele pretende ser um estímulo a toda a cadeia – aos escritores, aos editores, aos livreiros, aos atacadistas – mas, sobretudo, àquele brasileiro e àquela brasileira que podem – podem e vão – amar os livros como o Brasil, certamente, tem esse potencial de amar. Um país que produziu um Machado de Assis, no que se refere a um nome de qualidade universal na literatura; e também um país que produziu, para as crianças, um escritor como Monteiro Lobato.

Eu gostaria, então, de aproveitar esta oportunidade para que todos nós nos unamos em torno de uma proposta para que o livro seja, de fato, um bem de cada um dos brasileiros e das brasileiras. Porque é muito bom não só ter acesso ao livro na biblioteca. É muito... é uma experiência única ter acesso a espaços culturais, como a Biblioteca de Manguinhos, mas também, como consumidora de livro, eu quero dizer que é uma experiência única ter seus livros e você poder lê-los na sua casa.

Eu quero parabenizar os realizadores desta 15ª Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, que se empenharam em cada biênio, e sucessivamente, para transformar este evento em um evento de grande sucesso e de padrão internacional.

Eu desejo a cada um dos sujeitos dessa grande experiência muito sucesso, e quero dizer que nós temos de assegurar uma leitura proveitosa dos livros, sejam eles aqueles que eu mais

gosto, que são os impressos, mas também dos livros digitais, que atualmente também já superei a minha barreira em relação a eles.

Muito obrigada.

▣
Ouça a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-xv-bienal-internacional-do-livro-do-rio-de-janeiro-rio-de-janeiro-rj-15min23s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-xv-bienal-internacional-do-livro-do-rio-de-janeiro-rio-de-janeiro-rj-15min23s)(15min23s) da Presidenta Dilma

01-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração do Complexo Siderúrgico da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (VSB)

Presidenta Dilma destaca os avanços na indústria siderúrgica brasileira e diz que o país tem condições de enfrentar a crise econômica, pois é imbatível pelo seu crescimento econômico e por sua capacidade de defesa

Jeceaba-MG, 1º de setembro de 2011

Boa tarde a todos.

Queria cumprimentar o nosso governador do estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia,

O ministro Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

A ministra Helena Chagas, da Comunicação Social,

O vice-governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho,

O deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais,

O deputado federal Leonardo Quintão,

O senhor prefeito de Jeceaba, Júlio César Reis,

Os senhores prefeitos aqui presentes e, ao cumprimentar o Márcio Lacerda, cumprimento cada um dos prefeitos presentes,

Queria cumprimentar também o senhor Flávio Azevedo, presidente do Conselho de Administração da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil,

E o senhor Tancredo Martins, diretor-geral da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil, por intermédio de quem cumprimento todos os membros da Direção desta *joint venture*,

Queria cumprimentar o presidente Jean-Paul Parayre, do Conselho de Administração do Grupo Vallourec,

O senhor Philippe Crouzet, presidente executivo do Grupo Vallourec,

O senhor Hiroshi Tomono, presidente executivo da Sumitomo Metals,

Queria também cumprimentar o senhor Hisashi Nakagawa, presidente executivo da Sumitomo Metals, e queria, em nome dele, saudar todos os integrantes do Grupo Vallourec e do Grupo Sumitomo, aqui presentes,

Senhores e senhoras empresários do setor siderúrgico,

Senhores e senhoras trabalhadores, que tornam esta usina uma realidade,

Senhoras e senhores profissionais da imprensa,

Jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

Estar aqui hoje em Jeceaba é, para mim, um momento especial porque participo de uma cerimônia muito relevante para o meu país e muito relevante para a minha Minas Gerais.

Primeiro, porque o meu pai trabalhou na usina Mannesmann, que antecedeu, em Belo Horizonte, a empresa Vallourec & Sumitomo. Segundo, porque a inauguração, naquela época, da Mannesmann pelo então presidente Getúlio Vargas e pelo governador Juscelino Kubitschek, em agosto de 1954, marcou de forma indelével a industrialização do nosso país. Ela é um dos marcos da nossa industrialização e, portanto, é um momento a ser sempre lembrado por nós.

Terceiro, porque esse empreendimento que nós hoje estamos inaugurando, ele marca uma nova época do Brasil. Ao longo de muitas décadas, o Brasil parou de investir em siderurgia. O Brasil, um dos maiores produtores de minério de ferro – e de minério de ferro de alta qualidade – diminuiu o seu investimento siderúrgico.

E, portanto, este momento em que nós participamos da inauguração de uma siderúrgica que tem uma característica exemplar – porque domina a tecnologia mais avançada dessa área e, ao mesmo tempo, transforma e agrega valor, em território nacional, ao nosso minério de ferro – é um momento fundamental neste momento, neste próprio momento em que nós somos um dos países que mantêm uma taxa elevada de crescimento e mantêm perspectivas de crescimento muito fortes.

Eu gostaria de destacar também a importância aqui para Minas Gerais e para esta região de ter uma siderúrgica. Não tenho nada contra as fábricas de doce de leite, mas eu acho que uma siderúrgica, ela permite um nível de integração muito importante em um país como o nosso. E isso por quê? Nós somos também um dos países que têm, em termos concretos – não é em termos de potencial – um dos mercados de petróleo e gás mais fortes e promissores do mundo, por dois motivos: primeiro, porque descobrimos uma das maiores reservas de petróleo e gás, a 7 mil metros de profundidade, na nossa plataforma continental. Segundo, porque a Petrobras hoje... nos próximos cinco anos... hoje fez seu planejamento estratégico e nos próximos cinco anos estará investindo US\$ 224 bilhões. É um dos maiores investimentos na área de petróleo e gás do mundo e é, sem sombra de dúvida, um dos maiores investimentos entre as empresas chamadas *majors* da área de petróleo e gás. Isso significa uma demanda bastante forte sobre um mercado fornecedor de bens e de serviços.

Quando se fala na categoria “bens”, nós estamos falando, necessariamente, de siderúrgicas; nós estamos falando, necessariamente, de produtos que vão demandar aço, aço de qualidade, aço para que a gente explore petróleo em condições quase similares à da Lua: alta profundidade, elevada... temperaturas extremamente variáveis, tanto do ponto de vista de temperaturas baixas como de altas, e também grandes pressões.

Tudo isso torna este investimento muito bem-vindo, mesmo que ele seja para exportação neste primeiro momento, e é muito justo que seja porque esse é um mercado, aqui no Brasil, que está em desenvolvimento.

Além disso, eu queria destacar a imensa preocupação – como um terceiro fator –, a imensa preocupação do governo brasileiro com as consequências daquela crise que começou em 2008, que teve sua fase aguda com a quebra do banco *Lehman Brothers*, e que agora atinge a sua fase crônica, com os países da Europa e os países... os Estados Unidos e alguns países da Ásia passando por uma fase que, na melhor hipótese, é de estagnação, e, na pior, de depressão. E isso significa um período longo e complicado no cenário internacional, que

nós lamentamos profundamente porque ninguém pode imaginar que as economias desenvolvidas não tenham um peso importantíssimo na economia internacional. E isso significa redução de demanda internacional.

Porém, eu acredito que os países emergentes manterão um crescimento expressivo e, por isso, sem dúvida alguma, este é o momento também de nós cuidarmos muito do nosso mercado externo, que para nós é um elemento essencial que foi a duras penas conquistado nessa nova etapa, no que se refere à sua diversificação. Nós, hoje, não dependemos de um só país, somos um país que tem uma grande diversificação no que se refere aos nossos destinos de exportação.

Assim sendo, eu queria reiterar para esses investidores para nós tão caros – porque vêm de dois países com os quais o Brasil tem feito uma parceria estratégica ao longo dos anos, com o Japão e com a França –, queria reiterar para eles, que deram demonstração da sua confiança, e eu queria dizer, uma confiança sábia, não uma confiança cega; uma confiança sábia porque, sem sombra de dúvida, esse será um dos países que mais crescerá nos próximos anos, nós temos todas as condições de estar entre as primeiras economias do mundo. E eu quero reiterar para eles, neste momento que todos nós sabemos que é um momento de turbulências, de incertezas internacionais, que o Brasil tem todas as condições para enfrentar a crise. Primeiro, porque nos encontramos em melhores condições, do ponto de vista monetário e financeiro, do que estávamos em 2008, quando fomos os últimos a entrar em crise e os primeiros a sair. Hoje, temos uma reserva que monta a mais de US\$ 350 bilhões; temos, dentro do Banco Central, 420 bilhões de depósitos compulsórios. Eu falo isso porque é uma demonstração de que, para o Brasil, tomar qualquer medida – qualquer medida – de defesa do nosso crédito, tanto nacional como internacional, ele não precisa de usar recursos fiscais. Nós temos reservas e compulsório, o que é muito importante, porque os senhores sabem a dificuldade que os países desenvolvidos estão tendo porque comprometeram uma parte dos seus recursos fiscais, salvando suas economias.

Isso também tem um grande fator de sustentação, que é o fato de nós termos um dos mercados internos que mais crescem, e mais crescem por vários motivos, entre eles o que eu acho que é o mais relevante pelo fato de nós termos trazido para se tornar consumidores – cidadãos, trabalhadores, empreendedores – uma “Argentina” ao longo dos últimos oito anos. Na verdade, 40... 39,5 bilhões... milhões – desculpa – de brasileiros se transformaram em cidadãos consumidores e produtores nos últimos oito anos. É uma “Argentina” em termos de consumo.

É isso, junto com a manutenção dos programas de investimento – um programa de investimento da ordem do Minha Casa, Minha Vida, que começou com 1 milhão de moradias e agora, na sua segunda fase, passa para 2 milhões –, juntamente com investimentos em infraestrutura dos mais variados, tanto na área energética, como na área logística, junto com os preparativos para a Copa do Mundo – os estádios – e também com as Olimpíadas, enfim, junto com as decisões de investir, de grupos, como este que nós hoje estamos aqui visitando, comemorando e parabenizando, que tornam, de fato, o Brasil um país capaz de resistir à crise.

Ao contrário de muitas outras trajetórias e caminhos, o nosso caminho é claro. O nosso caminho é: nós vamos continuar crescendo, nós vamos continuar investindo, nós não queremos o país... em recessão, nós temos armas suficientes, mas nós também vamos manter a estabilidade do nosso país. Por isso é que eu tive o cuidado de frisar que nós temos armas para combater a crise sem gastar, para o fim de conter ações internacionais de especulação ou de consequências financeiras dramáticas em alguns segmentos, como foi a quebra do *Lehman Brothers* em 2009, recursos que não são propriamente os orçamentários.

Finalmente, eu queria voltar para este momento. Eu acredito que estar aqui hoje participando deste momento é algo muito importante para a Presidenta da República. O que eu vi aqui, nesta passagem, mostra de fato um grande avanço na indústria siderúrgica, que eu conheci bem mais, eu diria assim: em comparação com hoje – naquela época a gente achava avançadíssima – mas em comparação com hoje, é absolutamente inimaginável uma linha de produção como a que eu vi na laminadora. Então, eu queria parabenizar; lamentar que não tenha podido olhar com mais cuidado todo o procedimento industrial e dizer que, de fato, para o Brasil e para Minas Gerais, é muito importante que a Vallourec & Sumitomo tenha feito um empreendimento dessa envergadura. E, também, como uma demonstração de como é possível se gerar valor utilizando os minérios de ferro aqui de Minas, algo que muito nos preocupa.

Mas eu queria mesmo era dar parabéns à Vallourec & Sumitomo, ao governador Anastasia, porque eu tenho certeza de que ele é um dos artífices deste projeto, pela sua determinação em viabilizá-lo, pela percepção da importância dele para nossa Minas Gerais.

Cumprimentar todos vocês aqui presentes e agradecer pela atenção, e mais uma vez assegurar a vocês que nós, por esse caminho, somos um país imbatível no que se refere ao nosso crescimento econômico e à nossa defesa em relação às crises internacionais.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-do-complexo-siderurgico-da-vallourec-sumitomo-tubos-do-brasil-vs-b-jeceaba-mg-16min24s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-inauguracao-do-complexo-siderurgico-da-vallourec-sumitomo-tubos-do-brasil-vs-b-jeceaba-mg-16min24s>) (16min24s) da Presidenta Dilma

Salvar

02-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante visita à 34ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer)

Presidenta Dilma destaca o crescimento da agricultura e da pecuária brasileira, o apoio das linhas de crédito do governo federal, e diz que o fato de o país ser uma potência alimentar é uma das melhores respostas à crise econômica internacional

Esteio-RS, 02 de setembro de 2011

Eu queria cumprimentar o nosso governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro,

Cumprimentar o ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra,

Cumprimentar também o governador de Santa Catarina, governador Colombo,

Queria cumprimentar, aqui, os embaixadores presentes nesta cerimônia: o embaixador da República da Argentina, nosso parceiro Juan Lohle; o embaixador da Nova Zelândia, Mark Julian Trainor,

O deputado, presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia,

O ministro Jorge Alberto Mendes Ribeiro, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

O ministro Florence, do Desenvolvimento Agrário,

A ministra Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social,

O nosso vice-governador Beto Grill,

Queria cumprimentar também o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado e amigo Adão Villaverde,

Dirigir um cumprimento especial ao nosso anfitrião, prefeito de Esteio, senhor Gilmar Rinaldi,

Dirigir um cumprimento, também muito especial, à senadora Ana Amélia Lemos, ao senador Jorge Viana, ao senador Luiz Henrique da Silveira,

E cumprimentar, tanto pelas suas palavras como pela abertura do diálogo, a senadora e presidente da CNA, senadora Kátia Abreu,

Cumprimentar também os deputados federais Afonso Hamm, Danrlei de Deus, Dionísio Marcon, Elvino Bohn Gass, Jerônimo Goergen, Luiz Carlos Heise, Manuela D'Ávila, Paulo Pimenta, Pepe Vargas, Renato Molling e Ronaldo Zulke.

Cumprimentar o secretário da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul, o companheiro Mainardi,

Cumprimentar todas as prefeitas e prefeitos aqui presentes,

Em nome do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul - Fetag, e do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag – Elton Weber e Alberto Broch – eu cumprimento todos os trabalhadores da agricultura do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Cumprimentar o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - Farsul, Carlos Sperotto,

Cumprimentar a senhora Elizabeth Cirne Lima, presidente da Febrac,

O senhor Carlos Bier [Claudio Bier], presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas – Simers,

O senhor Vergilio Frederico Perius, presidente da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul – Ocergs,

Queria dirigir um cumprimento especial a todos os expositores da 34ª Expointer,

Queria cumprimentar os senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Cumprimentar todos os gaúchos e brasileiros presentes nesta grande festa da agropecuária brasileira e gaúcha.

Gostaria de dizer aos senhores que eu retorno ao nosso Rio Grande do Sul com enorme prazer para participar da inauguração deste que é um dos maiores eventos agropecuários do mundo. Esta Expointer, que já alcança a 34ª edição, reúne o que há de melhor no Brasil em qualidade, em produção em tecnologia, tanto na exposição de animais, quanto na de produtos e máquinas agrícolas. Ela espelha a capacidade de inovação e a qualidade que estão impulsionando a economia gaúcha e fortalecendo o projeto de desenvolvimento sustentado do Rio Grande do Sul e, portanto, do Brasil.

Os números desta Exposição são impactantes, por isso eu vou repeti-los: 3 mil expositores, perspectivas de vendas superiores a R\$ 850 milhões, mais de 140 mil visitantes até o último dia 30 de agosto. São números, sem dúvida nenhuma, grandiosos, mas extremamente compatíveis com a agropecuária do Rio Grande do Sul. São expressão, sem dúvida nenhuma, da potência da agropecuária que a cada dia o Brasil confirma ser.

Tenho certeza de que nós chegamos aqui com muito trabalho, com o trabalho de cada brasileiro e de cada brasileira que atua na agropecuária, seja na produção agrícola e pecuária, seja na comercialização dos produtos, na produção de máquinas, na produção de implementos agrícolas. É uma cadeia de sucesso que nós temos aqui. Uma cadeia de sucesso a que nós chegamos graças a esse trabalho, a essa dedicação, a esse esforço, a essa garra. Mas também nós chegamos aqui, nos últimos anos, graças também às políticas do governo federal, que se tornaram cada vez mais consistentes e comprometidas com o fortalecimento da atividade que os senhores representam.

Eu não posso deixar de ressaltar algumas das medidas do Plano Safra 2011-2012. Não posso deixar de ressaltar porque elas vão proporcionar um salto ainda maior na qualidade da nossa agropecuária nacional. Nós, de fato, estamos colocando nada menos que R\$ 107 bilhões na forma de crédito, à disposição da agropecuária para financiamento do custeio, do investimento, da comercialização e da infraestrutura produtiva. Estamos colocando R\$ 16 bilhões no Plano Safra da Agricultura Familiar 2011-2012.

No caso do Plano Safra da agricultura e da agropecuária, isso significa um aumento real muito significativo, de 7,2% em relação à safra passada. É sempre bom lembrar que quando

nós chegamos ao governo, em 2003, no Plano Safra 2003-2004 – início do governo do nosso presidente Lula –, o valor colocado para o Plano Safra do agronegócio era apenas de R\$ 27 bilhões, e para a agricultura familiar, R\$ 4,5 bilhões.

De lá até aqui foi um grande esforço, mas nós sabemos que esse esforço tem a ver com o diálogo, com o fato de nós, e tanto o agronegócio como a agricultura familiar, termos sido capazes de dialogar, de nos entender e de, sobretudo, o governo funcionar não como um empecilho, mas como um facilitador, um incentivador da atividade produtiva, seja ela levada por grandes, por médios ou por pequenos produtores.

Um fato ressalta disso tudo: nós soubemos, nesses últimos anos, romper com alguns falsos conflitos. Primeiro, aquele que opunha desenvolvimento à distribuição de renda. Provamos que para o nosso país crescer, ele tinha de apostar na sua maior riqueza, que são os 190 milhões de brasileiros, como produtores, consumidores, trabalhadores. Mas também que o agronegócio tinha de crescer, podia crescer, devia crescer juntamente com a agricultura familiar e que um e outro se ajudariam, criando um círculo virtuoso de crescimento e geração de renda.

O volume recorde de recursos deste ano faz jus à importância e ao trabalho dos agricultores brasileiros. Esses recursos serão oferecidos aos agricultores deste país em condições adequadas ao seu desenvolvimento, principalmente porque nós estamos oferecendo juros que, nas condições atuais brasileiras, são praticamente negativos: juros de 6,75% ao ano, no máximo.

Mas o Plano Safra prevê muito mais do que isso. Todas as medidas que tomamos visam a facilitar a vida do produtor rural, tornando menos burocrática a sua relação com o Estado e criando facilidades para o aumento da produção e da produtividade.

Para começar, não se repetirá todo ano, a cada preparação da safra, a *via crucis* burocrática da apresentação de documentos, sempre começando do zero um procedimento de liberação de crédito. Agora, não; agora, o que foi feito servirá para os próximos anos. Também estamos oferecendo ao agricultor, ao produtor, ao pecuarista o direito de planejar com mais liberdade a sua estratégia de produção e de financiamento.

Agora haverá um limite de crédito único por produtor, e não mais por produto. O agropecuarista decide como vai distribuir os recursos entre suas culturas, tomando decisões conforme seu interesse, sua estratégia e sua visão de mercado. E isso significa o reconhecimento de que o pecuarista, o agricultor é o melhor planejador para sua própria atividade.

Outro ponto me deixa muito satisfeita com esse Plano 2011-2012. É que nós vamos ampliar o apoio dado ao médio empresário rural, porque o médio empresário rural era uma categoria que ficava entre os dois grandes: o “grande” pequeno agricultor e o “grande” grande agricultor. O médio agricultor, desta vez, terá mais recursos e os limites para ele também serão aumentados, e eles serão beneficiados com juros mais baixos.

Nós dirigimos, com esse Plano, um olhar todo especial para a pecuária brasileira. Nós temos certeza de que a pecuária brasileira pode e deve avançar mais. Para isso, nós achamos necessárias linhas de financiamento que apoiem não só a expansão do plantel, mas também a modernização do processo de produção. Criamos linha de crédito para investimento na aquisição e retenção de matrizes, com financiamento de até 750 mil por produtor, para pagamento em até cinco anos; e também ampliamos o limite de crédito de custeio.

Destaco, com muita alegria, a recuperação de áreas degradadas, como as pastagens, e por isso estamos destinando recursos por meio do Programa Agricultura de Baixo Carbono,

recursos substantivos para que haja essa recuperação.

Aqui está uma das dimensões políticas mais importantes do nosso futuro, como maior fornecedor mundial de alimentos. O mundo só vai nos respeitar plenamente se demonstrarmos que somos capazes de produzir sem prejudicar o meio ambiente. E, mais do que isso, se soubermos recuperar áreas ambientalmente degradadas e utilizá-las através de técnicas que compatibilizem o respeito ao meio ambiente e o aumento da produtividade.

Destaco essas medidas porque elas expressam a nossa visão estratégica da agricultura brasileira, que não se encerra no apoio ao agronegócio, como eu já disse. Faz desse apoio uma alavanca, sim, para a produção, para o mercado interno e para o mercado externo. Mas também passa pelo fortalecimento da nossa agricultura familiar que, como eu já disse, terá R\$ 16 bilhões de crédito; passa por garantia a essa agricultura de preços mínimos, de seguro agrícola; passa pela garantia, ao nosso produtor, de habitação rural adequada; passa pelo Serasa, que é um incentivo à agroindústria da agricultura familiar.

Passa também pelo reconhecimento de que nós precisamos ter uma política nacional, mas sempre com o olhar regional, com o olhar para os estados, com a sensibilidade de oferecer, em situações específicas, as ações e os instrumentos necessários ao apoio a uma região, a um produto, a um segmento dos produtores.

Por isso construímos ações especiais para o arroz, aqui no Rio Grande do Sul; para a fruticultura, no Nordeste; para o café e a laranja, no Sudeste. Aliás, esta ação aqui, com o arroz, no Rio Grande do Sul, é uma ação de que muito me orgulho. Ouvimos os produtores e estabelecemos ações que nos permitiram superar os piores momentos para os arrozeiros. Uma vez que os preços reagiram, nós estamos colhendo os frutos dessa atuação, e também nos permitem apontar para um quadro mais estável, no médio prazo, para rizicultura aqui no Rio Grande.

Quero reconhecer aqui o apoio decisivo, a parceria companheira, a iniciativa e a determinação do governador Tarso Genro nas ações que implementamos em prol da agropecuária, em prol do desenvolvimento do Rio Grande, em prol dos produtores de arroz e em prol de todas as iniciativas para transformar este momento que nós vivemos em um momento de crescimento e de defesa do nosso país.

Essa é uma novidade muito importante para o Brasil e para o Rio Grande, e por isso eu quero saudar esta Expointer de 2011, que ocorre em um ambiente de fortalecimento das relações federativas, republicanas, entre o governo do Rio Grande do Sul e o governo federal, entre o governo federal e os produtores, os agropecuaristas e a agricultura familiar.

E quero saudar a capacidade de diálogo, também, do nosso ministro da Agricultura, com o qual eu, pela primeira vez, participo de um ato, com ele, que se refere à sua área, a área agrícola, a área da pecuária.

Quero saudar aqui, também, a presença do nosso ministro do MDA, Afonso Florence, demonstrando que o Ministério da Agricultura, com a capacidade de diálogo do nosso querido Mendes Ribeiro, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem tido uma atitude decisiva de suporte à agricultura familiar, saberão atuar em conjunto, manter a capacidade do diálogo de ações interministeriais, que são as únicas que poderão dar os frutos necessários para o desenvolvimento desse setor.

Senhoras e senhores aqui presentes,

Os ventos que chegam dos países desenvolvidos não são ventos muito bons. Queria assegurar a vocês que o Brasil tem plenas condições de enfrentar este momento de turbulência que nós vimos que está assolando as economias desenvolvidas e que tem

conduzido essas economias a situações de estagnação e até de depressão.

Quero dizer que o Brasil tem os instrumentos para isso. O Brasil, em 2008 – porque esta crise é continuidade daquela de 2008 –, foi o primeiro país a sair da crise e o último a entrar nela, porque naquela época o presidente Lula, com sabedoria, percebeu que a força do Brasil estava no seu mercado interno, na sua capacidade de garantir a sustentação do país.

Eu quero dizer aos senhores que a diferença, também, do Brasil está no fato de que, desde aquela época – e agora muito mais –, para nós nos defendermos, nós não temos as mesmas consequências que os países desenvolvidos tiveram ao se defender. Em 2008 o sistema financeiro privado internacional praticamente esteve à beira de quebrar. Alguns, como os senhores sabem e viram, quebraram, e os governos lançaram mão dos seus orçamentos fiscais e absorveram as dívidas desses grandes bancos.

O Brasil tinha seus bancos devidamente sob o controle do Banco Central, com uma política sóbria, com uma política adequada. E, além disso, nós enfrentamos a crise, naquela época, sem usar, no que se refere à quebra de crédito que houve no mundo e à ausência de crédito no mercado internacional, nós não usamos recursos fiscais. Usamos os depósitos compulsórios, que estão no Banco Central e as nossas reservas.

Hoje esses depósitos compulsórios são muito maiores. Se em 2002 estavam em torno de R\$ 220 bilhões, hoje nós temos R\$ 420 bilhões de depósitos compulsórios no Banco Central. Qualquer problema de crédito, nós temos condição de enfrentar. As nossas reservas internacionais cresceram, de lá para cá, e hoje chegam a 350... um pouco mais de US\$ 350 bilhões.

Ao mesmo tempo, o nosso mercado interno cresceu, a nossa agricultura cresceu, a nossa indústria cresceu. Nós continuamos com programas, como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida. Quero dizer aos senhores que nós enfrentaremos essa crise consumindo, investindo, ampliando e criando empresas, diminuindo impostos, plantando e colhendo os frutos do trabalho da agropecuária brasileira.

Essa crise, ela é uma crise que tem de reforçar o nosso papel como potência agrícola e pecuária no mundo. Nós somos um dos poucos países que tem terra fértil, água potável e insolação em quantidade suficiente para fornecer alimentos ao mundo, com demanda crescente por comida. O Brasil é um dos poucos países nessa condição. Somos, sem dúvida, uma potência agropecuária, capaz de atender o nosso mercado interno, gerando renda e emprego aqui, e também capaz de atender o mercado externo.

Aliás, hoje nós somos um dos maiores mercados consumidores do mundo. Graças às políticas de desenvolvimento e inclusão social que temos adotado, o Brasil possui uma classe média com crescente poder de compra, que quer alimento de boa qualidade na sua mesa. E essa agricultura de que o Brasil dispõe – o agronegócio e a agricultura familiar – é capaz de garantir essa capacidade de consumo do Brasil.

Temos ainda um grande contingente de cidadãos extremamente pobres, e nós temos um programa, o Brasil sem Miséria, que tem por objetivo elevá-los à condição de classe média. Esse grande contingente de cidadãos pobres está, progressivamente, sendo libertos da exclusão. Eles querem e precisam de três refeições por dia, direito fundamental junto com educação, saúde e segurança.

Nós, de fato, somos um país preparado para atender as necessidades de um planeta ávido por comida boa, comida barata. O Brasil tem uma das agropecuárias mais eficientes do mundo, e se vamos ser a quinta economia do mundo no curto prazo, ou se vamos estar entre as primeiras potências do mundo, um dos fatores disso se deve ao fato de sermos uma

potência alimentar e uma potência energética.

Por isso, eu quero dizer que a nossa agropecuária não chegou aqui porque usou só o nosso solo fértil, os nossos recursos naturais – como a água –, mas chegou aqui porque teve uma empresa como a Embrapa, que apostou na melhoria e na produtividade junto com os nossos agricultores. E graças a essa visão estratégica, o Brasil está na posição que hoje está. Todos – grandes, médios e pequenos produtores – construíram essa potência agrícola. Continuar, portanto, plantando, colhendo, criando gado, ovelhas, aves, porcos, enfim, continuar sendo uma potência alimentar: eis uma das melhores respostas à crise.

Senhoras e senhores,

Quero dizer que trabalharemos muito, em parceria, para que a próxima Expointer seja ainda mais bem-sucedida do que a atual. Estamos abertos para discutir o futuro desta grande exposição, que orgulha o Rio Grande e o Brasil.

Quero dizer que nós hoje, aqui, estamos celebrando esta parceria entre o governo federal e o estadual, entre os agricultores, para que a continuidade do crescimento do Rio Grande e do Brasil se tornem cada dia mais o crescimento de cada um dos brasileiros e das brasileiras.

Por 190 milhões de razões, este é um grande dia. Viva a Expointer! Viva o nosso Rio Grande! E viva o nosso Brasil!

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encerrametno-da-34o-expointer-esteio-rs-30min50s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-encerrametno-da-34o-expointer-esteio-rs-30min50s) (30min50s) da Presidenta Dilma

Salvar

02-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega de novos leitos no Hospital Universitário da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)

Presidenta Dilma diz que a população brasileira vai exigir cada vez mais serviços públicos de qualidade, e que vai ser imperdoável o gestor que não se responsabilizar por oferecer bons serviços de saúde

Canoas-RS, 02 de setembro de 2011

Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar o nosso governador Tarso Genro, parceiro e amigo do Rio Grande do Sul,

Meu querido presidente da Câmara dos Deputados, cidadão de Canoas, deputado Marco Maia,

O nosso ministro Alexandre Padilha, da Saúde,

Ministro Mendes Ribeiro Filho, da Agricultura,

Ministra Helena Chagas, da Comunicação Social,

Querida cumprimentar o deputado Adão Villaverde, presidente da Assembleia Legislativa do estado,

Dirigir um cumprimento todo especial a este excelente gestor, prefeito de Canoas, Jairo Jorge,

Querida cumprimentar também o nosso parceiro, prefeito de Porto Alegre, José Fortunati,

Querida cumprimentar os deputados federais aqui presentes, Manuela D'Ávila e Ronaldo Zulke,

Querida cumprimentar o secretário estadual de Saúde, Ciro Simoni,

A vice-prefeita e secretária municipal da Saúde, Beth Colombo,

O reitor da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra, Marcos Ziemer,

O senhor Claudio Seferin, diretor-superintendente do Sistema Mãe de Deus,

A irmã Lucia Boniatti, presidente do Sistema Mãe de Deus,

O senhor Rogério Pires, diretor-geral do Hospital Universitário da Ulbra,

Senhoras e senhores profissionais da Saúde,

Senhoras e senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Senhoras e senhores,

Contam-se nos dedos os países que têm sistemas universais gratuitos e de qualidade na área da Saúde. Contam-se nos dedos! Muitos países ricos não possuem esse tipo de serviço. Nosso país, ele pode se transformar num país exemplar nesta área. Nós podemos dar um grande passo no sentido de transformar esse sistema generoso, que é o Sistema Único de Saúde, num sistema de, cada vez mais, maior qualidade.

Hoje nós estamos aqui para participar de uma cerimônia que evidencia o que é um sistema de saúde de qualidade. É levar ao Sistema Único de Saúde um padrão que nós estamos acostumados a usar, que é o padrão dos hospitais privados.

A grande contribuição dada pelo prefeito Jairo Jorge foi a iniciativa de propor um modelo muito criativo aqui neste hospital. Diante de dificuldades financeiras que levaram ao fechamento desta unidade, o Prefeito propôs uma revolução na gestão. Que revolução? Primeiro, assumiu a supervisão pública, garantindo que aqui se ofertassem leitos ao público. E optou, através de um processo transparente, da seleção de uma gestão privada, que recaiu sobre um setor importante da nossa rede filantrópica de serviços de Saúde, o Hospital Mãe de Deus.

Então, eu começo por aí para dizer o seguinte: um Sistema Único de Saúde do porte do nosso, ele tem de dar conta desses três elementos que tornam esse Sistema extremamente complexo: ser universal, ou seja, atender quem bate à sua porta; ser gratuito, portanto, dar conta da cobertura dos 190 milhões de brasileiros; e ser de qualidade. Geralmente, ou é de qualidade, ou é universal; geralmente, ou é pago, ou é de qualidade. Nós assistimos, durante dois anos, o presidente Obama lutar para aprovar algo que nós reconhecemos desde 1988. Nós estamos na frente? Estamos sim, porque aqui no Brasil ninguém ousa dizer que a Saúde não tem de ser universal e gratuita. E os que pensam que não deve, ficam calados, porque a sociedade brasileira não aceitaria isso. Agora, nós, que fizemos o círculo virtuoso de elevar milhões de brasileiros às classes médias, a bem da verdade uma “Argentina”, nos últimos oito anos e 8 meses, nós tiramos da situação de pobreza e levamos à classe média uma “Argentina”. Nós que fizemos isso – e isso é um círculo virtuoso que nós vamos continuar a impulsionar – nós hoje temos também a exigência de um outro círculo virtuoso, que é a qualidade dos serviços públicos. Quando a população vai para a classe média, ela vai exigir serviços públicos de qualidade: Educação, Saúde e Segurança.

Até agora... enquanto o Brasil era um país feito para poucos, era possível governar e estar fora do sistema público. Agora, para governar, você vai governar para pessoas que estão dentro do serviço público, então usam o serviço público, e vão ter clareza da necessidade de qualidade nesse serviço. É justamente porque o Brasil deu um passo para frente na sua transformação, que vai ser imperdoável o gestor que não se responsabilizar por dar saúde pública de qualidade.

Eu quero dizer para vocês que eu fui eleita com esse compromisso e eu vou levar à frente esse compromisso. E aí, como governante deste país e também com a responsabilidade de gestão que eu tenho, eu tenho obrigação de dizer que nós teremos de fazer o melhor que nós pudermos, com os recursos que temos.

E aí eu quero dizer para vocês que nós podemos fazer muito, ainda, com os recursos que nós temos. O exemplo disso é esta iniciativa que o prefeito Jairo Jorge teve aqui, que o Governador de Pernambuco tem lá, que o Governador do Rio tem lá, que vários agentes políticos deste país estão tendo, que é a parceria público-privada, que é uma revolução na questão da gestão.

Use-se a supervisão pública, a garantia que nós temos de dar, de que todos serão tratados com eficiência na gestão e com a excelência da gestão, que nós temos aqui instituições privadas filantrópicas e sociais de Saúde. Esse é um elemento.

O outro elemento, o ministro Padilha, tentou aqui descrever: vamos usar a Rede, vamos racionalizar a distribuição de serviço, vamos criar, entre a Unidade Básica de Saúde e o hospital, a Unidade de Pronto Atendimento para tratar urgência e emergência e descongestionar o hospital. Perfeitamente!

Vamos também olhar para as nossas unidades e fazer duas coisas. Não só o que é importante... eu não estou dizendo que não é importante. É importantíssimo, tanto é que nós fazemos. Não só criar novas Unidades de Pronto Atendimento, novas Unidades Básicas de Saúde, apostar firmemente na atenção básica, mas também reformar as que existem, assegurar que elas sejam mantidas e dar tanta importância a manter uma Unidade Básica de Saúde quanto a construir uma nova, porque é a nossa responsabilidade com a qualidade da Rede. Isso é algo que nós temos de assumir para nós.

Obviamente, muitas outras questões entram nessa categoria de gestão. Por exemplo, o cartão único da Saúde [Cartão Nacional de Saúde], que pode ser formado por vários cartões, como este que o Jairo Jorge apresentou aqui, que vai permitir que nós saibamos se uma pessoa fez mais de três tomografias por mês, e se fez, por que fez; que vai permitir uma gestão da Saúde de melhor qualidade.

Nós temos orgulho de ter tomado algumas iniciativas nesses oito meses. A Rede Cegonha, que é fundamental para que a gente tenha essa visão integrada de atendimento à gestante, ao parto e ao pós-natal. Nós temos orgulho da questão do combate ao câncer de mama e de colo de útero.

Eu acho – inclusive o ministro Padilha, aqui, me deu um dado –, eu acho importantíssimo também perceber que é uma questão de gestão e também uma questão de justiça distribuir remédio gratuito. Por que é uma questão de gestão? Porque a percepção de que uma porção de gente que não precisa do SUS, mas precisa do remédio gratuito, vai ao SUS e congestionava o serviço. Então, é muito mais barato, socialmente falando, distribuir para aquelas doenças mais usuais – por exemplo, hipertensão e diabetes – o remédio gratuito. Além de ser mais barato, é humanitariamente melhor. E, considerando que essas são as doenças crônicas de maior incidência é, além disso, do ponto de vista da Saúde pública, correto.

O que eu quero dizer com isso é que muita coisa pode ser feita. Mas eu também quero dar alguns dados para vocês: o Brasil, na área de Saúde pública gasta, *per capita*, 2,5% a menos que a Saúde suplementar e privada gasta *per capita*. O Brasil gasta 42% *per capita* a menos do que a Argentina; o Brasil gasta 24% *per capita* a menos que o Chile.

Quando eu digo que é uma visão incorreta, uma visão que é enganosa dizer (*a gente apanha depois – referindo-se ao brinco, que caiu no chão*) que o gasto na Saúde no Brasil é suficiente, é porque se nós quisermos dar um padrão para a Saúde brasileira, para a Saúde pública brasileira e para o Sistema Único de Saúde, nós precisaremos de duas coisas: racionalizar os recursos que nós temos; assegurar maior número de médicos formados; e, ao mesmo tempo, garantir maior cobertura para a atenção básica. Sem esses elementos, nós não iremos transformar profundamente a Saúde pública no Brasil.

O meu compromisso com o povo brasileiro é dizer a ele a verdade, por mais que seja contra a corrente do pensamento dominante. Eu, pessoalmente, acredito que nós temos um trabalho de gestão muito grande a fazer na Saúde. Mas também tenho clareza de que o Brasil, inexoravelmente, terá de destinar mais recursos à Saúde pública. E independe do que esse

ou aquele setor pensa. Quem vai exigir isso com muita clareza é aquela mãe e aquele pai que tem seu filho e usa o Sistema Único de Saúde, e saiu da pobreza e emergiu para a classe média. Ele vai exigir isso deste país.

E eu quero dizer: eu estarei ao lado deles, exigindo isso todos os dias na minha gestão, dos meus ministros, dos meus assessores. E quero dizer para vocês que sou parceira de atividades e iniciativas como esta que eu vi aqui hoje.

Eu quero dar os parabéns, mas os parabéns para o Jairo Jorge, quero dar os parabéns para esta parceria.

E quero dizer uma coisa para vocês, eles não estão aqui, mas são os estudantes, os do ProUni e os da Ulbra que eu vi lá em cima hoje, é aquela juventude com gana, é aquela juventude que a gente vê – médicos do 7º semestre – que a gente vê que pode ter no coração, que pode ter na cabeça a generosidade de perceber que servir ao seu país – obviamente sendo bem-remunerado – ir em todos os rincões deste país, porque nós vamos precisar interiorizar universidade e residência médica, não é, Ministro? Nós vamos precisar fazer isso, porque não tem médico em muitos lugares.

Mas eu quero dizer para vocês que eu hoje fiquei muito comovida de ter vindo aqui e também de ver a força do nosso doutor que está lá no fundo sentado, o (incompreensível). Eu pedi até que ele se levantasse, porque é daqueles também que faz da sua atividade, missão.

Então, eu agradeço muito ao que eu vi, ao que eu assisti e a esta experiência, porque ela prova e demonstra que nós podemos ter um modelo em que a gestão pública, ou melhor dizendo, a supervisão pública e a gestão privada se combinem para levar qualidade para a nossa Rede SUS.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-de-novos-leitos-no-hospital-universitario-da-universidade-luterana-do-brasil-ulbra-canoas-rs-17min27s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-de-novos-leitos-no-hospital-universitario-da-universidade-luterana-do-brasil-ulbra-canoas-rs-17min27s)(17min27s) da Presidenta Dilma

Salvar

06-09-2011 - Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião das comemorações do Sete de Setembro

Presidenta Dilma declara que “um país abençoado de riquezas como o pré-sal é capaz de transformar essas riquezas em bem estar para o seu povo”

Brasília-DF, 06 de setembro de 2011

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Amanhã é 7 de Setembro. O significado dessa data não precisa ser explicado a nenhum de nós. Mas necessita, a cada dia, ser renovado por todo brasileiro e por toda brasileira.

Cento e oitenta e nove anos atrás, quando o Brasil se libertou, o mundo passava por grandes mudanças políticas, sociais e econômicas. Hoje, também vivemos um momento de transformação. O mundo enfrenta os desafios de uma grave crise econômica e cobra respostas novas para seus problemas.

Apesar de ter a mesma raiz, a crise atual é mais complexa que aquela de 2008, da qual nós nos saímos muito bem.

Os países ricos se preparam para um longo período de estagnação ou até de recessão. Mas a crise não nos ameaça fortemente, porque o Brasil mudou para melhor.

Nosso Brasil, por ter sido, nos últimos anos, um país que se transformou, que soube fortalecer e ampliar as oportunidades de trabalho, seu mercado interno e o poder de consumo de sua gente, está plenamente preparado para enfrentar mais este desafio.

Aqui, o emprego e a renda batem recordes históricos. Nossas reservas internacionais estão mais sólidas do que nunca. O crédito continua crescendo e a inflação está sob controle. Os juros voltaram a baixar e a estabilidade da economia está garantida. Ou seja, por mérito exclusivo do povo brasileiro, o nosso país tem melhorado, enquanto boa parte do mundo desenvolvido, infelizmente, piora. Mesmo assim, estaremos bem atentos para evitar qualquer efeito mais grave da crise internacional.

Estar atento não significa ficar com medo ou ficar paralisado. Ao contrário, vamos continuar trabalhando, consumindo, abrindo e ampliando empresas, plantando e colhendo os frutos da nossa agricultura. Vamos prosseguir, a todo vapor, com nossos investimentos em infraestrutura e com nossos programas sociais. Essa é uma decisão do governo e a vontade do povo brasileiro.

Queridas amigas e queridos amigos,

Nossa situação é, de fato, privilegiada em relação a muitos países do mundo. Mas ainda estamos aquém do que podemos e do que necessitamos.

O Brasil tem muito espaço para crescer - e o povo brasileiro tem motivos de sobra para ter

esperança em um futuro ainda melhor.

Precisamos crescer não só em termos de economia e de mercado. Não só em consumo de bens, mas, igualmente, na melhoria da qualidade e do acesso aos serviços públicos.

Fortalecer a economia e, ao mesmo tempo, ampliar o acesso de todos os brasileiros a uma melhor educação, a uma melhor saúde e a uma melhor segurança são as armas mais decisivas contra qualquer tipo de crise.

No caso da atual crise internacional, nossa principal arma é ampliar e defender nosso mercado interno, que já é um dos mais vigorosos do mundo. Por isso, quero deixar bem claro que o meu governo não irá permitir ataques às nossas indústrias e aos nossos empregos. Não vai permitir, jamais, que artigos estrangeiros venham concorrer, de forma desleal, com os nossos produtos.

Meus amigos e minhas amigas,

A Saúde, a Educação e a Segurança têm que deixar de ser motivo de insônia dos brasileiros para ser motivo de um novo despertar desta nação.

O círculo virtuoso que precisamos implantar no nosso país é o da qualidade dos nossos serviços públicos, pois já implantamos o grande círculo virtuoso do crescimento com inclusão social e distribuição de renda. Esta é - e sempre será - uma das preocupações centrais do meu governo.

Sei que não é uma tarefa fácil, inclusive porque, na complexidade da vida em sociedade, cada conquista faz surgir um novo desafio. Por exemplo, vivemos a melhor época do emprego da história do Brasil. Mas o que também acontece? Temos setores com vagas não preenchidas por falta de mão de obra qualificada.

Por isso, estamos ampliando o grande esforço que o Brasil fez no governo Lula, e, até 2014, vamos criar mais quatro novas universidades; mais 47 extensões universitárias; e mais 208 novas escolas de educação profissional e tecnológica.

Vamos reforçar o ProUni - que atingiu, no mês passado, a marca de 912 mil estudantes beneficiados - e vamos também mandar 75 mil estudantes, com bolsas pagas pelo governo federal, para estudar em excelentes universidades no exterior.

Tão logo seja aprovado pelo Congresso Nacional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - o Pronatec - vai começar a capacitar para o trabalho 8 milhões de brasileiros nos próximos quatro anos. Ele vai beneficiar estudantes do ensino médio, vai ajudar trabalhadores desempregados a recomeçarem a vida profissional e vai abrir as portas do mercado de trabalho para milhares de brasileiros que deixem o Bolsa Família.

Minhas amigas e meus amigos,

A Saúde tem sido o grande desafio de todos os governos do mundo. Dá para contar nos dedos os países ricos que oferecem saúde gratuita e de qualidade. O Brasil pode conseguir isso, em poucos anos, com o esforço dos governos e da sociedade.

Ainda temos sérios problemas na Saúde, mas já somos, por exemplo, o campeão mundial na distribuição de remédios gratuitos. Estamos aumentando a prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer de mama e do colo de útero. Lançamos o Rede Cegonha, que começa a garantir melhor pré-natal, atenção no parto e cuidado às crianças até os 24 meses de vida. Estamos ampliando o número de UPAs e de Unidades Básicas de Saúde.

Um ponto vital une a questão da saúde e a da segurança - o combate às drogas. Como já tive

oportunidade de dizer, precisamos enfrentar as drogas, em especial o *crack*, com muita autoridade contra os traficantes e muito apoio para quem é vítima do vício.

Esse trabalho já começou, e vamos ampliá-lo ainda mais. Em uma ponta, estamos implantando o sistema mais amplo e permanente de controle das nossas fronteiras, para evitar a entrada de drogas e de armas vindas de outros países.

Na outra ponta, vamos lançar, dentro de alguns dias, uma grande rede de cuidados em saúde mental, *crack*, álcool e outras drogas. Esta rede será composta pelas comunidades terapêuticas, pelas unidades de acolhimento, pelas enfermarias especializadas e pelos consultórios de rua, que vão garantir ao cidadão e à sua família alternativas de atenção e cuidado, 24 horas por dia, em todo o Brasil.

Meus amigos e minhas amigas,

Fico feliz, como Presidenta e como brasileira, de poder anunciar e comentar com vocês assuntos desta importância, na véspera do Sete de Setembro. São provas de um país que luta, sem parar, para superar os seus problemas, para ser cada vez mais independente.

Um país, por exemplo, que tem, de um lado, um plano da dimensão do Brasil Sem Miséria, que está retirando 16 milhões de brasileiros da pobreza extrema. E de outro, o Brasil Maior, um programa de defesa e incentivo à indústria nacional. Um país que tem programas como o Super Simples, e o Crescer, que reduzem impostos, burocracia, ampliam o crédito e garantem aposentadoria e outros benefícios, para milhões de micro e pequenas empresas e empreendedores individuais. Programas que ajudam a realizar o sonho de milhões de brasileiros de ter seu próprio negócio. Em suma, o sonho de ser independente.

Um país que equilibra grandes e pequenos projetos. Que tem, por exemplo, um dos maiores programas de infraestrutura do mundo, o PAC, e um dos maiores programas de habitação popular, o Minha Casa, Minha Vida.

Um país abençoado de riquezas, como o pré-sal, e capaz de transformar essas riquezas em bem estar para o seu povo. Um país que tem rumo e sabe da grandeza do seu destino. Um país que, com o malfeito, não se acumplicia jamais. E que tem na defesa da moralidade, no combate à corrupção, uma ação permanente e inquebrantável.

Um país que vem surpreendendo o mundo com seu progresso, mas que sabe que precisa avançar ainda mais. Sabe que precisa melhorar mais, não para mostrar ao mundo que temos valor, mas para mostrar a nós mesmos que o maior valor que podemos alcançar é o de garantir a qualidade de vida dos 190 milhões de brasileiros.

Viva o Sete de Setembro! Viva o Brasil! Viva o Povo Brasileiro!

Ouçã a íntegra do [Pronunciamento \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-das-comemoracoes-do-sete-de-setembro-10min35s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-das-comemoracoes-do-sete-de-setembro-10min35s)(10min35s) da Presidenta Dilma.

Salvar

13-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Estaleiro Rio Tietê

Presidenta Dilma fala sobre a importância da utilização dos rios para o desenvolvimento do país e destaca que com a construção de hidrovias, ferrovias e rodovias, o governo federal pretende reconstruir a matriz de transporte brasileira

Araçatuba-SP, 13 de setembro de 2011

Eu queira dar boa tarde, aqui, aos queridos companheiros, companheiras, amigos e amigas, mulheres e homens aqui de Araçatuba. Para mim, é uma honra estar aqui hoje e acho que é simbólico porque o Brasil não tem visto, muitas vezes, a valorização dos seus rios como estradas que levam ao desenvolvimento econômico e ao desenvolvimento social.

Por isso, eu queria cumprimentar também o governador de São Paulo, que é parceiro neste empreendimento, governador Geraldo Alckmin,

Queria cumprimentar o ministro Paulo Sérgio Passos, dos Transportes, e toda sua equipe; em especial o general Fraxe, presidente do DNIT, que nos acompanha neste evento,

A ministra Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República,

Queria cumprimentar também o deputado federal Mendes Thame,

O nosso querido prefeito de Araçatuba, o Cido Sérgio,

E ao abraçar o querido prefeito Cido Sérgio, eu cumprimento todos os prefeitos aqui da região,

Queria cumprimentar também um amigo, um companheiro de governo, ex-ministro da Previdência e atual secretário executivo do Ministério da Previdência Social, o nosso querido – e todo mundo sabe quão querido ele é –, nosso querido Gabas,

Queria cumprimentar também os deputados estaduais aqui presentes, o deputado Edinho Silva, Itamar Borges, Reinaldo Alguz e Sebastião Santos,

Queria cumprimentar também o vice-presidente da Caixa Econômica Estadual [Federal], o José Urbano Duarte,

Queria cumprimentar o Paulo Roberto Costa, que neste ato representa o presidente José Sergio Gabrielli, da Petrobras,

O presidente da Transpetro, Sérgio Machado,

O secretário estadual de Logística e Transportes do estado de São Paulo, Saulo Castro de Abreu. Em nome dele cumprimento toda a equipe do governador Alckmin na área de Transportes,

Queria cumprimentar também o diretor-presidente do Departamento Hidroviário do estado de São Paulo, Casemiro Tércio de Carvalho,

O acionista majoritário do Estaleiro Rio Tietê, Rodrigo Andrade,

O diretor Wilson Quintella, do Estaleiro Rio Tietê,

O presidente da Logum, Alberto Guimarães,

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval, Ariovaldo Rocha,

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Fluvial e Lacustre, Osmar da Silva,

O presidente da Associação Brasileira das Empresas do Setor Naval, Augusto Mendonça,

Dirigir um cumprimento especial aos senhores e às senhoras da imprensa aqui presentes, cinegrafistas e fotógrafos,

E, mais uma vez, cumprimentar cada um e cada uma que comparecem a este evento.

Eu considero que esta minha vinda aqui a Araçatuba é um momento especial. Eu vim aqui uma vez, no ano de 2010, para lançar este Estaleiro. Eu já vim duas, mas eu vim uma vez em 2010 para lançar o Estaleiro. E aí, naquela época, nós vínhamos em um grande esforço para que o Brasil recuperasse a sua capacidade de investir na indústria naval. Nós já tínhamos sido o segundo país em importância internacional, quando se tratava da indústria naval. Lá pelos anos 80, nós fomos o segundo país do mundo. E todas as decisões que explicam aquele momento difícil da vida brasileira, os anos 80 e os anos 90, fizeram com que o Brasil perdesse essa importância.

Por isso, quando eu estive aqui em 2010, nós estávamos dando um passo além. A gente não estava mais só preocupado com a indústria naval que iria fornecer equipamentos para a exploração do petróleo nos nossos mares, mas nós estávamos vendo uma outra questão estratégica importante, que era usar as nossas hidrovias e apostar que as riquezas que o Brasil produzia, como o etanol, por exemplo, podiam escoar pelos nossos rios.

Então, quando nós estivemos aqui e definimos que iríamos fazer um estaleiro, íamos produzir embarcações, nós iniciamos esse projeto que hoje culmina com este Estaleiro e as cem embarcações. Ele é muito importante, porque nós estamos abrindo um caminho novo. E quando a gente abre um caminho novo, a gente abre esse caminho aqui para a população do entorno de Araçatuba, para a população desses 2,4 mil quilômetros da hidrovia Tietê-Paraná. Mas a gente abre também um caminho para o Brasil, a gente mostra: “olha, é possível fazer isso, é possível utilizar os nossos rios para produzir, transportar e criar empregos em uma cadeia produtiva complexa, que vai da agricultura até o estaleiro”. E é isso que nós estamos fazendo aqui hoje.

E, hoje também, além do estaleiro e das cem embarcações, eu também comemoro uma nova parceria estratégica com o governo do estado de São Paulo, que tem um potencial imenso, que é o de revolucionar a matriz de transporte brasileiro.

Por décadas, a logística de transporte, ela esteve ancorada nas rodovias. As rodovias são importantes. Mas em um país continental elas não podem, não devem e não serão a única alternativa. Nós apostamos hoje em ferrovias. Mas este momento agora é de comemorar a entrada do país em uma atividade fundamental, que é a de construção de um transporte hidroviário – na verdade, multimodal: aqui vão se juntar ferrovias, rodovias e a hidrovia – para tornar o nosso país mais competitivo, para garantir que a gente possa competir internacionalmente, e também garantir que os nossos produtos escoem dentro do país; sejam

produzidos aqui em Araçatuba e cheguem ao Brasil inteiro por um preço menor.

A Hidrovia Tietê, ela se insere na nossa estratégia de reconstruir a matriz de transporte brasileira. E ela é uma hidrovia menos poluente e mais barata. Além disso, ela é o empreendimento que, pelo porte dele, deve ser feito em parceria. E aqui nós mostramos a vantagem da adoção de um princípio republicano nas relações entre o governo federal e o governo do estado de São Paulo.

Eu cumprimento o governador Alckmin porque nós hoje, aqui, estamos ancorando a nossa parceria, que se expressou alguns dias atrás num cartão muito especial, que é o cartão do Bolsa Família, o cartão que garante a uma parte da nossa população a saída das condições de pobreza extrema, que nós fizemos em São Paulo, com o governo de São Paulo contribuindo para que se possa ampliar o Bolsa Família para as famílias que mais precisam aqui do estado.

Pois bem, nós completamos essa ação com uma outra parceria, que é esta construção de uma hidrovia navegável por 2 mil e 400 quilômetros. Hoje nós mostramos ao país que através dessa parceria, em que a União entra com [R\$] 900 milhões e o estado entra com [R\$] 600 [milhões], nós somos capazes de fazer um investimento que, nos próximos anos, vai resultar na expansão do trecho navegável, na melhoria de eclusas, na retificação de canais, enfim, na possibilidade de se utilizar o rio como forma de escoamento da nossa produção.

Além disso, esta Hidrovia permite que investimentos como este – investimentos privados como este do Estaleiro Rio Tietê – sejam feitos, e seja produzido aqui com conteúdo local, ou seja, diminuindo a parcela do componente importado e, portanto, produzindo aqui, com empregos brasileiros, embarcações que vão garantir que o rio possa ser utilizado.

Nós estamos aqui, então, num momento muito especial porque, de um lado, nós estamos fazendo uma nova política de valorização do rio e, portanto, da Hidrovia. De outro lado, nós estamos operando uma política industrial bem-sucedida que garante à indústria naval conteúdo local brasileiro e, portanto, empregos brasileiros. Mas também interiorizando a indústria naval, porque a indústria naval brasileira, é interessante que ela só vivia nas regiões banhadas pelo mar; e o que nós fazemos hoje também aqui é revolucionário: estamos localizando no interior do Brasil, à beira de um rio, uma indústria naval para fornecer para este rio.

Eu queria dizer para vocês que esta é uma estratégia muito bem-sucedida para aumentar e ampliar a força do nosso mercado interno. Queria lembrar que é esse mercado interno, deste país continental com 190 milhões de habitantes, que é a grande diferença do nosso país em relação a tantos outros.

Mas é, sobretudo, porque esse mercado interno está sendo cada dia mais valorizado, porque nós criamos um círculo virtuoso em que há crescimento econômico porque nós conseguimos que milhões e milhões de brasileiros saiam da pobreza e cheguem à classe média. É esse mercado interno que, nos últimos anos, a partir do governo do presidente Lula, elevou à classe média uma “Argentina”, no Brasil, porque nós elevamos à classe média 40 milhões de brasileiros e a população da Argentina deve estar em torno de uns 41, 42 milhões.

Acredito que a força disso está ancorada em obras como esta que nós estamos realizando aqui, porque aqui nós estamos criando empregos, aqui nós estamos criando oportunidades, não só os empregos diretamente aqui no Estaleiro, mas também imaginem tudo o que será escoado por esta Hidrovia, imaginem os benefícios para São Paulo, imaginem os benefícios para os outros estados da nossa Federação. Percebam como isso será importante para a indústria do etanol, e nós temos um quadro de uma ação que faz todo sentido.

Por isso, eu queria dizer a vocês que aqui, às margens do rio Tietê, nesta cidade de Araçatuba, nós também estamos dando um passo para tornar o nosso país, o nosso Brasil mais forte para enfrentar essa crise internacional pela qual nós não somos responsáveis, a qual nós temos todas as condições de enfrentar porque fazemos; enquanto eles discutem como é que fica a crise da dívida dos seus bancos, nós estamos aqui gastando o nosso dinheiro em parcerias público-privadas, em parcerias entre o governo federal e o governo estadual para criar desenvolvimento, emprego e renda para o nosso país.

E é isso que nos torna fortes, porque nós sabemos que a melhor forma de resistir à crise no Brasil é não ficar de braços cruzados, não nos atemorizarmos, mas continuar consumindo, produzindo, investindo em infraestrutura, assegurando... plantando e colhendo, e assegurando às nossas indústrias o seu componente nacional.

Eu queria dizer para vocês que eu fico muito feliz nesta viagem que eu estou fazendo a São Paulo. E fico muito feliz porque hoje nós estamos aqui no início da viagem, participando [do lançamento da pedra fundamental] de um estaleiro e do lançamento deste projeto de 1,5 bilhão aqui na Hidrovia do rio Tietê. Mas à tarde nós estaremos em São Paulo, fazendo uma nova parceria em uma área muito importante e, ao mesmo tempo, uma área para beneficiar o transporte urbano na cidade de São Paulo e o transporte de cargas do estado de São Paulo, que é o Rodoanel no trecho Norte, também uma parceria entre o governo federal e o governo do governador Alckmin.

Trabalhar aqui é um passo importante para Araçatuba, para toda a região, para São Paulo e para o Brasil. Eu agradeço a vocês, e desejo a todos nós muitos investimentos, muita geração de trabalho, muito desenvolvimento.

Querida dar uma palavra para o nosso querido Cido: Cido, de fato, uma das coisas mais bonitas que eu vi aqui hoje foram as crianças cantando essa música, sobretudo a linda voz da menininha que fazia, sozinha, o contraponto ao coro, com lindas vozes infantis que comoveram os nossos corações.

Então, parabéns para vocês!

☐
[Ouça a íntegra do discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-da-pedra-fundamental-do-estaleiro-rio-tiete-aracatuba-sp-20min19s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-da-pedra-fundamental-do-estaleiro-rio-tiete-aracatuba-sp-20min19s)(20min19s) da Presidenta Dilma

13-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura do termo aditivo ao convênio de apoio financeiro nº 04/99 para construção do Rodoanel de São Paulo - Trecho Norte

Presidenta Dilma reitera que Brasil enfrentará a crise e sairá ainda mais forte que em 2009

São Paulo-SP, 13 de setembro de 2011

Boa tarde a todos.

Eu queria saudar o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que tem sido um excepcional parceiro nesse início de governo, nesses oito meses de governo.

Queria cumprimentar a primeira-dama, Lu Alckmin,

Queria cumprimentar também o ex-governador José Serra,

Também o nosso ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos,

A ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas,

Queria cumprimentar o deputado presidente da Assembleia Legislativa, Barros Munhoz,

A nossa senadora Marta Suplicy,

O senhor Carlos Gabas, secretário-executivo da Previdência Social,

As senhoras e os senhores deputados federais Bruna Furlan, Elaine Abissamra, Carlos Roberto, Duarte Nogueira, Newton Lima, Vanderlei Macris.

Queria cumprimentar também o secretário de Energia, deputado federal José Aníbal,

Os senhores prefeitos aqui presentes. E, ao cumprimentar os senhores prefeitos, eu saúdo o prefeito Gilberto Kassab, da cidade de São Paulo, também um grande parceiro nosso nesses oito meses de governo.

Queria cumprimentar também o nosso prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida,

Queria cumprimentar o prefeito de Arujá, Abel José Larini,

O prefeito de Cotia, Antônio Carlos de Camargo,

O companheiro de Poá, Francisco Pereira de Souza,

O companheiro Marcelo de Souza Cândido, de Suzano,

O companheiro Mário Reali, de Diadema,

O prefeito Oswaldo Dias, de Mauá,

E queria saudar o ex-ministro da Previdência, ex-ministro do Trabalho, atual prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho,

Cumprimentar também toda a equipe do nosso governador Alckmin ao saudar o Saulo de Castro, secretário de estado de Logística e Transporte,

Cumprimentar o diretor-geral do DNIT, general José Ernesto Fraxe,

Cumprimentar os deputados estaduais e as deputadas estaduais aqui presentes,

Cumprimentar os jornalistas, as jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas,

Cumprimentar cada um dos presentes e a cada uma das mulheres aqui presentes.

Eu estive aqui em agosto para firmar uma parceria do Governo Federal com a população do estado de São Paulo, com o governador Geraldo Alckmin. Naquela ocasião, nos unia um compromisso com a erradicação da extrema pobreza. Lançamos juntos um cartão do Bolsa Família e da Renda Cidadã, e acredito que demos um grande passo naquele dia para estreitar com os demais governadores presentes - governador de Minas, Anastasia, governador do Rio, Sérgio Cabral, e o nosso governador do Espírito Santo, Casagrande.

Naquele dia os governadores e o governo federal faziam um pacto do Brasil contra a miséria e selávamos uma cooperação para que em uma ação conjunta de cunho republicano, baseada em valores fundamentais, que é a cooperação que os entes federativos tem de ter em benefício da população, nós demos sim, um passo à frente. E, naquele momento, nós assumimos um compromisso que nós, tenho certeza, vamos cumprir com obstinação, que é resgatar os aproximadamente 16 milhões de brasileiros que ainda vivem na pobreza.

Hoje, eu volto a São Paulo para firmar uma nova etapa dessa parceria. Agora, mais uma vez, com o governador Geraldo Alckmin em uma das questões que eu considero uma das grandes demandas do estado de São Paulo e da cidade de São Paulo beneficiando prefeitos, o prefeito de Guarulhos, o prefeito da cidade de São Paulo, o Sebastião, prefeito de Guarulhos, e o Kassab, prefeito de São Paulo.

Trata-se da realização de obras que são fundamentais para o desenvolvimento do estado e, portanto, do Brasil. Assinamos hoje um convênio com o governo do estado de São Paulo para a construção da hidrovía Tietê-Paraná – 2,4 mil quilômetros de hidrovía. Acho uma iniciativa fundamental, que traz a questão da hidrovía para o coração da região mais desenvolvida do país, e legitima esse modal como sendo um modal estratégico em um país que possui uma infinidade de rios, de estradas naturais, que permitem um transporte com baixa emissão de carbono, um transporte com baixo custo e, sobretudo, um transporte fundamental para um país que se acostumou única e exclusivamente com rodovias.

Mas apostar na hidrovía, como estamos fazendo com a hidrovía Tietê-Paraná, que é simbólica, porque é um passo importante nessa direção, não significa descuidar das rodovias, que constituem elementos essenciais das relações não só entre... econômicas, com cargas, mas também influi no dia a dia direto da vida da população desta grande região metropolitana do país, talvez – certamente, aliás – a maior da América Latina.

E, portanto, estamos aqui também para tratar do trecho norte do Rodoanel. Por isso é que eu acho muito importante esta cerimônia – tanto a da manhã como a da tarde – porque elas integram um processo que eu considero extremamente importante para o desenvolvimento do nosso país, que é o fato de que o governo estadual, ou o governo municipal, ou até o federal sozinhos têm dificuldades de fazer obras de envergadura e de impacto importante e estruturante no país. Mas, quando nós nos unimos, quando nós, ultrapassando qualquer

outra consideração que não seja o bem público, unimos esforços e colocamos a necessidade do Brasil, a importância para a sua população. E o interesse maior daqueles que nos elegeram, nós conseguimos fazer. Por isso eu fico muito feliz de estar aqui participando, do ponto de vista dos recursos federais, não com financiamentos ou empréstimos – que são muito importantes também – e que, eventualmente, podem ocorrer também daqui para frente, mas com parcelas do orçamento geral da União nesse esforço do governo do estado para o trecho Norte do Rodoanel e a hidrovía Tietê – Paraná – Tietê.

Nós sabemos que São Paulo é uma referência de dinamismo econômico para o Brasil. Sabemos também que a cidade de São Paulo, ela tem hoje um aglomerado humano de proporções talvez de impacto inimaginável em outros cantos do mundo. Portanto, duas questões são muito importantes aqui: a questão das cargas e do transporte de pessoas. Tirar do centro de São Paulo o transporte de cargas é uma obrigação da nossa parte. Ao mesmo tempo, assegurar que o transporte de cargas do maior centro econômico do país flua, é outra obrigação. Então aqui juntam-se de forma muito clara a obrigação econômica e a obrigação política. Por isso eu acredito que hoje é um momento muito especial.

Queria destacar que nós temos em relação à cidade de São Paulo – e em relação ao estado de São Paulo – outras realizações. Entre elas, eu queria destacar, concordando com o governador Alckmin, o Ferroanel – trecho Norte. Considero que esta junção de modais rodoviários, ferroviários e hidroviários, é uma exigência do nível e da etapa de desenvolvimento do país. Por isso eu quero dizer ao governador Alckmin que o Ministério dos Transportes está à disposição para uma discussão a respeito do projeto que o governador tem nessa área do Ferroanel – trecho Norte. Até porque, Governador, nós consideramos essa obra uma necessidade nesta região do país. Ela já integrou, inclusive, em outro momento, o Programa de Aceleração do Crescimento. Eu quero assegurar ao senhor que nós não mediremos esforços para completar essa parceria.

Queria também dizer ao governador [prefeito] Kassab que nós estamos em um processo de seleção de mais de 42 mil crianças em 136 municípios já realizados, no que se refere a creches. E que vamos abrir, esta semana, a avaliação que o Ministério da Educação faz de cidade a cidade acima de 100 mil habitantes, nas regiões Sudeste e Sul, e acima de 70 mil, no Norte e no Nordeste, nós vamos abrir uma seleção para creches. E queria lembrar que não só é um investimento para construir os equipamentos e completá-los, mas também que nós assumimos, até o Fundeb poder arcar com os custos, nós assumimos, nesse período, os custos também das creches. Essa seleção indica São Paulo como uma das áreas com mais necessidade de creches, a cidade de São Paulo. Então, isso será feito quinta-feira, mas a partir de quinta-feira é que as tratativas serão feitas.

Além disso, eu considero muito importante a parceria do governo federal e do governo do estado em torno do programa Minha Casa, Minha Vida 2, na medida em que, se puder de alguma forma, viabilizar não só através de recursos, mas, sobretudo, com terrenos. Porque nós sabemos da dificuldade de acessar terrenos em zonas urbanas e regiões metropolitanas.

Eu tenho certeza de que nós temos hoje um conjunto de parcerias muito fortes. E eu gostaria de citar alguns exemplos das nossas parcerias que estão tendo continuidade em outras áreas: há os investimentos federais no Porto de Santos, o fato de que nós estaremos liberando os editais para a concessão dos aeroportos de Guarulhos e Viracopos até o final deste mês, e estaremos fazendo o processo licitatório de operação e investimento nos aeroportos até dezembro deste ano.

Queria também destacar que é muito importante para o Brasil que práticas como esta que nós estamos desenvolvendo aqui com o governador Alckmin e com o prefeito Kassab, com o prefeito Sebastião e com todos os prefeitos aqui presentes, elas sejam de fato uma grande

novidade no sentido de que nós começamos a fazê-las há mais tempo em governos anteriores, mas elas progressivamente ganham hoje no Brasil um estatuto de exigência.

Porque não é mais possível que nós tenhamos, em divergências pessoais ou políticas, obstáculos para a realização de investimentos absolutamente imprescindíveis para o desenvolvimento do país. Eu acho que uma das questões mais importantes que me foi legada pelo governo do presidente Lula foi essa absoluta consciência da importância das parcerias republicanas, porque isso significa maturidade institucional política e democrática do país.

Então, estamos hoje aqui em uma cerimônia que eu considero muito importante, porque nós vivemos um momento, e todos vocês sabem, de crise internacional. Sabemos que as economias tanto dos Estados Unidos como da Europa estão sofrendo grande estresse e, na melhor das hipóteses, ou ficam estagnadas, e na hipótese, talvez a mais realista, entrem em recessão. Isso significa que aquela crise que começou em 2008, ela continua, apesar de ter mudado a forma, não é tão, eu diria assim, aguda, é mais uma crise crônica. E é impossível que quando a crise acontece em países do porte dos Estados Unidos e os países da Zona do Euro, de alguma forma ela não atinja o conjunto dos países do mundo. Mas, nós, no Brasil, temos de ter uma clareza muito grande de qual é a melhor forma de combatê-la. E eu tenho certeza de que esta cerimônia hoje é uma das grandes formas de combater a crise. É afirmar a necessidade do país continuar investindo em infraestrutura, é continuar tomando as decisões que vão levar – aqui no caso, pelo lado da União – ao investimento de R\$ 3 bilhões e fazer, sistematicamente, cada um a sua parte no que se refere a garantir que o país continue consumindo, investindo, produzindo para o seu mercado interno e assegurando as condições macroeconômicas para que nós, além das condições que temos – porque não temos um orçamento desequilibrado, ao contrário do resto do mundo – temos uma relação dívida/PIB de 39% – ao contrário dos demais países desenvolvidos. Temos reservas internacionais suficientes; temos um volume de recursos depositados no Banco Central a título de compulsório, que permite que se a gente quiser expandir o crédito num momento de pressão internacional não tenhamos de recorrer ao nosso orçamento.

Combinado com isso, temos também uma política clara de investimento no Brasil: de investimento em habitação, de investimento no pré-sal e temos um setor industrial em condições de fazer esses investimentos.

Acredito que o Brasil passa hoje por um momento especial. Nós teremos – e podemos enfrentar – este ano de 2011, garantindo uma situação melhor do que aquela que aconteceu em 2009.

Nós podemos, nós devemos e nós faremos! Então, agradeço a todos e, mais uma vez, queria cumprimentar São Paulo por esses projetos que hoje têm início e são viabilizados. Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-do-termo-aditivo-ao-convenio-de-apoio-financeiro-no-04-99-para-construcao-do-rodoanel-de-sao-paulo-2013-trecho-norte-sao-paulo-sp-20min42s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-do-termo-aditivo-ao-convenio-de-apoio-financeiro-no-04-99-para-construcao-do-rodoanel-de-sao-paulo-2013-trecho-norte-sao-paulo-sp-20min42s>) (20min43s) da Presidenta Dilma

14-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura do Seminário Gestão de Compras Governamentais - a experiência da Educação

Presidenta Dilma fala sobre economia mundial e a importância da gestão governamental

Brasília-DF, 14 de setembro de 2011

Queria cumprimentar todos os presentes, as senhoras e os senhores,

Meu cumprimento muito especial aos que participam deste Seminário,

Cumprimentar o nosso querido ministro Fernando Haddad,

O ministro Benjamin Zymler, presidente do Tribunal de Contas da União,

Queria cumprimentar o Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da Fundação Getúlio Vargas,

O senhor Carlos Wanderley Dias de Freitas, presidente do FNDE,

O senhor Jorge Gerdau, presidente da Câmara de Gestão, Competitividade e Desempenho da Presidência da República,

Queria cumprimentar, aqui, os senhores e as senhoras jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

E dizer para vocês que, para mim, é muito importante comparecer a este Seminário. Eu acredito que a questão da gestão, a questão da eficiência, a questão do desempenho e da competitividade do setor público é algo fundamental. E não é fundamental só porque é um valor de compromisso moral, ético, de gasto público e de decoro no exercício da atividade pública. É fundamental porque nenhum país do mundo transitou para o desenvolvimento e para a realização das suas melhores condições – obviamente, cada país dentro dos seus critérios culturais e políticos – sem que o Estado o acompanhasse em termos de eficiência, meritocracia e qualificação e qualidade.

Não é possível supormos que nós conseguiremos dar os passos que são necessários para que o Brasil seja, de fato – não interessa se quarta, terceira, quinta –, potência do mundo, sem alguns pré-requisitos. Sem o pré-requisito de eliminar a pobreza extrema e de elevar a sua população à condição de classe média, mas também sem que o seu Estado seja eficiente, meritocrático e, de fato, seja um elemento essencial para que o país possa crescer, desenvolver e prestar serviços públicos de qualidade.

Nós saímos de um processo em que a parte da população mais rica não usava os mesmos serviços públicos da parte mais pobre, porque você tinha uma educação... não na minha época, porque eu sou da época em que educação pública era de melhor qualidade. Eu me formei num colégio público. Mas houve um período no Brasil, muito grande – os anos 80, final

de 70, 80 e 90, e nós temos ainda resquícios disso –, em que a educação privada era para as famílias e as crianças mais ricas, e a educação pública para as mais pobres. A mesma coisa acontecia com a saúde e acontecia com outros serviços.

Essa situação é possível numa sociedade muito dividida, muito elitizada, num modelo de crescimento baseado na concentração da renda, e ela produz, necessariamente, conflitos políticos muito fortes.

Nós vivemos um outro momento histórico, e todos os países que vivem esse outro momento histórico, que é o momento em que a parte da população mais pobre se torna sujeito, se torna cidadão, passa a usufruir de renda e passa a consumir, o Estado tem de responder às suas necessidades.

Nós, ao longo desse processo, tivemos um Estado que desempenhou funções importantes, importantíssimas, tanto na área da produção, como na área da infraestrutura. Mas hoje, nós que criamos o círculo virtuoso do crescimento com distribuição de renda e inclusão social, temos de criar o círculo virtuoso da eficiência da gestão, porque o círculo virtuoso da eficiência da gestão é, o que eu quero dizer, uma exigência do processo de desenvolvimento com inclusão social. Sem ele, nós não sustentaremos a entrada de milhões de brasileiros à condição de classe média e que vão usufruir do serviço público de educação e de saúde.

Essa é uma imposição que eu chamaria a imposição mais importante do ponto de vista cultural, político, do ponto de vista dos princípios e da exigência que a sociedade brasileira fará para o Estado brasileiro. Além disso, nós somos um país que se pretende... um país que será uma das maiores potências do mundo. Nós também não seremos competitivos com um Estado aquém das necessidades das suas empresas e de seus diferentes setores produtivos.

Tudo isso fez com que a gente construísse e convidasse um empresário do porte do Jorge Gerdau Johannpeter para dirigir a comissão, a câmara, este órgão de gestão, competitividade e desempenho, que tem por objetivo justamente espalhar, difundir, criar e fazer, copiar, as melhores práticas que a própria gestão pública do governo federal construiu. E isso em um momento em que essa questão torna-se também muito importante, porque nós passamos a fazer uma coisa que eu acho que o Presidente da Fundação Getúlio Vargas falou muito bem: nós, o Estado, o Governo, as instituições de Estado e o agente Governo, passaram a ter consciência do mercado.

Ter consciência do mercado é algo fundamental para o gestor público, porque ter consciência do mercado significa perceber que o meu interesse, o interesse público, no caso do gestor, ele tem de se afirmar no sentido de obter a melhor qualidade aos menores preços. E tem de fazê-lo também percebendo que esse instrumento é poderosíssimo diante de um Estado da proporção do Estado brasileiro, que tem um poder de compra inequívoco. A consciência do poder de compra no Brasil, ela está chegando, ela não começou hoje, ela começa anos atrás, mas ela é recente, enquanto instrumento de crescimento econômico.

Eu estava dizendo, até, para a imprensa que a consciência nos Estados Unidos, ela remonta à reação americana diante da crise de [19]29, porque [19]33, 1933 é quando a economia americana ainda está numa situação muito difícil. É o período Roosevelt, mas a economia americana não saiu da crise. Só vai sair na Segunda Guerra Mundial e está num momento muito difícil, que é quando eles criam o chamado *Buy American Act*. E a economia chinesa, é interessante – eu peguei esses dois dados –, é de 2001 a política de compras governamentais.

A política de compras governamentais, que é essa consciência da qual falava o Presidente da Fundação Getúlio Vargas, ela é muito importante porque ela estrutura setores. A política de compra que a Petrobras fez, ao longo do seu desenvolvimento, estruturou a indústria

química, a indústria pesada, a eletrônica.

Ter consciência da política de compras governamentais é algo essencial. Nós começamos o governo do presidente Lula exigindo que a Petrobras comprasse plataformas, sondas, navios e equipamentos em geral, tendo por base o conteúdo local, tendo por base a necessidade da compra dessa empresa se transformar em efeito multiplicador para outras indústrias de outros segmentos do país. Isso foi responsável pelo desenvolvimento da indústria de petróleo e gás e levou o país a um processo de crescimento bastante acentuado nessa área, a ponto de nós termos ressuscitado a indústria naval, que tinha falecido nos anos 90. Nós fomos a segunda maior indústria naval do mundo, e perdemos essa indústria naval a partir do final dos anos 80 e 90. E hoje voltamos a ser, nesse período – pelas compras da Petrobras –, a quinta indústria naval, a quinta no mundo.

Nós teremos um processo de investimento muito forte em vários segmentos. Em todos eles o Brasil tem de ter consciência do mercado. Ter consciência do mercado, algumas vezes, significa saber que a competitividade das empresas brasileiras pode estar sistemicamente ameaçada, não por conta delas, mas por condições adversas e conjunturas internacionais adversas, como, por exemplo, toda a política monetária de *quantitative easing*, que é a liberação monetária americana, que despejou... não podia fazer política fiscal, então despejaram dólares pelo mundo afora, o que valorizou as moedas de vários países do mundo, entre eles o Brasil.

Então, ter consciência disso significa também ter uma política de compras governamentais que responda por isso. Daí porque no nosso programa Brasil Maior nós colocamos uma regra, que é aquela em que os preços brasileiros podem estar 25%... até 25% superiores – nós temos de regulamentar isso – para poder fazer face a esse tipo de competição.

Eu acredito que esse instrumento é um instrumento de gestão, é um instrumento de política industrial e é um instrumento também de inclusão social, por via de serviço público. Nós temos obrigação de entregar produtos de qualidade. Nós temos obrigação de ter clareza do mercado e saber como agir diante dele. E nós temos de perceber que o Estado brasileiro pode contribuir, se tiver uma política transparente, clara e cristalina no que se refere a compras públicas.

Eu queria dizer que, olhando para os outros países, nós temos de nos parabenizar pelo fato de termos instituições de controle externo importantes, como é o caso do Tribunal de Contas da União, como é o caso da Controladoria-Geral da União, e como é o caso dos controles externos que agem em todas as áreas da Esplanada, em todos os Ministérios. Por que isso? Porque nós somos um país que tem, também no controle externo, um instrumento de efficientização do gasto público. Daí porque eu acredito que esses órgãos, eles cumprem um papel fundamental, e eu sou testemunha desse processo em várias oportunidades.

E acredito que nós também temos de nos preocupar muito com essa relação que se estabelece entre o setor não governamental, as empresas, a sociedade e o governo, no que se refere à política de compras, e impedir o que em todos os países do mundo se fala de forma clara. É função nossa, com essas instituições, impedir conluio, práticas que rompem com a competição, práticas monopolistas de aumento de preço e de ampliação de preço, porque o mercado ele não é um mercado de concorrência perfeita, isso a gente só vê em livros. É um mercado com conhecimento assimétrico, é um mercado cheio de imperfeições, e é função desses mecanismos, que podem ser antigos, mas do ponto de vista da gente são extremamente modernos, pelo nosso uso e pela escala desse uso. São os pregões, os leilões, o próprio RDC – o regime especial de licitação [Regime Diferenciado de Contratações], com o preço oculto, porque o preço oculto tem uma função, e a função do preço oculto é impedir o conluio, é impedir o acerto de preço e a divisão de lotes.

Então, esse processo, é um processo que ele é absolutamente imprescindível para o Brasil. Nós precisamos do Estado eficiente, com gestores competentes, e precisamos desse Estado também meritocrático, em que as pessoas, os funcionários, que são na verdade seus gerentes, se sintam - eu acho que, de uma certa forma - orgulhosos por estarem contribuindo para que o país cresça.

Eu tenho certeza de que nós caminhamos para essa conjunção de fatores. Fico muito feliz, aqui, ao ver todas as atividades exercidas dentro do Ministério de Educação e Cultura [Ministério da Educação].

Queria cumprimentar o ministro Fernando Haddad pelas modificações que introduziu dentro do MEC, desde o SisMEC, que é o uso da tecnologia para gestão e para melhor assegurar que o dinheiro público vá para aqueles que mais precisam. Mas também cumprimento o ministro Fernando Haddad e o seu secretário, o senhor Paim, pelo fato de que o que nós vemos aqui hoje é a conjugação de um esforço muito importante para que a compra seja um fato em que a gente assegure qualidade e assegure dimensão para ela.

Eu fiquei muito impressionada com o acesso dos prefeitos ao sistema do MEC, que permite que ele faça a escolha dos seus produtos, que ele customize a escolha para a sua prefeitura, para as suas escolas municipais e, ao mesmo tempo, tenha acesso a preços que só um volume determinado de compras permite que ele tenha. Mas, ao mesmo tempo, produtos de qualidade. Isso é importante, primeiro, por conta da escala, mas também pelo fato de que o nível dos técnicos do governo federal na área de Administração, ele pode ser superior ao das prefeituras. Agora, as prefeituras precisam desses funcionários para garantir que as escolas no Brasil sejam melhores geridas, para garantir que as escolas no Brasil possam dar uma educação de melhor qualidade.

Eu fiquei, também, muito impressionada com esta junção aqui, que eu acredito que é gestão também, e gestão de alta qualidade, é essa capacidade de introduzir inovações em equipamentos. Eu fiquei impressionada com a chamada lousa digital que, na verdade, é uma lousa por internet. Talvez seja bem melhor do que uma lousa digital, porque em tempo real ela te assegura acesso a um banco de dados que, de outra forma, você não teria de forma tão automática, e que é toda a rede, não é?

E, ao mesmo tempo, fiquei muito impressionada com a política para o deficiente. Acho que aquele equipamento para leitura pelo deficiente, pelo cego, ele é uma abertura do mundo para aqueles que sofrem, talvez, de uma das coisas mais terríveis, que é a cegueira. E, ao se abrir para o mundo, é como se eles enxergassem novamente. Então eu vi, na verdade, um olho para os livros, que eu acredito que pode revolucionar a vida das pessoas.

E aí, Fernando, eu acho que isso é gestão. Gestão é a capacidade de você – como dizia o dr. Jorge Gerdau para nós – juntar o setor privado, o público e a universidade. E aqui nós vimos isso, hoje.

Por isso, eu estou muito orgulhosa de ter vindo e desejo a vocês um excelente seminário. E acredito que a experiência de vocês deve ser propagada para os outros ministérios. Assim, a gente, na medida que cria essas boas práticas aqui, cria também um círculo virtuoso disseminando-as pelos outros ministérios.

Agradeço muito o convite, por ter podido experimentar este momento todo especial, que é um momento em que a gente vê que nós conseguimos, que foi possível e que pode ser feito.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-do-seminario-gestao-de-compras-governamentais-a-experiencia-da-educacao-20min51s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-do-seminario-gestao-de-compras-governamentais-a-experiencia-da-educacao-20min51s)(20min51s) da Presidenta Dilma

15-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de abertura de nova seleção para unidades de educação infantil e quadras poliesportivas escolares do PAC2

Ao falar da construção de creches, a Presidenta disse que um país tem de ser medido pela sua capacidade de atender as mães e as crianças. Já a construção de quadras esportivas garante o esporte nas escolas públicas

Palácio do Planalto, 15 de setembro de 2011

Eu queria cumprimentar as senhores e os senhores aqui presentes,

E iniciar pelo cumprimento ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia,

Os ministros de Estado aqui presentes: Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; Fernando Haddad, da Cultura... aliás, Fernando Haddad, da Educação – na sequência, vinha Ana de Hollanda, foi trocado –; Ana de Hollanda, da Cultura; Miriam Belchior, do Planejamento; a Izabella, do Meio Ambiente; o Orlando, do Esporte; o general Elito, do Gabinete de Segurança Institucional; Helena Chagas, da Comunicação Social; Maria do Rosário, dos Direitos Humanos,

Queria cumprimentar os vice-governadores Tadeu Filippelli, do Distrito Federal; Givaldo Vieira, do Espírito Santo,

Cumprimentar também os senadores e as senadoras: Ana Rita, senadora; Gim Argello, senador; João Ribeiro, senador; Marta Suplicy, senadora; Valdir Raupp, senador,

Queria cumprimentar as senhores e os senhores deputados federais: Ângelo Agnolin; deputado Aureo; deputado Audifax; deputado Alex Canziani; deputado Edson Silva; deputada Elaine Abissamra; deputada Flávia Moraes; deputada Janete Pietá; deputado José Airton; deputado Ronaldo Fonseca; deputado José Stédile; deputado Laercio Oliveira; deputado Leonardo Monteiro; deputada Luciana Santos; deputado Renzo Braz; deputada Rosane Ferreira; deputado Rubens Otoni,

Queria também saudar os prefeitos de capitais. Ao saudar o Maguito Vilela, eu cumprimento todas as entidades de prefeitos do país. E queria saudar, em especial, o Paulo de Siqueira Garcia, de Goiânia; o Francisco Bello Galindo Filho, de Cuiabá; o Nelsinho Trad Filho, de Campo Grande; e o Raul Filho, de Palmas,

Queria cumprimentar também os senhores jornalistas, as senhoras jornalistas, os senhores cinegrafistas e fotógrafos,

Esta cerimônia que, na verdade, é composta por dois eventos – um, que é o anúncio das creches, e o outro da construção e cobertura de quadras esportivas –, ela se insere num grande esforço que o governo federal vem fazendo, no sentido de ter um tratamento da educação, da creche à pós-graduação.

Hoje nós tratamos de uma questão que, além de ser meu compromisso de campanha, é uma convicção fundamental de que tratar da questão das creches é, não só um dever para com as mulheres, as mães do nosso país mas, sobretudo, com o futuro, que são as crianças. Um país tem de ser medido pela sua capacidade de atender as mães e as crianças, porque nas mães e nas crianças está uma das partes mais importantes para o conjunto da sociedade, na medida em que, se nós tivermos as nossas crianças bem educadas, com acesso a estímulos pedagógicos, com apoio, acolhimento e carinho, certamente nós seremos uma sociedade bem mais virtuosa, tanto do ponto de vista ético, mas também do ponto de vista da questão que eu acho que é fundamental: o direito de cada um dos brasileiros e de cada uma das brasileiras de ter as mesmas oportunidades.

As pessoas são diferentes, isso nós sabemos. Agora, o que é inadmissível é que as oportunidades sejam diferentes, que se acumulem sobre as pessoas fardos que são fardos herdados da desigualdade, ou da injustiça, ou da segregação e da discriminação. Por isso, fazer creches e cumprir esse dispositivo faz com que o Brasil chegue a 2016 tendo universalizado o ensino, o chamado ensino pré-escolar, de quatro a cinco anos de idade, garantindo o acesso das crianças, é algo fundamental para, de fato, nós sermos uma grande potência.

E também cumprir a... eu acho que a disposição nossa de cumprir esse desafio, que é garantir que as crianças - cujas mães precisam deixá-las - entre zero e três anos, possam fazê-lo em creches. Nós, brasileiros, chamamos essas duas instituições educacionais de creches, de supercreches. São supercreches no sentido de que agregam também o pré-escolar e o tratamento de creche. Ambos significam contribuir para que a criança possa ter um aprendizado equivalente ao das crianças das classes ricas, que têm estímulos pedagógicos, que têm acesso a jogos, que têm acesso a brinquedos, que têm acesso, inclusive, os primeiros contatos com os livros - algo extremamente estimulante, e que tenham também incentivos espaciais, que nos permitam torná-las cada vez mais capazes para acessar o conhecimento científico.

Eu acredito que hoje nós damos um passo porque estamos aqui, sobretudo, fazendo o seguinte: nós temos 6.427 creches para distribuir, já distribuímos 1.400 e poucas. Resta ainda distribuir outras 4 mil creches, quase 5 mil creches.

O que nós fizemos? Nós olhamos os municípios do país e olhamos pelo critério mais importante: concentração populacional. E por um segundo critério também: capacidade do município de cumprir com as obrigações de prover creches e pré-escolas, na medida em que esses municípios têm uma obrigação até constitucional, até 2016, de fazê-lo. E colocamos através do sistema SisMEC, do Mec, à disposição dos senhores prefeitos a quantidade de creches e pré-escolas que nós estamos dispostos a oferecer.

Nesse processo, oferecemos várias coisas, oferecemos às creches os projetos de construção da creche, o edital de licitação da creche; asseguramos que o prefeito não vai arcar com o custeio enquanto o Fundeb não computa aquela creche e aqueles alunos dentro do seu Censo; e, portanto, vamos pagar o custeio no primeiro ano ou no primeiro ano e meio, enfim, até a creche entrar no Fundeb.

Então, estamos fazendo um projeto sustentável, ele tem início, tem meio e tem fim. Além disso, é importante que o prefeito procure um terreno adequado; e também, obviamente, que

cadastre as crianças, que veja quais são as crianças que têm mais necessidade, que precisam mais e que, portanto, devem ser atendidas.

Então é um projeto, eu queria destacar para os senhores, que é parte de um esforço que o governo federal faz para colocar à disposição, posto que ele tem de ter uma estrutura técnica mais eficiente, ele coloca à disposição, de forma igualitária, para todos os municípios um projeto de construção de creche e pré-escola.

E assim, nós cumprimos o nosso, eu acho assim, o nosso dever de garantir para as nossas crianças um processo que dará, sem sombra de dúvida, aos brasileiros e às brasileiras oportunidade de ter um futuro bem melhor que seus pais tiveram, e isso é algo muito importante.

A segunda parte desta cerimônia tem a ver com cobertura e construção de quadras esportivas, e eu acredito que cumpre dois objetivos fundamentais: um objetivo é, de fato, educacional: a existência fundamental do esporte nas escolas públicas brasileiras; o outro, neste tempo - não é, Orlando? - de Copa e de Olimpíadas, é assegurar que as nossas crianças também tenham e aproveitem esse imenso estímulo que o nosso país vai viver ao preparar uma Copa e uma Olimpíada.

Quando nos perguntam qual é o legado – além do legado concreto das obras que nós vamos deixar, além do legado de todo o sistema de comunicações que nós vamos ter de colocar em cada uma das 12 cidades para poder transmitir, em tempo real, a Copa do Mundo, o legado de segurança, de construção de BRTs, VLTs, estádios, aeroportos e portos –, eu acho que tem um legado que é fundamental: é a consciência que um momento desses permite em relação à importância do esporte.

E aí nós temos de tratar, de fato, de uma questão que é fundamental. Nós temos, no nosso país que é continental, uma situação, a mais diversificada: no Rio Grande do Sul chove, faz frio e também faz muito calor; no Nordeste você tem temperaturas muito elevadas; aqui em Brasília também você tem temperaturas muito elevadas; você tem períodos de grande seca em outras regiões; tem períodos de muita chuva e muito frio, e sol inclemente. Portanto, nós precisamos, para que as crianças possam utilizar, durante todo o período letivo, quadras esportivas, nós precisamos que elas sejam cobertas; que elas existam, de um lado, e que elas sejam cobertas, as que existem e não são cobertas.

Então esse processo dessa segunda etapa desta cerimônia de hoje, que abrange, se eu não me engano, dez mil quadras, entre construção e cobertas – mais construção do que cobertas; cobertas, está em torno de 4 mil –, eu considero que esse é um imenso esforço nessa conjunção educacional-esportiva, principalmente também porque nós queremos dar ao ensino médio e ao ensino fundamental – que é um outro compromisso nosso –, nós queremos dar tempo integral de educação. E, para isso, uma parte desse tempo será, necessariamente, a capacitação dos nossos estudantes para as atividades esportivas.

Isso significa, portanto, que esse é um processo que tem a ver com todo esse esforço que o MEC faz hoje, no sentido de assegurar educação de qualidade da creche à pós-graduação. Com esse programa, eu acredito, nós damos o passo... com esses dois programas, nós damos um passo ousado, sem sombra de dúvida, na educação infantil. Nós damos, talvez, o maior passo dado em nosso país na direção do atendimento às crianças. Nunca houve... vou parafrasear o nosso ex-presidente Lula: nunca antes na história deste país se fez tantas creches e se colocou como prioritário as creches. E, também, nunca antes nós fizemos tantas quadras esportivas e cobertura de quadras esportivas.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-de-nova-selecao-para-unidades-de-educacao-infantil-e-quadras-poliesportivas-escolares-do-pac-2-brasilia-df-14min43s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-de-nova-selecao-para-unidades-de-educacao-infantil-e-quadras-poliesportivas-escolares-do-pac-2-brasilia-df-14min43s>)(14min43s) da Presidenta Dilma

Salvar

16-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse do Ministro do Turismo, Gastão Vieira

Presidenta Dilma destaca crescimento do turismo nacional durante solenidade de posse de novo ministro

Palácio do Planalto, 16 de setembro de 2011

Eu queria iniciar dando boas-vindas ao nosso ministro Gastão Dias Vieira. E temos certeza de que ele honrará o seu ancestral, a sua família, os seus amigos, os seus companheiros de partido e, agora, os seus companheiros de governo.

Queria cumprimentar o presidente do Senado, senador José Sarney,

Dirigir um cumprimento também ao senador Renan Calheiros, aqui presente,

Às senhoras e aos senhores deputados federais,

Aos familiares do ministro Gastão Vieira, que vão abrir mão do tempo dele, mas eu tenho certeza que são, na verdade, o escudo e o descanso desse guerreiro.

Às senhoras e aos senhores profissionais da imprensa,

Às senhoras e senhores aqui presentes

Eu quero, primeiro, saudar o Ministro e dizer que nós vivemos hoje um momento, no Brasil, em que o turismo, por dois lados, é um desafio. E um dos lados é o fato de que nós vamos ter dois... três grandes eventos, entre outros: a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Hoje começou a contagem dos mil dias para a Copa do Mundo.

E ao mesmo tempo pelo fato de que a taxa de crescimento dos voos domésticos, no Brasil, que é um dos indicadores não só dos negócios, mas também das atividades turísticas atinge, hoje, um crescimento de 20% ao ano, que é uma taxa asiática de crescimento. O Brasil, aquele Brasil que recebeu renda, que teve oportunidade, que conseguiu oportunidade de trabalho, esse Brasil é o Brasil que está começando a experimentar o fato de que este país é continental e tem tantas belezas, e aquela curiosidade de quem não conhece, mas já viu na televisão e viu em outros... em revistas, em jornais, conhecer este país com tanta diversidade.

E isso tudo, nós temos um Ministério, que é o Ministério do Turismo, que tem por desafio estruturar uma indústria que ninguém do Brasil deu tanta importância, a não ser nos últimos tempos, quando percebeu que essa indústria, ela movimenta bilhões e bilhões de dólares e euros e, agora, bilhões e bilhões ela pode movimentar, de reais. Por isso, eu queria dizer boas-vindas, bom desafio e boa construção.

Quero me dirigir também aos funcionários do Ministério do Turismo – e aqui presente o presidente da Embratur, Flávio Dino – e dizer que a colaboração deles é crucial, porque nós estamos olhando num horizonte e percebendo um tempo de muito trabalho e grandes desafios.

Eu agradeço também a colaboração do ex-ministro Pedro Novais, que esteve conosco até aqui.

E ao dar boas-vindas ao ministro Gastão Vieira – deputado Gastão Vieira, e agora ministro –, eu tenho certeza de que neste dia, 16 de setembro, que está a mil dias da Copa traz bons augúrios para o senhor. E que nós vamos cumprir as nossas obrigações na área do turismo, tanto provendo infraestrutura como serviços adequados, tanto para a nossa população quanto também para aqueles visitantes estrangeiros que vão chegar ao Brasil nesses eventos.

Agora, como nós não temos só de prover o acesso à Copa, mas nós temos que garantir essa circulação hoje, diária, desses brasileiros e dessas brasileiras é que os desafios se multiplicam e aumentam. Há muito o que fazer para melhorar a qualidade do atendimento ao turista, o turista interno e o turista que vem de fora. Precisamos formar mão de obra e isso é um problema, é um desafio, mas é uma grande oportunidade.

Eu tenho certeza de que uma pessoa que vem da área da educação, uma pessoa que tem essa paixão pela educação, tem uma grande contribuição a dar, porque turismo é serviço, turismo são pessoas, são pessoas que usufruem e são pessoas que ofertam. E, aí, a questão da qualidade dessa oferta, da formação dessas pessoas, faz toda a diferença. Por isso, acho que o senhor vem de uma área contígua, uma área vizinha, uma área muito próxima, o que vai trazer uma grande agregação de valor para o governo.

Então, nós sabemos que precisamos formar uma mão de obra bem formada, bem treinada, bem educada. E isso o senhor tem a paixão pela educação, terá a paixão pela formação da mão de obra do turismo.

Temos de fazer muito também para melhorar o acesso às qualidades bilíngues do nosso profissional da área turística. E isso também tem muito a ver, como o senhor disse, com o Pronatec. E o senhor me falou na primeira... na nossa primeira conversa, uma coisa muito importante. O senhor falou para mim: “Presidente, nós não temos sempre de inventar a roda. Muitas vezes, quando se utiliza coisas que estão funcionando, se faz um trabalho melhor” – se referindo ao “Sistema S” e a tudo o que é possível com o Pronatec.

Enfim, ministro Gastão Vieira, eu sei que o senhor terá muito trabalho a fazer. Tenha certeza que vai ter todo o meu apoio e suporte para essa missão de dotar o Brasil dessa capacidade de receber, de acolher, garantindo infraestrutura e qualidade de serviço.

Eu também sei que o senhor tem grande capacidade como gestor público, porque nos últimos dias eu não posso dar um passo sem que várias pessoas se aproximem de mim, as mais diversas, elogiando a trajetória do senhor e elogiando a atividade do senhor como gestor público. O senhor, que foi secretário várias vezes, na área de Educação e do Planejamento, trará essa experiência para nós. Conheço também a sua larga experiência como parlamentar e tenho acesso ao conhecimento sobre o seu compromisso com o país. Foram cinco mandatos de deputado federal, ganhou o respeito dos seus pares, como parlamentar competente e dedicado à causa pública. Essa experiência será de grande valia para o exercício da atividade no governo.

Eu queria dizer, Ministro, que escolhas políticas não desmerecem nenhum governo. É com políticos e com partidos políticos, com técnicos e com especialistas que se governa um país tão complexo como o nosso Brasil. A política bem exercida é uma atividade nobre e imprescindível à sociedade democrática.

Seja bem-vindo ao meu governo, ministro Gastão Vieira. Boa sorte com os seus novos desafios. E pode contar comigo e com o meu governo para enfrentá-los.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-do-ministro-do-turismo-gastao-vieira-brasilia-df-09min34s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-posse-do-ministro-do-turismo-gastao-vieira-brasilia-df-09min34s>) (09min34s) da Presidenta Dilma

Salvar

16-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de anúncio de investimentos do PAC2 Copa

Presidenta Dilma afirmou que investir em infraestrutura é uma maneira de dizer ‘não’ à crise internacional e um ‘sonoro sim’ ao crescimento e à melhoria de vida da população

Belo Horizonte-MG, 16 de setembro de 2011

Eu queria primeiro cumprimentar, aqui, todas mineiras e os mineiros aqui presentes,

E cumprimentar também o nosso querido governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia,

Dirigir um cumprimento muito especial ao nosso rei, ao nosso rei Pelé, embaixador extraordinário [honorário] do Brasil para a Copa de 2014, e dizer que nós estamos aqui – nos mil dias – com um especialista em mil, especialista pelos seus 1.283 gols. E nós todos aqui vamos convir que um especialista em mil dá muito orgulho para o nosso país.

Queria cumprimentar também meus ministros e ministras: Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o meu querido ministro Orlando Silva, do Esporte, que tem a função de coordenar todas as atividades do governo ligadas à Copa do Mundo de 2014,

Queria também cumprimentar a ministra Helena Chagas, da Comunicação Social,

E dirigir um cumprimento também ao vice-governador de Minas Gerais, senhor Alberto Pinto Coelho, presidente estadual do Comitê Gestor da Copa,

Cumprimentar o nosso senador Clésio Andrade,

Os deputados federais Carlos Melles, Bilac Pinto, Gabriel Guimarães, João Moraes, Reginaldo Lopes, Walter Tosta, Weliton Prado,

Dirigir um cumprimento todo especial ao prefeito de Belo Horizonte, nosso anfitrião no dia de hoje, juntamente com o governador Anastasia e, sobretudo, um grande parceiro e um prefeito extraordinário no que se refere à sua capacidade de gestão e articulação, o nosso querido Marcio Araújo de Lacerda,

Queria cumprimentar também as prefeitas e os prefeitos: de Betim, Maria do Carmo Lara; de Ibirité, Laércio Marinho Dias; de Ribeirão das Neves, Wallace Ventura; de Santa Luzia, Gilberto Dorneles; de Sabará, William Borges,

Cumprimentar também o vice-prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho,

O vereador Léo Burguês de Castro, presidente da Câmara Municipal, por meio de quem eu cumprimento os senhores vereadores e todos as lideranças políticas locais,

Queria cumprimentar também o prefeito Rogério Avelar, prefeito de Lagoa Santa e presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte,

Queria cumprimentar as senhoras jornalistas, os senhores jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

Nós começamos hoje a contagem regressiva dos mil dias para a Copa do Mundo de 2014. Nós sabemos que essa Copa do Mundo se dá em um momento muito importante para o Brasil, quando nós atingimos, enquanto país, um momento de transformação muito importante. Uma transformação cuja característica – e que nós mais nos orgulhamos – é o fato dele ter incluído mais de 40 milhões de brasileiros, elevando-os à condição de classe média. Esse é um desafio que nós estamos continuando, através de vários programas, entre eles o Brasil sem Miséria.

Mas uma Copa do Mundo, ela é um momento também de afirmação do país, de afirmação da sua capacidade de organizar, talvez, um dos maiores eventos hoje, não só porque o Brasil é um permanente apaixonado pelo futebol, mas hoje – até com a contribuição do nosso rei Pelé – um evento internacional. Se teve alguém responsável – para várias gerações de jovens, crianças e adultos no mundo – para levá-los a gostar e admirar o futebol, é o nosso querido Pelé. Um brasileiro com um talento excepcional, com uma capacidade física fantástica e com um talento extraordinário que apaixonou o mundo em várias jogadas.

E esse grande atleta, talvez, não só o maior atleta do século XX, mas seguramente dos últimos tempos e do momento atual, este grande atleta se soma na sua dimensão – não só nacional, mas internacional – a um país que também cresce e que conquista o mundo. Por isso, eu acredito que este é um momento muito especial.

É também um momento especial porque eu estive lá no Mineirão e lá eu vi a imensa e a extraordinária obra feita pelo governo do estado e a prefeitura, no sentido de viabilizar, com a parceria de empresários privados, um estádio em um prazo excepcional, que vai atender não só a Copa do Mundo, mas a Copa das Confederações. É, de fato, um dos estádios com um tempo de resolução dos mais extraordinários do Brasil.

Eu queria também destacar a obra que eu vi no viaduto ali, que passa pelo viaduto Abraão Caram, que vai dar lá no estádio, também uma obra bastante avançada, e também o Boulevard sobre o Arrudas [ribeirão Arrudas].

Mas eu vim aqui hoje para fazer um anúncio, e é um anúncio que eu considero dos mais importantes. Eu reconheço o esforço do prefeito Marcio Lacerda e do governador Anastasia para que isso fosse viável. Eu me refiro aqui ao Metrô, ampliação da Linha 1 e... (aplausos). Então, voltando, Metrô... ampliação da Linha 1 e a [implantação das] Linhas 2 e 3. Além disso, estão previstos 11 terminais, passando por sete municípios – Sabará, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Contagem, Santa Luzia, Ibirité e Sarzedo. E nós fizemos um grande esforço no sentido de viabilizar essa obra, por isso o governo federal está colocando [R\$] 1 bilhão do seu orçamento. Portanto, é dinheiro do Orçamento Geral da União. Está colocando, também, de financiamento, à disposição da Prefeitura e do governo estadual, [R\$] 770 milhões [recursos de financiamento para o Metrô]. Nesses 11 terminais serão mais [R\$] 135 milhões de financiamento; e também, hoje, no Complexo da Lagoinha, mais 128 milhões [de financiamento].

Então, eu estou muito feliz porque hoje eu estou aqui anunciando [R\$] 2,13 bilhões, sendo que [R\$] 1 bilhão – desses R\$ 2 [2,13] bilhões – é Orçamento Geral da União.

Por que eu estou feliz? Porque eu acredito, como o meu Ministro das Cidades já falou, que aqui nesta região, que é uma região das mais importantes do Brasil, está em curso um projeto muito importante, quando a gente considera a questão da mobilidade urbana. Aqui

está em curso uma ligação – metrô, BRT, sistema viário, melhorias nos trajetos, enfim –, um conjunto de obras que montam... se você somar esses [R\$] 2,13 milhões [R\$ 2,13 bilhões] de hoje, mais [R\$] 1,446 bilhão da matriz da Copa, chega a [R\$] 3 bilhões e 400 ... [R\$] 3,459 bilhões.

E aí não é o número que é importante. O que é importante é a qualidade da proposta feita pelo estado e pelo município, abrangendo o conjunto dos municípios, também, da Grande Belo Horizonte. É um projeto que tem por objetivo – eu acho que é isso o que nós temos de destacar – a melhoria da vida das pessoas porque, obviamente, todos aqueles belo-horizontinos e grande belo-horizontinos – mineiros e brasileiros – que ficam e passam uma parte dos seus dias dentro do transporte, o que eles querem é mais conforto, mais segurança e mais rapidez. E eu acredito que o projeto apresentado ao governo federal pela Prefeitura e pelo estado contemplam essas três qualidades. Por isso eu fico muito feliz de estar aqui hoje.

No avião, nós vínhamos conversando com o Pelé, com o Ministro das Cidades, com o nosso ministro Orlando, que estávamos vendo justamente que aqui em Belo Horizonte – pela primeira vez, desde que Belo Horizonte foi fundada – tem um investimento tão concentrado, porque a parte do estado e do município eu não estou falando aqui. Mas tem a parte do estado e do município, que é muito importante. Eu acredito que, se somar as duas partes, nós vamos chegar por volta de quase uns 6 bilhões de investimento aqui nesta região. E por isso eu posso dizer que, talvez, nesse período concentrado, em Belo Horizonte nunca houve, nem aqui nesta região, um investimento deste porte, somando as nossas iniciativas.

Hoje, neste dia que nós estamos contando mil dias para a Copa, ver de um lado uma obra do porte de todas essas da Copa, de mobilidade urbana, já liberadas – que é o BRT da Antônio Carlos e da Pedro II, a Central de Controle de Tráfego, o Boulevard Arrudas, o BRT Cristiano Machado, Via 210, Via 710, o BRT da área central e corredor Pedro II –, ver tudo isso já em andamento e, ao mesmo tempo, constatar que nós temos um horizonte de investimento em que está presente o metrô, a ampliação da via [Linha] 1 e construção... e efetivação das [Linhas] 2 e 3, permite que eu diga para vocês que continuar investindo pesadamente em obras de infraestrutura é parte da nossa estratégia para garantir que o Brasil mantenha o desenvolvimento em ritmo adequado.

Investir em infraestrutura é uma maneira de dizer não à crise internacional que afeta os países da Zona do Euro e os Estados Unidos; é uma maneira de dizer não a todas aquelas tentativas passadas de, sempre que havia crise, nos levar para a redução do ritmo de crescimento; e é uma maneira de dizer um sonoro sim ao crescimento, à melhoria de vida das nossas cidades e das populações urbanas.

Eu aproveito o dia de hoje para duas coisas. Primeiro, para cumprimentar cada um dos prefeitos das 12 cidades da Copa, das 12 cidades que, pelo Brasil afora, estão fazendo um esforço enorme para construir seus estádios e fazer suas obras de mobilidade urbana; e também os senhores governadores.

Mas eu quero também concentrar esta cerimônia para que Belo Horizonte e Minas Gerais tenham, de fato, não só um legado da Copa mas tenham, de fato, uma estrutura de transporte à altura da importância do estado de Minas Gerais. Sem dúvida, o Metrô de Belo Horizonte faz parte da nossa estratégia para que o Brasil continue crescendo.

Eu queria dizer que eu fico muito feliz porque, de fato, eu me comprometi – no dia 21 de dezembro de 2012 – a voltar aqui e assistir ao Pelé fazer um gol. Porque o Pelé queria que eu fizesse um gol, mas a minha habilidade não é essa, é a dele. Então, assistirei ao Pelé fazendo um gol.

E dizer outra coisa: às vezes há coincidências fantásticas na vida. Então, vim eu... tirante o

Orlando, a gente tira o Orlando. Mas viemos eu e o Pelé aqui para comemorar os mil dias. Dois mineiros: um de Belo Horizonte e o outro de Três Corações, tricordiano, ali, o nosso Pelé.

Esse metrô, que não é uma obra específica da Copa, mas é uma obra – como tantas outras ligadas à Copa – para Belo Horizonte, ele nasce sob bons auspícios, os auspícios destes mil dias e de um grande especialista em mil.

Por isso, eu agradeço a todos vocês e desejo ao nosso querido Anastasia e ao Márcio Lacerda muito trabalho, para a gente fazer com que esse metrô fique à disposição dos mineiros o mais rápido possível. O que nós pudermos ajudar, Márcio, o que nós pudermos ajudar, Anastasia, nós ajudaremos.

Um abraço a todos.

▣
Ouça a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-investimentos-do-pac-2-copa) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-investimentos-do-pac-2-copa>) (19min16s) da Presidenta Dilma

19-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres

Presidenta Dilma destaca que será a primeira mulher, na história das Nações Unidas, a abrir os debates da Assembleia Geral

Nova Iorque-EUA, 19 de setembro de 2011

Excelentíssima senhora Kamla Persad-Bissessar, primeira-ministra de Trinidad e Tobago,

Senhora Michelle Bachelet, diretora-geral da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento da Mulher,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhora Hillary Clinton, secretária de Estado dos Estados Unidos,

Senhoras e senhores,

Congratulo-me com os países e as organizações multilaterais que promovem esta Reunião de Alto Nível sobre Participação Política das Mulheres. Com orgulho, o Brasil participa dessa iniciativa.

Depois de amanhã serei a primeira mulher, na história das Nações Unidas, a abrir os debates da Assembleia Geral. Gostaria de compartilhar essa honra com todas as mulheres aqui presentes, em especial com a subsecretária Michelle Bachelet, a primeira mulher da América do Sul a ser eleita Presidenta do seu país.

A criação da ONU Mulheres significou, na visão do Brasil, um passo à frente para a ação coordenada em prol daquelas que representam não uma minoria e, sim, mais da metade da humanidade. Demonstra que, longe de ser um tema acessório, a questão de gênero é hoje prioridade da agenda internacional.

Apesar de alguns avanços notáveis, a desigualdade permanece. Em pleno século XXI, são as mulheres as que mais sofrem com a pobreza extrema, o analfabetismo, as falhas dos sistemas de Saúde, os conflitos e a violência sexual. Em geral, as mulheres ainda recebem salários menores pela mesma atividade profissional e têm presença reduzida nas principais instâncias decisórias.

A crise econômica e as respostas equivocadas a ela podem agravar esse cenário, intensificando a feminização da pobreza. Por isso, combater as consequências e também as causas da crise é essencial para o empoderamento das mulheres.

Minha contribuição para esta reunião será a de compartilhar um pouco da experiência e visão do Brasil sobre o papel das mulheres na construção tanto de sua própria autonomia quanto do desenvolvimento da paz e da segurança, processos que, para nós, são interdependentes.

Senhoras e senhores,

O Brasil está comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como com os principais instrumentos internacionais sobre gênero. Apoiamos, com igual satisfação, a convenção e a recomendação da Organização Internacional do Trabalho sobre os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos. Em meu país, ainda resta muito a ser feito para ampliar a participação política das mulheres.

Fui eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil 121 anos depois da Proclamação da República e 78 anos depois da conquista do voto feminino. Somos 52% dos eleitores, mas apenas 10% do Congresso Nacional. Tenho me esforçado para ampliar a contribuição feminina nos espaços decisórios – dez Ministérios do meu governo são comandados por mulheres. Em especial, quero enfatizar que o núcleo central do meu governo é constituído por mulheres ministras.

Senhoras e senhores,

O Brasil criou, em nível ministerial, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, cujo objetivo é incorporar a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas. Tais ações são desenvolvidas com intensa participação das brasileiras, por meio da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que, neste ano, terá sua terceira edição.

Meu país, nos últimos anos, vem desenvolvendo-se de forma sustentável, aliando o crescimento econômico, distribuição de renda, geração de empregos e responsabilidade ambiental.

Comecei meu governo lançando um novo desafio: erradicar a pobreza extrema. São as próprias mulheres, que tanto sofrem com a pobreza, as principais aliadas das políticas voltadas para a sua superação. Elas têm prioridade em programas sociais, como o de transferência de renda e o de crédito para habitação, o que se reverte na melhoria da qualidade de vida delas mesmas e de suas famílias. São elas que, na família, se encarregam de gerir os benefícios originários das nossas políticas sociais.

As mulheres são também aliadas do desenvolvimento sustentável e de uma necessária mudança de padrões de consumo. Conto com vocês para promover expressiva participação feminina na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20, que o Brasil terá o privilégio de sediar em 2012.

Minhas queridas companheiras,

Outro elemento fundamental de nosso compromisso com as mulheres, inclusive no que se refere a seus direitos sexuais e reprodutivos, é o aperfeiçoamento de serviço de Saúde. Tendo em vista a persistência dos altos índices de mortalidade materna, elegi como prioridade garantir às mães o atendimento seguro e humanizado, desde a confirmação da gravidez até os dois primeiros anos de vida do bebê. Além disso, diminuimos a ocorrência da gravidez na adolescência, aumentamos a distribuição de anticoncepcionais e intensificamos as ações para prevenir, diagnosticar e tratar o câncer de colo de útero e de mama, bem como para combater o avanço da Aids entre as mulheres.

Minhas queridas senhoras e minhas queridas companheiras,

As mulheres são especialmente interessadas na construção de um mundo mais pacífico e seguro. Quem gera a vida não aceita a violência como meio de solução de conflitos. Por isso devemos nos engajar na reforma da governança global para que a comunidade internacional tenha mecanismos mais representativos e eficazes de ação como a paz sustentável. A existência de conflitos armados vitima, especialmente, as mulheres e – cada vez mais – as

crianças.

Senhoras e senhores,

Além disso, as mulheres estão sujeitas à violência em tempos de paz, muitas vezes sofridas em suas próprias casas. Para combater esse mal, o Brasil criou delegacias especializadas e uma central de atendimento à mulher, bem como estabeleceu legislação especial de prevenção e punição das agressões feitas às mulheres, denominada Lei Maria da Penha, reconhecida hoje em todo o mundo. Tenho certeza de que uma mudança cultural também seja necessária para por fim ao lamentável, mas persistente hábito, de atribuir às mulheres a responsabilidade pela violência que sofrem.

Minhas queridas senhoras,

A recusa da desigualdade é plenamente compatível com a valorização da diferença. Promover os direitos humanos é combater a discriminação baseada em gênero, raça, condição física, orientação sexual, pensamentos diferentes e religião. Essas lutas são todas indissociáveis. Sei que nos momentos difíceis cada uma de nós busca força e inspiração nas mulheres que ao longo da história resistiram a todas as formas de opressão. Naquelas que apareceram diante do mundo e também em todas as mulheres anônimas e suas lutas anônimas. A elas agradeço a possibilidade de ocupar esta tribuna e de dizer a todas as meninas e mulheres do mundo que com coragem, tenacidade e altivez, é possível conquistar os nossos sonhos.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-coloquio-de-alto-nivel-sobre-participacao-politica-de-mulheres-nova-iorque-eua-10min30s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-coloquio-de-alto-nivel-sobre-participacao-politica-de-mulheres-nova-iorque-eua-10min30s) (10min30s) da Presidenta Dilma

Salvar

19-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da Reunião de Alto Nível sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis

Presidenta ressalta que a pauta da reunião se estrutura em função das pessoas que sofrem de doenças como hipertensão, diabetes, câncer e doenças respiratórias

Nova Iorque-EUA, 19 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,

Gostaria de congratular a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde pela realização desta Reunião de Alto Nível sobre as Doenças Crônicas Não Transmissíveis. O êxito obtido nas reuniões anteriores é um estímulo para avançarmos na Agenda Global da Saúde.

Neste momento, nossa pauta se estrutura em função das pessoas que sofrem de doenças como hipertensão, diabetes, câncer e doenças respiratórias.

A principal causa de nossa determinação e empenho para reduzi-las são as perdas de vida precoces e o sofrimento das pessoas e seus familiares. No meu país, 72% das causas não violentas de óbito entre pessoas com menos de 70 anos são por essas doenças.

Senhor Presidente,

O Brasil defende o acesso aos medicamentos como parte do direito humano à Saúde. Sabemos que é elemento estratégico para a inclusão social, para a busca da equidade e para o fortalecimento dos sistemas públicos de Saúde.

Uma das primeiras medidas do meu governo foi aumentar o acesso a medicamentos para os pacientes hipertensos e diabéticos no Sistema Único de Saúde. Estamos garantindo medicamentos gratuitos para essas doenças, especificamente diabetes e hipertensão. O programa Saúde não tem Preço distribui tais medicamentos gratuitamente por meio de parceria com mais de 20 mil farmácias públicas e privadas.

Senhor Presidente,

A defesa pelo acesso a medicamentos e a promoção à prevenção à Saúde devem caminhar juntas. O Brasil respeita seus compromissos em matéria de propriedade intelectual, mas estamos convencidos de que as flexibilidades previstas no Acordo TRIPs da OMC, na Declaração de Doha, sobre TRIPs e saúde pública, e na Estratégia Global sobre Saúde Pública são indispensáveis para políticas que garantam o direito à Saúde.

Senhor Presidente,

No Brasil, estamos intensificando o combate aos fatores de risco com maior influência no

aparecimento das doenças crônicas, a saber: o tabagismo, o consumo abusivo de álcool, a inatividade física e a alimentação não saudável.

Estamos promovendo a reformulação dos espaços urbanos nas grandes cidades brasileiras, e o programa Academia da Saúde prevê a criação de 4 mil novos espaços para atividade física orientada.

O governo brasileiro vem também tomando medidas para garantir alimentação mais adequada com incentivo ao aleitamento materno, à rotulagem dos alimentos e ao Programa de Alimentação nas Escolas [Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)]. Outra iniciativa do meu governo foram acordos voluntários com a indústria alimentar para a eliminação das gorduras trans e para a redução do sódio.

Queremos avançar ainda mais no combate ao tabagismo com a implementação plena dos artigos da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

A saúde da mulher é uma prioridade do meu governo. Estamos fortemente empenhados na redução da mortalidade infantil, pelo câncer de mama, o mais frequente, e pelo câncer do colo do útero, que ainda é um grave problema na região das mais vulneráveis do norte do meu país.

Assim, estamos facilitando o acesso aos exames preventivos, melhorando a qualidade das mamografias e ampliando o tratamento para as vítimas do câncer.

Senhor Presidente,

Esta reunião de Chefes de Estado de todo o mundo deve produzir passos decisivos para a redução das doenças crônicas não transmissíveis. A incidência desproporcional dessas doenças entre os mais pobres demonstra a necessidade de respostas integrais ao nosso problema.

É fundamental que haja coordenação entre as políticas de saúde e aquelas destinadas a lidar com os determinantes sócio-econômicos dessas enfermidades.

A importância central do tema para o Brasil e para o mundo levou meu país a promover, em conjunto com a OMS – a Organização Mundial de Saúde, a Conferência Mundial de Saúde, a conferência mundial sobre os determinantes sociais da Saúde.

Convido a todos os presentes para comparecerem a essa Conferência, que será realizada nos dias 19 e 21 de outubro de 2011, no Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-reuniao-de-alto-nivel-sobre-doencas-cronicas-nao-transmissiveis-nova-iorque-eua-06min17s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-reuniao-de-alto-nivel-sobre-doencas-cronicas-nao-transmissiveis-nova-iorque-eua-06min17s>)(06min17s) da Presidenta Dilma

Salvar

19-09-2011 - Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante a solenidade de abertura do V Seminário Brasileiro sobre Advocacia Pública Federal

O Presidente da República em exercício, Michel Temer, falou sobre a profissão dos advogados públicos

Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília-DF, 19 de setembro de 2011

Senhor senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional,

Prezado colega advogado Luís Inácio Adams, advogado-geral da União,

Prezado e eminentíssimo, querido amigo, jurista Saulo Ramos,

Ministro João Oreste Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Demais autoridades,

Meus colegas advogados públicos,

Eu tenho, presidente Sarney, várias razões para estar aqui no dia de hoje. A última delas é exercer interinamente a Presidência da República. Não é esta a razão. A razão fundamental é exatamente a de que eu sou advogado e fui advogado público. De modo que é com grande prazer, Luís Inácio Adams, que eu compareço a esta abertura deste Congresso da Advocacia Pública, porque, como bem salientou o jurista Saulo Ramos, são os advogados públicos que defendem o princípio da legalidade e, hoje, além do princípio da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, enfim, os preceitos constitucionais básicos que regem e conduzem a conduta do advogado público no nosso país. Então, esta é uma razão inicial, inaugural, que eu tenho para estar aqui no dia de hoje.

A segunda razão está precisamente por saber que se homenageia esta grande figura do Direito pátrio, que é o advogado Saulo Ramos. Eu acho que – viu, Saulo? – mais do que jurista, professor, o que mais enaltece os integrantes da nossa profissão é ser chamado de advogado. De modo que você, para mim, é o advogado Saulo Ramos, o advogado que construiu uma vida profissional extraordinária.

E, interessante, sabe que o Saulo, além de escritor, com o seu “Código da Vida”, esteve aí, semanas e semanas, meses e meses seguidos, num dos primeiros lugares de vendagem. Porque o Saulo conseguiu transmitir, no seu Código da Vida, precisamente não só apenas a sua experiência profissional, mas soube trazer, amalgamar, misturar a sua vivência profissional com a criatividade ficcional. E essa criatividade ficcional é que encantou a todos os brasileiros, e que manteve, durante muito tempo, nos primeiros lugares o seu livro Código da Vida, que é melhor, viu Saulo, do que o Código da Vinci – não é? – bem melhor.

Então, eu tenho esta satisfação extraordinária, porque me recordo, presidente Sarney, das vezes em que eu, deputado de primeiro mandato, ia às comissões e lá verificava o Saulo,

como agente de governo, como consultor geral e outros tantos cargos que ocupou no governo, debatendo com deputados, senadores, e trazendo para os deputados e senadores a sua experiência profissional. Era capaz de responder muito adequadamente e comprovadamente – porque comprovava as suas afirmações com texto da Constituição Federal – nos debates de que ele participava.

Então, ele engrandeceu enormemente, naquele período, a advocacia em geral. Mas a grandiosidade maior surgiu, precisamente, na ideia da distinção entre advocacia pública e a Procuradoria Geral da República. Era algo inusual o procurador da República ocupar ambas as funções. Era algo, penso eu, que incomodava os próprios procuradores da República.

Então, o Saulo, muito adequadamente... o jurista Saulo, o advogado Saulo, muito adequadamente homenageado – viu, Adams? – por este encontro, e nós devemos aplaudi-lo a todo instante, não tenho a menor dúvida disso. E a outra razão é, confesso, a admiração que tenho pelo Luís Inácio Adams. Eu acho que ele é a síntese da competência, da exaço, da extraordinária capacidade de trabalho dos advogados públicos. Especialmente porque... Eu já vi muitos trabalhos dele, já li muitos trabalhos seus e dos advogados públicos da União. Não se baseiam eles, como se costumava muito fazer, em épocas passadas, em portarias. Muitas vezes, as pessoas davam muito mais atenção às portarias que, na origem, é ordem do porteiro, do que às Constituições. E acho que o Saulo deixou essa marca, viu, presidente Sarney? De enaltecer o texto constitucional que vejo que é seguido muito criteriosamente pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. Portanto, esta é uma outra... um outro fator que me leva a ficar, digamos, civicamente feliz por estar aqui na noite de hoje.

E, finalmente, essas três razões, mas o presidente Sarney veio adicionar, com a sua presença, uma quarta, porque chegando aqui e encontrando o presidente José Sarney, eu verifiquei, recordando-me da Constituinte, como foi importante a moderação, o equilíbrio do então Presidente da República, para que retornássemos à democracia sem nenhum trauma, que foi precisamente a presença serena, equilibrada, do presidente Sarney, que fez com que nós retornássemos à democracia. E hoje, mais do que nunca, não só retornássemos à democracia como colocássemos o advogado, por força, como disse o advogado Saulo Ramos, do entusiasmo do presidente Sarney, colocássemos o advogado numa posição de destaque no texto constitucional, fosse o advogado privado ou fosse o advogado público que, no passado, antes da Constituição de 88, do presidente Sarney, antes da sua gestão, não tinham presença constitucional, mas apenas presença infra-constitucional, presença legal. De modo que devem os advogados do Brasil, Saulo, advogados privados e advogados públicos, ao presidente Sarney, à gestão do presidente Sarney, a posição de realce e de relevo que ocupam nos dias atuais.

Portanto, eu quero finalizar cumprimentando-os mais uma vez e desejando, naturalmente, um bom congresso. E tenho certeza – aqui falo com convicção – uma tranquilíssima e sedutora fala que amanhã fará o advogado Saulo Ramos.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-senhor-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-solenidade-de-abertura-do-v-seminario-brasileiro-sobre-advocacia-publica-federal-brasilia-df-07min04s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-senhor-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-solenidade-de-abertura-do-v-seminario-brasileiro-sobre-advocacia-publica-federal-brasilia-df-07min04s) (07min04s) do Presidente da República em exercício, Michel Temer

20-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante jantar por ocasião da entrega do Prêmio por Serviço Público, oferecido pelo Instituto Woodrow Wilson

Presidenta Dilma Rousseff recebe o Prêmio por Serviço Público, oferecido pelo Instituto Woodrow Wilson

Nova Iorque-EUA, 20 de setembro de 2011

Queria dirigir um cumprimento emocionado à senhora Jane Harman, presidenta do Woodrow Wilson Center, e dizer que, de fato, muito me emocionou esse retrospecto sobre a minha vida.

Queria agradecer também ao senhor Josué Gomes da Silva, presidente da Coteminas e ao senhor John Melo, presidente da Amyris.

Queria agradecer também a todos os que aqui prestigiam este encontro, este jantar.

Agradecer às senhoras e aos senhores empresários, acadêmicos, representantes do governo e da sociedade civil, brasileiros e americanos, que aqui se encontram hoje.

Cumprimentar os ministros e as ministras de Estado que me acompanham.

Cumprimentar cada um dos presentes, inclusive aos amigos, alguns dos quais eu tenho, nesta noite, o prazer de rever.

Quero dizer para vocês que eu recebo esta distinção em nome do povo brasileiro, verdadeiro agente dos avanços que meu país vem experimentando nesses últimos anos e responsável por eu estar aqui hoje.

Sem sombra de dúvida, eu tenho muita honra de ser – na cerimônia de amanhã da abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU – a primeira mulher a fazer uso da palavra naquela reunião, e acredito que naquele momento, também, eu represento a luta das mulheres de todo o mundo, tanto aquelas anônimas, como também as mulheres que chegaram a postos de liderança, a situações diferenciadas e que mostram que, sem dúvida nenhuma, este século XXI é o século das mulheres.

Eu queria agradecer a cada um de vocês e dizer que eu tenho muito orgulho do momento que o meu país vive, mas, ao mesmo tempo, muita preocupação com a situação do mundo.

Nós sabemos que o Brasil, nos anos recentes, obteve um incremento de sua renda média e uma forte redução da desigualdade social e, ao mesmo tempo, atingiu, nos últimos meses – para não dizer nos últimos dois anos – uma situação de quase pleno emprego.

Esse fato permite que eu externe, também, aqui a minha imensa preocupação com o que

está ocorrendo nos países desenvolvidos no que se refere não só aos efeitos da crise econômica, mas também aos efeitos sobre a sociedade, principalmente aos efeitos que o desemprego produz.

Eu queria dizer que hoje o mundo passa por uma situação muito especial e que cada um de nós, mesmo países que, por características da sua trajetória, não são objetos, não estão inteiramente comprometidos e contagiados com a crise pela qual o mundo atravessa, principalmente o mundo desenvolvido, não podem ficar numa situação confortável e passiva, olhando os fatos acontecerem.

Por isso que a trajetória do meu país me é tão cara e acredito também que pode servir para dar uma contribuição nessa situação por que o mundo passa.

Nós fizemos um vasto programa de inclusão social, que trouxe para a classe média mais de 40 milhões de brasileiros, que trouxe para o poder de consumo, que trouxe para atividades... enquanto trabalhadores, enquanto empreendedores.

Nós sabemos que, mesmo assim, persistem grandes desafios que nós nos determinamos a enfrentar. Um desses desafios é consolidar o nosso mercado interno e assegurar que esse mercado interno se combine com a nossa situação no mundo, garantindo não só oportunidades de investimento para os brasileiros e para os demais países do mundo, mas também permitindo que esse grande mercado interno muitas vezes sirva de âncora para que nós enfrentemos os momentos mais turbulentos dos próximos anos e deste ano.

Quero dizer aos senhores que, além de ser uma questão moral, a luta contra a extrema pobreza tem grande significado econômico no meu país. É ela a responsável pela importância do Brasil como país emergente, porque um país emergente, com 190 milhões de consumidores, trabalhadores e empreendedores, é muito diferente de um país cortado e dividido pela desigualdade social.

Por isso, que quero dizer para vocês que um dos maiores desafios do meu governo é, de fato, reduzir a extrema pobreza, tratando de incorporar os restantes bilhões [milhões] de brasileiros e brasileiras que ainda vivem na extrema miséria para [a] uma situação de civilização, de consumo, de renda e de trabalho.

Nós, de fato, fomos um dos primeiros países a sair da primeira fase da crise, em 2008. Estamos, hoje, ainda mais preparados para enfrentar essa nova fase da crise internacional. Nossos fundamentos são sólidos; reservas internacionais aumentadas em relação ao que tínhamos anteriormente; bancos saudáveis; contas públicas ordenadas; uma relação de dívida sobre o Produto Interno Bruto muito baixa para os padrões internacionais; empresariado confiante; empresariado experiente; e um Estado que assumiu suas responsabilidades estratégicas para com a economia, sobretudo a garantia do controle da inflação e a garantia de um processo de crescimento e um processo de inclusão social no Brasil.

Nossa medida anticíclica mais eficaz foi, sem dúvida, a ampliação no nosso mercado interno por meio da inclusão, como eu já disse, de milhões de brasileiros.

Hoje o Brasil está adotando, também para fazer face à crise, uma ativa política de investimento e expansão da demanda, tanto por meio do investimento público, mas também, e sobretudo pelo que nos interessa, pelo investimento privado.

No que se refere ao investimento público, o Programa de Aceleração do Crescimento, os programas que levam em conta toda a sustentação do investimento privado no Brasil com desonerações, melhoria das condições de crédito, e também o nosso programa habitacional têm sido elementos fundamentais, não só de garantir o emprego, de garantir as nossas

políticas sociais inclusivas, mas também de ser fortes elementos anticíclicos.

Considero que as políticas industriais que fortalecem a inovação, as desonerações fiscais a que eu já me referi, as políticas de capacitação profissional impulsionam hoje a transformação produtiva do meu país, contribuindo para enfrentar este mundo mais competitivo e as novas demandas sociais.

Mantemos uma matriz energética limpa, mantemos nossos compromissos, assumidos voluntariamente, em relação à questão da Conferência de Copenhague e da redução da emissão de gases de efeito estufa, e temos muito orgulho da nossa agricultura, produtora de alimentos, eficiente e de elevada competitividade. Temos também muito orgulho dos nossos programas de produção de energia limpa, baseada no etanol.

Senhoras e senhores,

Nós sabemos que a paz universal foi a causa a que o presidente Woodrow Wilson consagrou a sua vida. Em meio ao nacionalismo mais exacerbado da sua época, e que provocou a Primeira Guerra Mundial, ele não hesitou em defender o multilateralismo. Tinha convicção de que não haveria paz enquanto não se abolisse o uso da força entre as nações e se estabelecesse o diálogo.

Hoje, 92 anos após, a comunidade internacional encontra-se em encruzilhada distinta, mas igualmente grave. Não estão superadas as velhas ameaças que preocupavam Woodrow Wilson. Acirra-se hoje a corrida mundial por recursos e mercados sem que as guerras localizadas tenham sido abolidas.

O aquecimento global e a crise financeira, para serem enfrentados, vão exigir soluções mais interdependentes, coletivas, multilaterais. O mundo é, sem dúvida, hoje, muito mais complexo e multipolar. Os países em desenvolvimento emergem como fator positivo na economia global, mas eles também sofrem os efeitos de uma crise nascida da insensatez e da incapacidade política de comandar a economia.

Precisamos de iniciativas para reorientá-la rumo ao crescimento e redefinir o sistema financeiro global, de forma a assegurar maior estabilidade para todos os países do mundo.

No momento em que debatemos o clima, a política internacional e a economia do século XXI, fica patente a importância de dar continuidade às reformas dos organismos econômicos multilaterais, como o Fundo Monetário e o Banco Mundial, e a importância também da reforma da ONU.

Senhoras e senhores,

Sopram ventos de mudança na América Latina, em especial na América do Sul, que consolida sua democracia e sua soberania, que cresce e distribui renda.

Estamos forjando, por meio da Unasul, uma integração que reflete o potencial de uma região com vastos recursos energéticos, minerais, alimentares, de água e de biodiversidade; de uma região sem armas de destruição em massa, sem conflitos étnicos e sem nenhuma forma de violência armada.

Senhoras e senhores,

A eleição do presidente Obama aproximou ainda mais os Estados Unidos e o Brasil, duas democracias multiculturais e pluriétnicas. Concordamos em que o multilateralismo é fiador da paz, em que a justiça social é garantia da democracia. Temos muitos princípios em comum.

O Brasil, como vocês sabem, pratica uma diplomacia universalista. Aproximamo-nos da

África, consolidamos a integração latinoamericana e fortalecemos laços de comércio e investimento com uma Ásia que cresce e é pujante. Forjamos coalizões em defesa de causas que projetam as convicções mais profundas do povo brasileiro no Ibas, nos Brics, no G-20, buscando alternativas para resolver uma crise de imprevisíveis consequências.

O Planeta, sem dúvida nenhuma, tem dificuldade de suportar as pressões de uma globalização que é... com efeitos muito fortes sobre o meio ambiente, sob o aspecto social e sob o aspecto econômico. Por isso, é muito importante para o Brasil sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, porque isto significa – naquela conferência que é sobre economia verde, sobre economia sustentável, sobre meio ambiente e energia limpa –, significa colocar em perspectiva o próprio crescimento e a sustentabilidade.

Em todos esses temas, queremos os Estados Unidos como um dos interlocutores mais próximos. Hoje estivemos juntos na abertura de um encontro que eu considero muito importante e que é uma iniciativa conjunta – que começa com a sugestão do presidente Obama na Conferência, do ano passado, das Nações Unidas –, que é o governo aberto. É uma questão que diz respeito não apenas ao combate da corrupção, mas, sobretudo, à maior eficiência, ao melhor uso dos recursos públicos e à utilização da tecnologia em prol de um governo aberto, de um governo que permite aos seus cidadãos terem acesso a todas as informações e a controlarem também a qualidade dos serviços prestados por este governo aos seus cidadãos.

Senhoras e senhores,

A intensificação dos fluxos de comércio e de investimento entre o Brasil e os Estados Unidos mostra o quanto podemos realizar juntos. Os Estados Unidos são o principal investidor estrangeiro direto no Brasil, e o meu país se tornou importante investidor aqui nos Estados Unidos.

Nosso comércio bilateral ultrapassa os US\$ 46 bilhões e nosso desafio é torná-lo mais equilibrado e permitir que as partes façam uma estrutura de ganha-ganha. Sem sombra de dúvida, o Brasil e os Estados Unidos, pelos seus princípios democráticos, podem e devem – nesta região e no resto do mundo – assumir parcerias como esta do governo aberto, que vão contribuir muito para o desenvolvimento, para uma melhor utilização dos recursos do Planeta.

Nós, Brasil e Estados Unidos, somos sociedades dinâmicas e empreendedoras, capazes, portanto, de forjar uma aliança em favor de um planeta mais próspero, mais comprometido com a energia limpa e com o desenvolvimento sustentável e democrático.

Woodrow Wilson nos deixou lições. Entre elas, eu queria destacar uma. Ele compreendeu que a ação política só é eficaz quando sustentada pelo idealismo, pelos ideais e pela capacidade dos homens e das mulheres de transformarem suas convicções em realidade, principalmente quando essa política está baseada e sustentada pelo idealismo de querer almejar um mundo melhor.

Construir essa aliança e essa ação é a melhor homenagem que nós, brasileiros e americanos, podemos prestar a Woodrow Wilson.

Muito obrigada.

Eu tenho muita honra, e agradeço o convite feito pela Jane Harman, de integrar o conselho de mulheres líderes do mundo. Muito obrigada pelo convite. Eu estou muito honrada de aceitar e de participar do Conselho.

Obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-jantar-por-ocasio-da-entrega-a-presidenta-da-republica-do-premio-por-servico-publico-oferecido-pelo-instituto-woodrow-wilson-nova-iorque-eua-20min08s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-jantar-por-ocasio-da-entrega-a-presidenta-da-republica-do-premio-por-servico-publico-oferecido-pelo-instituto-woodrow-wilson-nova-iorque-eua-20min08s>) (20min08s) da Presidenta Dilma

■

Salvar

20-09-2011 - iscurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento da Parceria para Governo Aberto

"A internet e as redes sociais vêm desempenhando um papel cada vez mais importante para a mobilização cívica na vida política", afirma a Presidenta

Nova Iorque-EUA, 20 de setembro de 2011

Senhoras e senhores,

É com grande alegria que participo, na condição de copresidenta, do lançamento oficial da Parceria para o Governo Aberto. Trata-se de um importante instrumento para o fortalecimento das nossas democracias. Congratulo-me com o presidente Obama por haver levantado esse tema, de forma muito oportuna, na última reunião da Assembleia Geral da ONU.

O uso das redes digitais é essencial para a promoção de governos mais transparentes e acessíveis aos cidadãos, para a melhoria dos serviços públicos de Educação, Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Essas redes são um importante instrumento para o nosso objetivo de fortalecimento da Democracia.

O meu país, o Brasil, endossa a Declaração de Princípios sobre o Governo Aberto e apresenta também seu plano de ação nacional. Avançamos muito em nosso compromisso com a transparência, a qualidade e a abertura da gestão pública. A ideia do Governo Aberto no Brasil está associada à redemocratização do país nos anos 70.

Não se trata apenas de permitir o acesso individual à execução do orçamento do Estado ou o acompanhamento da lisura e da racionalidade da ação dos agentes públicos. Trata-se também de assegurar a prestação de contas, a fiscalização e a participação dos cidadãos, criando uma relação de mão dupla permanente entre o governo e a sociedade.

Nos últimos anos, ampliou-se o espaço de diálogo na gestão da Coisa Pública no Brasil, graças à implantação da consulta participativa. Desde 2003, o governo brasileiro realizou 70 conferências nacionais temáticas, nas mais diversas áreas, envolvendo interação com cinco milhões de pessoas, em cinco mil municípios. Evidentemente, a grande mudança social hoje vivida por meu país não seria possível sem o engajamento da própria sociedade brasileira.

Recorremos às consultas públicas para a preparação de planos e programas de governo, entre os quais o Plano Plurianual 2012/2015 e as propostas brasileiras para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que o Brasil terá a honra de sediar.

Encontra-se em discussão no Congresso Nacional um projeto de lei destinado a regulamentar o acesso às informações públicas, com regras transparentes e prazos menores para o sigilo de documentos.

Graças ao elevado grau de transparência em que se opera, é possível identificar e corrigir, com eficiência cada vez maior, os problemas de gestão, quando ocorrem. Contamos com o Ministério Público... Contamos com um Ministério, a Controladoria-Geral da União, dedicado

a promover a transparência e a prevenir e combater a corrupção. Temos ainda a atuação autônoma da Procuradoria-Geral da República e da Inteligência da Polícia Federal. Conta-se também com a posição vigilante da imprensa brasileira, não submetida a qualquer constrangimento governamental. As ações do governo nessa matéria são firmes e permanentes.

Fui muito clara desde o discurso de posse, em janeiro, quando afirmei que meu governo não terá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito.

Senhoras e senhores,

A internet e as redes sociais vêm desempenhando um papel cada vez mais importante para a mobilização cívica na vida política. Vimos o poder dessas ferramentas no despertar democrático dos países do norte da África e do Oriente Médio sacudidos pela primavera árabe. Para colocar a tecnologia a serviço da transformação social, o Brasil está aperfeiçoando as ferramentas de governo eletrônico, difundindo o uso de padrões abertos e interoperáveis, e desenvolvendo uma infraestrutura nacional de dados abertos.

Inovamos na utilização de plataformas digitais colaborativas para a elaboração de projetos de lei. O nosso Portal da Transparência é hoje o símbolo dos avanços brasileiros na relação do governo com a cidadania. Por seu intermédio divulgamos na internet diariamente todos os gastos do governo. O próximo passo será disponibilizar essas informações como dados abertos, permitindo seu livre uso em diferentes análises e cruzamentos.

Estamos implementando, como um dos projetos prioritários do meu governo, o Programa Nacional de Banda Larga, que solucionará o principal gargalo da inclusão digital e do governo aberto, a insuficiência e o alto custo do acesso à internet. Com isso, o governo aberto no Brasil vai se colocar ao alcance de todos os segmentos sociais no amplo território nacional do país.

Senhoras e senhores,

O governo aberto não é apenas transparência e combate à corrupção. É cidadania, participação popular e melhor prestação de serviços públicos, que colocam a inovação a serviço dessas políticas de Educação, de Saúde e de Segurança. Trata-se, portanto, de um projeto de modernização democrática para o século XXI, e o meu país tem muito interesse pelo tema e acredito que temos como contribuir.

Com muita satisfação, confirmo e convido a todos porque o Brasil será sede do próximo encontro da parceria com o governo aberto em março de 2012. Estou certa de que, até lá, teremos mais países e atores engajados na iniciativa, prestando a sua valiosa colaboração.

Muito obrigada.

⁸
Ouça a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-da-parceria-para-governo-aberto-nova-iorque-eua-07min09s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-da-parceria-para-governo-aberto-nova-iorque-eua-07min09s>) (07min09s) da Presidenta Dilma

21-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas

Presidenta diz que Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e a prestar contribuição solidária aos países irmãos do mundo em desenvolvimento

Nova Iorque-EUA, 21 de setembro de 2011

Senhor presidente da Assembleia Geral, Nassir Abdulaziz Al-Nasser,

Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

Senhor Presidente,

O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações.

Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.

Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras.

Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É – permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo – 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos. É vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do Planeta.

Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

Senhor Presidente,

É significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda.

Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

O mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política.

Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais.

Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo às

economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. É preciso impor controles à guerra cambial, com a adoção de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo.

A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta.

Senhor Presidente,

O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

Há pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global.

Temos insistido na interrelação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.

É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome.

Senhor Presidente,

Desde o final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar “Primavera Árabe”. O Brasil é pátria de adoção de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a

intervenções em situações extremas.

Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Senhor Presidente,

A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.

O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são algozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.

Senhor Presidente,

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.

Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.

O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos,

segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser.

Senhor Presidente,

O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.

Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar, já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012.

Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o secretário-geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convite para que todos os chefes de Estado e de Governo compareçam.

Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,

O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumprimos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da

democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua-23min49) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua-23min49>) (23min49s) da Presidenta Dilma

Salvar

22-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na Reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear

Presidenta afirma que o compromisso do Brasil com o uso pacífico e seguro da energia nuclear é irreversível

Nova Iorque-EUA, 22 de setembro de 2011

Senhor presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nassir Abdulaziz Al-Nasser,

Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhores ministros,

Senhoras e senhores,

Congratulo-me com o Secretário-Geral das Nações Unidas pela convocação desta reunião.

O Brasil acompanhou, com pesar, os eventos de março passado em Fukushima. Temos laços profundos de amizade com o povo japonês e abrigamos a maior comunidade de nipodescendentes no exterior.

O acidente de Fukushima reforçou a percepção de que não podemos ser complacentes em matéria de segurança nuclear. Em recente reunião da Agência Internacional de Energia Atômica, debatemos o reforço da segurança nuclear no marco dos acordos e das organizações internacionais.

Sabemos que para muitas nações a energia nuclear continuará a ser a alternativa para atender suas necessidades energéticas. Por isso, é decisiva a ação internacional da Agência Atômica, a fim de supervisionar e fornecer parâmetros que evidenciem quais são as condições de segurança mais adequadas.

Cada Estado nacional deve, também, aplicar em seus programas nucleares os padrões mais elevados de segurança, um regime de maior transparência e de intercâmbio de conhecimento aumenta a confiança no uso da energia nuclear para fins pacíficos.

O compromisso do Brasil com o uso pacífico e seguro da energia nuclear é irreversível e está expresso em nossa Constituição Federal.

Senhor Secretário-Geral,

A segurança nuclear é tema abrangente e complexo. Sabemos que o mandato da Agência Atômica limita-se ao uso da energia nuclear para fins pacíficos. Todo estoque de material nuclear voltado para uso militar escapa, de fato, dos mecanismos multilaterais de fiscalização, controle e salvaguardas. Mas o desarmamento nuclear é fundamental para a segurança, pilar do Tratado de Não Proliferação, cuja observância as potências nucleares devem ao mundo.

O programa Megatons por [para] Megawatts, da Associação Mundial Nuclear, mostra que o urânio altamente enriquecido nos arsenais das potências nucleares alcança 2.000 toneladas, equivalente a 12 anos de toda extração mundial do minério. A segurança desse acervo militar nuclear merece tanta consideração quanto a dos materiais utilizados para fins pacíficos. Seria, sem dúvida, necessário, para fins de segurança, fiscalizar ambos. É imperativo ter no horizonte previsível a eliminação completa e irreversível das armas nucleares. A ONU deve preocupar-se com isso.

Estudos apontam a deterioração no estado de conservação e de manuseio desse material, sem falar da ameaça permanente que essas armas de destruição em massa apresentam para a Humanidade. Cortes orçamentários exacerbados pela crise econômica do passado, adiamento de programas de manutenção e modernização de ogivas, perda de pessoal qualificado são fatores de alto risco.

O Brasil deixou claro que um mundo no qual as armas nucleares são aceitas será sempre um mundo inseguro. A posse desses arsenais por apenas algumas nações cria, para elas, direitos exclusivos. É resquício de concepção assimétrica do mundo, formada no pós-guerra, que já deveríamos ter relegado ao passado.

Na América Latina e no Caribe, pelo Tratado de Tlatelolco, é proibido o uso não pacífico da energia nuclear. Somos, portanto, uma das maiores áreas do mundo livres de armas nucleares e, por isso, modelo para a paz e a segurança mundiais.

No meu país, temos reduzida presença de centrais nucleares. Oitenta e dois por cento da nossa matriz elétrica é renovável, e temos apenas em torno de 2% de geração de energia fornecida por duas centrais, tendo uma terceira em construção. Utilizamos o átomo também para fins médicos, agrícolas, industriais e de pesquisa.

Nossa segurança nuclear é marcada por uma obra de grande dimensão, uma obra de diplomacia regional única: a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares que, este ano, completa 20 anos.

O Brasil adota os padrões de segurança da AIEA. Possuímos legislação eficaz e adequada. Somos parte em todas as convenções da Agência sobre o assunto, e em 13 acordos multilaterais e regionais sobre combate ao terrorismo. Depois de Fukushima, determinei estudos adicionais nas instalações brasileiras para identificar fatores excepcionais de risco, de acordo com as orientações da AIEA.

Senhor Secretário,

O Brasil compartilha a preocupação internacional com a segurança nuclear e se associa plenamente às suas iniciativas a respeito.

Precisamos, sim, aposentar os arsenais nucleares. Temos, sim, de avançar na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ele tem sido o baluarte da lógica do privilégio nuclear, por mais de 65 anos, e legitima o acúmulo de material físsil nas potências nuclearmente armadas.

Aumentemos a segurança de usinas. Redobremos nossos esforços em prol do desarmamento geral e completo das armas nucleares sob controle internacional estrito e efetivo.

Muito obrigada, senhor Presidente.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-de-alto-nivel-sobre-seguranca-nuclear-nova-iorque-eua\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-de-alto-nivel-sobre-seguranca-nuclear-nova-iorque-eua)(07min14s)

da Presidenta Dilma

Salvar

22-09-2011 - Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, na abertura do XVI Congresso Brasiliense de Direito Constitucional

“Eu compareço aqui (...) como colega e especialmente alguém que, ao longo do tempo, deu muitas, muitíssimas aulas de Direito Constitucional”, afirmou Temer

Brasília-DF, 22 de setembro de 2011

Eu, primeiro, naturalmente, começo cumprimentando o meu velho e querido amigo, ministro Gilmar Mendes, que é coordenador científico deste 14º Congresso Brasiliense de Direito Constitucional, e, quando digo amigo, vocês verificaram pelas palavras que ele aqui utilizou... vocês verificaram que diz ele que ele é meu amigo, é uma coisa verdadeira. Aliás, eu até agradeço a menção ao meu livro, porque num público tão extenso, você vai aumentar a possibilidade dos meus direitos autorais. De modo que eu agradeço muitíssimo a gentileza desta referência.

Quero cumprimentar a doutora Dalide Barbosa Alves Corrêa, que é diretora-geral do Instituto Brasiliense de Direito Público,

Cumprimento os meus queridos amigos, colegas, professores,

Deputados federais Bonifácio de Andrada e Paes Landim,

Cumprimento os senhores jornalistas,

Os senhores e as senhoras, colegas que aqui estão,

E venho dizer, em primeiro lugar, que eu quero agradecer muitíssimo ao ministro Gilmar Mendes, porque ele, de vez em quando – este eu acho que é o terceiro ou quarto Congresso a que eu compareço a seu convite –, de vez em quando ele me oferece a possibilidade de um retreinamento, uma reciclagem como professor de Direito Constitucional, não é?

Então, eu compareço aqui, evidentemente, não na qualidade de presidente da República, como solenemente foi anunciado, mas como colega e especialmente alguém que, ao longo do tempo, deu muitas, muitíssimas aulas de Direito Constitucional.

É verdade que quando eu fui para a área política, os meus colegas de escritório, Bonifácio, eram o Geraldo (incompreensível) e o Celso Antonio Bandeira de Melo. E o Geraldo me disse: “Olha, Temer, agora que você vai para a área política, você vai virar um especialista em generalidades”. Eu não entendi bem naquele momento o que ele dizia, mas é verdade. Quando você está simplesmente na profissão – de jurista, advogado, juiz, promotor, delegado –, você se aprofunda nos temas, e a política, especialmente no Legislativo, você tem tais e tantas questões que você fica um pouco pela rama, um pouco pela generalidade.

Mas, apesar disso – e daí o meu agradecimento – de vez em quando eu tenho esta oportunidade de me dirigir aos colegas, transmitindo algumas ideias a respeito da minha

área, o Direito Constitucional, e, no particular, a respeito dos desafios do Estado social democrático.

E aí eu confesso que eu quero começar dizendo, antes de dar um breve exame do texto constitucional, fazer um breve retrospecto, um breve histórico da evolução da ideia de Estado, nem sempre tivemos, ao longo do tempo, uma organização como esta que a ciência política convencionou denominar Estado.

Os senhores sabem – eu vou dizer obviedades aqui, apenas para encaminhar o nosso raciocínio –, vocês sabem que durante muito tempo o mundo viveu uma organização menor, desde a ideia da família, desde da ideia das sociedades tribais, quer dizer, havia sempre alguém que dava o tom da organização e essa organização era dada por aquele que tinha poder para estabelecer uma normatividade, ainda que fosse de mão única, capaz de reunificar aquelas pessoas. Mas, evidentemente, quando nós falamos no núcleo familiar, no núcleo... nas tribos, não havia, por exemplo, a fixação a um dado território. Havia normatividade na tribo - era o pajé, era o guerreiro mais forte, era o cacique, alguém que tinha o poder de comandar e de aglutinar aquelas pessoas.

E só ao longo do tempo é que em um dado momento surge a ideia de uma organização mais, digamos, estabelecida estavelmente em dado território, e dirigida para um núcleo determinado de pessoas. Quando nós temos a... estou pedindo mais uma vez desculpas pela obviedade, é só para encaminhar o raciocínio... mas, quando nós temos definições, como definição de povo, definição de território, as definições não são geográficas ou sociológicas, são definições jurídicas. Povo é aquele que a lei define como tal e quem abre a Constituição verifica lá a expressão: “são brasileiros: a, b, c, d”. Estes são os brasileiros, aqueles que não estão catalogados pela ordem jurídica como integrantes do povo brasileiro são integrantes... aquele é um conceito da Teoria Geral do Estado, são integrantes da população. Portanto, a população é um conceito mais amplo que envolve os nacionais, os apátridas, os estrangeiros.

Então, o que acontece? Em um dado momento, uma dada figura, alguém foi capaz de ditar normas para pessoas determinadas e delimitou o âmbito dessa incidência da normatividade, um âmbito de natureza territorial. Portanto, para ficar na trivialidade, isso é o Estado, não é? A incidência de uma ordem imperativa, uma ordem normativa sobre determinadas pessoas que estão em um determinado território. E daí porque se diz: território é conceito jurídico, não é apenas o espaço delimitado pelas fronteiras. Mas há outras tantas hipóteses de territórios que vocês conhecem: espaço aéreo, subsolo, navios de guerra, etc... aeronaves. Todas... espaço territorial brasileiro.

Qual é a importância disso? É porque se algo lá acontecer, embora não esteja em terra firme nacional, aplica-se a normatividade nacional, como ocorre com o caso das embaixadas. Você só tem o chamado “direito do asilo” como decorrência da ideia de território. Se alguém pede asilo em uma embaixada, você lá não pode entrar a autoridade que está a perseguir aquele que pediu asilo. Até porque, se alguém quiser sair de lá, do que ele precisa? Ele precisa de um instrumento, só para desmistificar as palavras, que o conduza a salvo da embaixada até o avião que o leva para o estrangeiro. É o chamado salvo-conduto.

Então, essas concepções jurídicas são muito importantes para a compreensão dessa evolução da ideia de Estado. Ele só se caracteriza como tal no instante em que alguém foi capaz de impor uma normatividade para pessoas determinadas estavelmente fixadas em determinada área territorial. Essa é a ideia preliminar do Estado, tal como a concebe a Ciência Política.

Mas a verdade é que, nos primeiros momentos, o Estado era um Estado centralizador. Um

Estado dito absolutista. Digo absolutista porque alguém enfeixava em suas mãos, de maneira absoluta, o poder do Estado. E quando nós estávamos nessa fase, não significa que não tínhamos Constituição, porque alguns sustentam que o Constitucionalismo foi o gerador dos Estados e não é verdade. No Estado absolutista também havia Estado porque havia uma organização. E essa organização, volto a dizer, derivava de uma ordem normativa impositiva, imperativa. Aliás, na sociedade já era assim – ubi societas ibi jus [não existe Sociedade sem Direito], ubi jus ibi societas [não existe Direito sem Sociedade]. Então, esse é um brocardo latino que mostra ali que a ideia de organização é uma ideia estabelecida pela ordem normativa, pela ordem jurídica. Sociedade, por exemplo, desorganizada é contradição nos próprios termos.

Se eu falo em sociedade, e no caso sociedade estatal, estou falando de uma organização. Eu até dou um exemplo muito trivial, muito comum, que é o seguinte: eu vou a um estádio de futebol, vejo milhares de pessoas reunidas e digo: “isto não é uma sociedade”. Saio de lá, vou para uma salinha da diretoria do São Paulo Futebol Clube e lá eu verifico a diretoria reunida, pautando-se por um estatuto, por uma organização portanto, agindo de acordo com as normas do estatuto e eu digo: “isto é uma sociedade”.

E o Estado é isso. O Estado é uma organização. Para bem, reitero, no primeiro momento, de que maneira se deu essa organização? De uma maneira, volto a dizer, absolutista. Alguém fechada em suas mãos tudo aquilo que fosse atividade típica direcionada a um povo estabelecido em um território. Então, quando surge uma tentativa de opor-se ao Absolutismo, e a figura mais mencionada, a figura clássica dessa ideia de oposição, absolutismo, é a figura do Barão de Montesquieu, que não criou exatamente a Teoria da Tripartição do Poder [Teoria da Tripartição dos Poderes]. Ele apenas examinou o panorama do Estado absolutista e verificou que o soberano, que detinha em suas mãos todo o poder em cima daquele povo, naquele território, em um dado momento, praticava um ato geral. Em um segundo momento, ele punha em execução, por si ou por seus auxiliares, o disposto no ato geral. E, quando houvesse uma controvérsia, era o soberano, por si ou seus auxiliares, que solucionava a controvérsia.

Portanto, todo o poder concentrado em únicas mãos, e, evidentemente, que era ele irresponsável, monarca que era, irresponsável, portanto não respondia pelos seus atos. Essa era a ideia do Absolutismo. E sabem os colegas e as colegas que foram lutas de muito tempo.

Quando nós falamos da busca dos chamados direitos individuais você tem que passar, necessariamente, por aquilo que se chama, os teóricos chamam, de Revolução Inglesa. Porque desde o momento, lá em 1215, quando o João Sem Terra foi procurado pelos nobres e os nobres lhe disseram: “Olha aqui, quando você quiser aumentar tributo, primeiro nos consulte antes de estabelecer ou aumentar qualquer tributo”.

Esse é um primeiro momento de uma pequena conquista, que era a possibilidade de alguém não se ver despojado de uma parcela da sua propriedade, digamos assim, senão por uma vontade coletiva. Até dizem que aí está a origem da Câmara dos Lordes, que exigiram do João Sem Terra essa posição. Depois, o direito de petição ao monarca, ao longo do tempo, o direito de petição, o direito de peticionar, (incompreensível) pedir. O direito de pedir ao monarca foi um direito conquistado a duras penas. Estabeleceu-se um ato que estabelecia, que permitia o direito de petição, que depois, indiscriminadamente, as Constituições do que eu agora, logo mais adiante chamarei de Estado liberal, foram adotando, ao lado de outros tantos instrumentos. Mas o simples direito de pleitear, de pedir, de peticionar foi fruto de uma árdua luta dos súditos para conseguir manifestar-se junto ao governo.

Depois, mesmo antes da Revolução Francesa, convenhamos, a independência dos Estados

Unidos, em 1776, traz uma Declaração da Independência que é uma declaração de princípios enaltecendo os direitos individuais e da ideia de que só pode existir um Estado – era a ideia que depois foi sedimentada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Revolução Francesa – só pode existir Constituição se houver separação dos Poderes e proteção aos direitos individuais.

Essa... Eu estou contando tudo isso porque aí está a passagem, digamos assim, do Estado absolutista, concentrador de poderes, para o chamado Estado Liberal de Direito.

Foi a partir de movimentos dessa natureza, ao longo do tempo, que fizeram nascer o chamado Estado Liberal, cujo objetivo, pelo relato muito breve que eu estou fazendo, era o de assegurar os direitos do indivíduo. O direito de pleitear, o direito de peticionar, o direito de que as suas liberdades fossem enaltecidas. Não havia, digamos assim, uma preocupação de ordem econômica ou, quem sabe, de ordem tributária, de maneira que a ordem tributária pudesse prestigiar os direitos não individuais, mas apenas sociais.

Portanto, foi havendo uma construção que passou por esses fatos que eu estou relatando, que, em um dado momento, as pessoas disseram: “olha aqui, em primeiro lugar, o poder não pode emanar de uma única figura, não pode emanar do soberano, tem que emanar do povo”.

E foi exatamente nesses momentos que surgiu a pregação do chamado Direito Divino dos Reis. Quando os reis começaram a ser questionados a respeito daquele poder inexcedível, incontrastável que exerciam. Houve a divulgação de que, bom, o rei está sujeito à vontade do súdito, mas ele é o representante da dignidade na Terra. Portanto, por isso mesmo, ele é irresponsável, não responde pelo seus atos. O direito dele não deriva do povo, mas deriva da divindade.

Muito bem. Mas isso, evidentemente, não durou muito tempo. Os movimentos foram da mais... intensos, de maneira que, em um dado momento, se estabelece, especialmente com esses marcos mais fundamentais da (incompreensível), de marcos segmentados da Revolução Inglesa, da Revolução Americana, da independência americana, e depois, o que ganhou mais relevo no mundo, a chamada Revolução Francesa, do que nasceu a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Então, esses fatos todos levaram à ideia de que era preciso enaltecer a figura do indivíduo e preservar liberdades, que, digamos assim, mesmo anteriormente ao Estado, e aí vai uma tese naturalista, mesmo anterior à existência do Estado, eram direitos inerentes à pessoa humana. E por isso nasce esse Estado que nós estamos aqui denominando, e a Ciência Política denomina de Estado Liberal.

Então, o liberalismo ancorava-se nessa ideia de que havia o Estado, havia uma organização fruto dessa normatividade imperativa que eu tenho repetidamente mencionado, mas cujo objetivo seria apenas regular as relações dos indivíduos. Ou seja, uma razoável distinção entre, digamos, aquilo que ocorria no núcleo social, na sociedade, e no Estado uma razoável distinção porque, eu volto a dizer, só existe aquela sociedade porque existe aquela organização ditada pela ordem que fez nascer o Estado Liberal de Direito.

Mas, de qualquer maneira, diz: olha, a nossa função não é intervir em todos os setores etc. A nossa função é regular a vida social de maneira que as pessoas, ancoradas na livre iniciativa, na liberdade de expressão, na liberdade de manifestação, em uma separação dos órgãos do poder possam agir com toda a tranquilidade, ou seja, o intervencionismo estatal nessa medida do Estado Liberal era mínima.

E, eu volto a dizer, talvez não tenha dito ainda, que o Montesquieu quando viu essa atividade governamental do soberano, ele disse: olha aqui, primeiro o poder se emanar do povo, essa é

a fonte legítima do poder; segundo, é preciso que órgãos distintos exerçam atividade governamental, aliás, eu tenho reiteradamente dito, essa é até uma expressão minha e do Carlos Britto, do ministro Carlos Britto, que é mestrado na PUC, fez um trabalho sobre os significados da palavra “poder” na Constituição. E lá, se vocês abrirem a Constituição, vocês vão verificar que ela tem acepções distintas, daí porque a interpretação do texto constitucional e até das palavras do texto constitucional é fundamental para qualquer exegese mais aprofundada da norma legal. Lá ele diz: olha aqui, quando a regra diz assim “Todo poder emana do povo em seu nome exercido” a palavra “poder” aí tem a significação de soberania. A soberania que deriva da expressão soberano, porque o soberano tinha aquele poder incontestável de manto e irresponsável, que, no sistema liberal, passou a ser um poder incontestável de manto a capacidade de querer coercitivamente, porque também, quando se estabelece uma normatividade, aquele querer passa a ser coercitivo, tanto que ele gera, muitas vezes, sanção se houver o descumprimento daquele querer coercitivo.

Mas então, a palavra “poder” aí tem o sentido de soberania, mais adiante os senhores veem lá: “São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Aqui a significação da palavra “poder” é órgão. São órgãos que exercem a soberania o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Até se critica muito aqueles que falam tripartição do poderes porque, rigorosamente, tecnicamente, a tripartição é do poder pelo exercício feito por órgãos distintos.

Mais adiante, vocês encontram lá: “O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional”; “O Poder Executivo é exercido pelo Presidente”; O Poder Judiciário pelos seguintes órgãos”. A palavra pode aí tem o sentido de exercício, ou seja, o exercício legislativo, o exercício executivo, o exercício judiciário exercidos por tais e tais órgãos. Então, quando se chega a essa formulação, nasce aquilo que se chama Estado Liberal de Direito, em que, reitero, a preocupação maior era com a preservação dos direitos individuais, e não exatamente com os direitos mais coletivos, como os chamados direitos sociais.

Isso perdurou durante muito tempo, mas, evidentemente... o interessante é o Estado, como tudo, obedece a uma evolução. As modificações vêm vindo de acordo com as manifestações dos súditos, de acordo com as manifestações do povo. A Revolução Industrial, por exemplo, foi um momento de agitação de trabalhadores e empresários, até porque se diz que o Estado liberal, ele nasceu mais para prestigiar a burguesia, e não exatamente a totalidade dos habitantes de um Estado.

Logo depois, você vai nessa trilha, e Bismarck, ele foi um dos primeiros a estabelecer o seguro-saúde, o seguro acidente, uma porção de coisas que, no passado, isso é nos idos de 1880, 1885, muito antes do século passado, por exemplo, foram os primeiros momentos... E vejam que coisa curiosa: para sair do Absolutismo para o Estado liberal foi longo período; para sair também do Estado liberal mais absoluto, digamos assim, no seu conceito mais absoluto para o chamado Estado Social de Direito, também foi fruto de vários eventos históricos. Esse que eu estou a mencionar é um deles, o outro... se dá muito exemplo com a Constituição mexicana. Começou um movimento pelos direitos sociais no México, em 1910; em 1919, na mesma época da Constituição de Weimar, se deu a promulgação de uma Constituição mexicana, que trouxe, abundantemente, os direitos sociais, já agora relacionados como integrantes da estrutura do Estado. Porque antes, quando, no Estado liberal, se cuidava da criação de um direito de natureza coletiva ou social, ele vinha por meio da Lei. Ou seja, a Lei era o criador, o gerador de um direito social ou de um direito coletivo.

Já agora, pela Constituição mexicana, como acabei de dizer, depois da Constituição de Weimar, que estabeleceu vários pressupostos estabelecidos dos direitos sociais, quando você passou a ter a lei regulamentadora na Constituição, ela era muito mais uma lei de execução, para executar o preceito constitucional do que uma lei de criação daquele direito

que já estava previsto, antevisto, estabelecido na Constituição Federal.

Então, esses momentos que eu estou indicando fizeram com que nós fôssemos pouco a pouco caminhando para um sistema no mundo em que as pessoas disseram... claro, a classe trabalhadora, por exemplo, começou a se insurgir, que disse: “olhe, povo não é só o empresário, o proprietário...” O que o Liberalismo, volto a insistir, ele tinha como valores, esses que eu anunciei, eles tinham, por exemplo, o direito à propriedade. O direito à propriedade é um valor inerente ao Liberalismo, uma coisa preservadíssima, porque a ideia de que se utilizasse a propriedade, isso, com adequação, isso poderia gerar a prosperidade do Estado. Mas não se submetia, por exemplo, a propriedade à sua função social.

Então, quando esses movimentos vão nascendo, especialmente depois da crise de 1929, que foi uma crise mundial, os Estados passaram... e a nossa Constituição de [19]34 baseou-se muito no exemplo da Constituição de Weimar de 1919, já encartando uma série de direitos sociais.

Então começa, nesse momento, digo aos senhores e às senhoras, começa a nascer a ideia de um Estado que é o Estado Social. Não exatamente em oposição ao Estado liberal, porque, muitas vezes, as pessoas imaginam que o Estado Social de Direito é uma oposição ao Estado liberal. Eu estou a demonstrar que isso é fruto de uma evolução da figura do Estado, desde de lá de trás, quando não havia Estado, quando havia o Absolutismo, quando veio o Liberalismo e depois, quando veio o Estado Social de Direito.

Mas o fato é que as pessoas também, como toda adaptação, não levavam muito a sério essas questões de natureza social. E – não posso deixar de lembrar que – também o movimento, a Revolução Russa, de 1917, a pregação de Karl Max, de Friedrich Engels incentivaram muito a ideia dessa participação, digamos, da classe trabalhadora ou dos mais desprovidos de recursos nas questões do Estado. E, por isso, o Estado passa a ser um pouco mais intervencionista na medida em que ele passa a estabelecer, na estrutura do Estado, os direitos de toda a sociedade, e não apenas de uma parcela da sociedade. A ideia básica é essa.

Então, quando isso vai ocorrendo... é interessante, mesmo no caso do Brasil, você pega a Constituição de [19]34, depois [19]37, [19]46, havia a relação dos chamados “direitos sociais”, mas não havia... digamos que não era muito levado a sério. Por exemplo, a participação dos empregados no núcleo das empresas, uma intervenção – intervenção nesse sentido amplo da ideia do Estado – diz: “olha, aqui, havendo empresário e trabalhador, o trabalhador tem que ter participação no lucro das empresas”. Isso, em [19]46, foi quase perfumaria, porque, claro que, dependendo de lei, portanto, dependendo de uma legislação integrativa, não era uma norma constitucional de eficácia plena, mas de eficácia limitada, essa lei jamais veio à luz.

Então essas coisas foram deixadas um pouco de lado, e é interessante como, deixadas de lado – o Gilmar, o ministro Gilmar já me ouviu falar essas coisas –, havia sempre uma descoincidência entre a Constituição formal e a Constituição real. Constituição formal, eu digo, é aquilo que está escrito na Constituição; Constituição real é aquilo que se passa na vida do Estado. E como havia essa descoincidência, havia sempre conflitos. E como havia conflitos, havia crises institucionais: a de [19]34 durou até [19]37; a de [19]37 durou até [19]46; a de [19]46 durou até abril de [19]64; porque em [19]64 o Ato Institucional nº 1 retirou a fonte de validade da Constituição de [19]46. A Constituição de [19]46, a sua fonte inauguradora, fonte do seu fundamento de validade, era a vontade popular, fruto de uma Constituinte. Mas, a partir de [19]64, o artigo primeiro do Ato Institucional nº 1 diz assim: “Continua em vigor a Constituição de 1946 com as modificações constantes deste Ato”, que, aliás, num primeiro momento nem era numerado. Eles foram numerados depois, com a

necessidade, o 2, 3, 4, 5 etc.

Então o fundamento de validade - para nós, da área jurídica, é importante isso - deixou de ser a vontade popular, mas passou a ser uma vontade, na época chamada revolucionária, a revelar que para o Direito pouco importa se a norma nasceu de um movimento autoritário ou de um movimento popular, porque não adianta você, como advogado, juiz, promotor, dizer “Ah, mas essa norma não deve ser obedecida, porque afinal, imagine, o Ato Institucional nº 1, ele nasceu de um movimento autoritário...” Não adianta nada, não é? Porque alguém conseguiu dar-lhe eficácia. Se eu aqui... o Gilmar pregar que deve haver uma nova Constituinte e todos acreditarem, todos saírem daqui, espalharem por toda a Brasília e por todo o Brasil, iriam dar movimento a uma nova Constituinte e, claro, teria conseguido dar eficácia a essa manifestação que teria feito aqui.

Então, a partir de [19]34, [19]37, [19]46, [19]64... de [19]64 em diante... veio aquela Constituição de [19]67 modificada em [19]69, radicalmente modificada em [19]69, uma absoluta descoincidência entre o texto formal e o que se passava na vida do Estado. No período de [19]64 até [19]88 nós tivemos movimentos dramáticos aqui no país – guerrilha, asilo, perseguições, etc –, um conflito extraordinário entre a sociedade e aquilo que o Estado estabelecera. Eu me lembro que eu dava aulas de Direito Constitucional, eu e vários colegas lá na PUC – o Gilmar participou de tantos congressos lá na PUC, não é? –, e nós, apesar do texto jurídico autoritário, centralizador, que era a Constituição de [19]67 e [19]69, nós buscávamos transmitir os princípios da Constituição, porque os princípios – como diz o Celso Antonio – são mais do que normas. Eles são as vigas mestras do sistema, são aqueles que norteiam toda e qualquer interpretação constitucional.

E eu confesso que, naquela época – interessante, viu, Bonifácio; viu, Paes Landim – vocês sabem que naquela época os alunos do mestrado – alguns eram juízes, promotores – nós verificamos que muitas sentenças da época, quando começou a ventar a democracia no Brasil, eram baseadas na ideia dos princípios, coisa que, aliás, o Supremo Tribunal hoje faz com grande categoria. Quando não há a solução legislativa, o Supremo, o que é que faz? Ele não inova a ordem jurídica, como muitas e muitas vezes se diz. Ele pega a principiologia, vai às últimas consequências em termos principiológicos, e dá uma solução. O caso da fidelidade partidária, por exemplo, foi típico. Foi a partir dos preceitos constitucionais que o Supremo decidiu esta matéria.

Mas, retomando o fio do que eu vinha falando, eu quero registrar que, durante muito tempo, embora normas geradoras do Estado social tivessem vindo para o texto constitucional aqui no Brasil – estou (incompreensível) no Brasil – aqui no Brasil elas não eram implementadas, ou implementadas com grande dificuldade, e essas dificuldades geravam uma conflituosidade geradora de crises, fossem servidores do poder público, servidores... trabalhadores, classes menos privilegiadas, que eram até ignoradas, quase invisíveis. Eu acho que os últimos tempos, o que os últimos tempos fizeram foi dar visibilidade a pessoas que antes eram invisíveis. É como aquele porteiro do prédio, que você entra durante cinco anos, você cumprimenta, mas quase não olha para ele e nunca percebe. No que ele morre, dizem “ah, interessante, morreu”, mas invisível aos seus olhos.

Eu acho – nisso tem razão o Gilmar – que, depois de [19]88, os vários governos buscaram concretizar esses direitos sociais. A própria negativa da inflação, a própria estabilização da moeda foi algo importante para todos os brasileiros, e, a partir de [19]88 – eu também reiteradamente tenho dito – há uma coincidência da chamada Constituição formal com a Constituição real e, por isso que o ministro Gilmar disse que, depois de vinte e tantos anos, a Constituição tem se revelado muito próspera, muito adequada, porque nós passamos por várias crises... Por exemplo, o *impeachment* era uma peça de museu no nosso sistema, e,

entretanto, se fez sem maiores problemas. O Vice assumiu, cumpriu o mandato, convocou eleições, as eleições vieram. Depois, mais tarde, elegeu-se um operário, agora elegeu-se uma mulher. Com toda a tranquilidade, coisas que nós não tínhamos no passado.

Quem... eu, há poucos dias, até li uma biografia do Lott – marechal Lott – e, interessante, dá todo aquele quadro daquele período, Bonifácio, que mostra como era uma instabilidade institucional extraordinária, porque, imaginem, o Vice assumindo... não tinha como o Vice assumir, e essas coisas todas... Então, é uma coisa que ganhou naturalidade por causa da coincidência, da forma com a realidade, a partir da Constituição de [19]88. Portanto, em vez de um camelo, a Constituição de [19]88 passou a ser um cavalo de raça, um cavalo árabe, de raça, não é?

De modo que... e ganhou, porque começou a se dar cumprimento aos preceitos referentes à democracia social. E eu digo aos senhores hoje que nós vivemos em um Estado Democrático... quando a Constituição diz assim “O Brasil é um Estado Democrático de Direito”, é interessante, ele quis – o Constituinte quis – enfatizar a ideia da democracia. Mas não exatamente o liberalismo, porque, quando diz democracia – o Estado Democrático de Direito – você tem que conectar essa ideia a todas as outras ideias que permeiam o texto constitucional, a partir do preâmbulo. Vocês veem que no preâmbulo está dito: “Nós, representantes do povo brasileiro...” – eu, o Bonifácio Andrada, o Paes Landim participamos desse instante próspero, nacional, que foi a Constituinte – “reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático destinado a assegurar” – veja o primeiro item, destinado a assegurar – “o exercício dos direitos individuais [sociais]” – e, a seguir – “e individuais, à liberdade, à segurança”, etc etc etc. Quer dizer, logo no preâmbulo já se diz que aqui é para... o Brasil, este novo Brasil, o Brasil que para nós, juristas, nasceu em 5 de outubro de 1988, estabeleceu logo a ideia do Estado social.

Agora, quando você vai aos princípios fundamentais, logo no artigo 1º, está dito: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel” e tal, “tem como fundamentos: número 1. soberania; 2. cidadania; 3. a dignidade da pessoa humana”. Essa dignidade envolve não apenas a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação, porque (incompreensível) muita frequência. São direitos importantes: liberdade de imprensa, liberdade de expressão, direito de reunião, mas não adianta você chegar na casa de um favelado e dizer: “Rapaz, você tem oportunidade, viu, de falar, de contestar, etc”. Ele, com dez filhos lá, coitado, ele vai dizer assim: “Ô meu caro, eu quero é pão sobre a mesa”.

Então, ao lado da democracia, digamos, liberal, é preciso estabelecer a democracia social, ou seja, a democracia do pão sobre a mesa, e mais adiante eu vou revelar que isso vem sendo construído no nosso país, e isso está muito ligado à ideia da dignidade da pessoa humana. Ou seja, todos têm direito a uma vida digna, todos, sem exceção. O inciso IV do artigo 1º diz, tem como fundamento: “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”. Portanto, a indicar a preocupação social da nossa Constituição, que se revela mais fortemente, mais coloridamente logo no artigo 3º, quando eles constituem, quase repetidamente: “Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária”. A solidariedade envolve a conjunção de todas as classes sociais. E, ademais disso, o inciso III diz: “Objetivo fundamental da República: erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Tudo indicando o caráter social desta Constituição, que... portanto, a ideia do Estado democrático de direito também, digamos, é um outro estágio onde você vai juntar os dois conceitos: do Estado liberal, que preserva as mais variadas liberdades individuais e do Estado social.

Essa é a ideia do nosso Estado democrático de direito. Ele nasce como conjugação de todos esses movimentos do passado. É tão interessante isso... Esse nosso, aqui... um breve

retrospecto histórico, quando nós proclamamos a Independência no Brasil... nós, quer dizer, D. Pedro. Quando D. Pedro proclamou a Independência no Brasil e veio a Constituinte – a Constituição de 1824 – interessante, nós estávamos muito próximos do Absolutismo, no século passado, e, ao mesmo tempo, próximos dos movimentos que levaram ao Liberalismo. Então, o que faz a Constituição de [19]24? Podem perceber isso, ela adota a teoria da tripartição do poder, mas acrescenta um quarto, que é o poder moderador. Então estão lá repartindo os poderes, mas quando chega lá no 178 está dito: olha aqui... é instituído o poder moderador, que cabe ao Imperador, para velar pela independência e harmonia dos demais poderes. Ainda bem que tivemos o Imperador D. Pedro I, depois D. Pedro II, que era um sábio, não é? Mas se ele quisesse, a todo momento, velar pela independência e harmonia dos demais poderes, ele ia exercer uma atividade absolutista.

Eu estou dando esse exemplo para mostrar como a evolução vem paulatinamente. As pessoas, às vezes... a Constituição de [18]24, ela foi para a separação de poderes, mas adotou uma fórmula do sistema ainda absolutista. Vocês vão continuando aqui, vou dando os exemplos, depois eu comento...

Nos direitos e garantias fundamentais, porque a nossa Constituição é interessante, ela tem direitos individuais e direitos sociais, e tudo isso sob o título dos direitos e garantias fundamentais. Aqui está dito que, no tocante à propriedade, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, etc, e no inciso XVIII, “a propriedade atenderá à sua função social”. E lá, mais para frente, vocês sabem que nós vamos encontrar a possibilidade da desapropriação por interesse social, não é? Que é a ensejadora da reforma agrária, da reforma fundiária etc. Então, aqui mais uma vez a revelação escrita de que há uma preocupação social neste Estado que nasceu em 5 de outubro de [19]88, fruto de toda essa mobilização anterior, como no [inciso] XXVI, tratando da pequena propriedade rural – que é definida dessa maneira em lei – “desde que trabalhada pela família não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva”, tudo a revelar o interesse social da nova Constituição.

Quando... ah bom, no velho preceito da Constituição de [19]46, repetido aqui no art. 8º, ao tratar já agora dos direitos sociais – tem um capítulo dos direitos sociais, um capítulo dos direitos sociais – vai dizer que é assegurada a participação dos trabalhadores nos colegiados dos órgãos públicos e que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. Portanto, dando uma participação muito mais ampla do que se dava no passado.

E ao tratar dos direitos sociais, diz, por exemplo: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade”. De vez em quando as pessoas dizem: “por que esse direito à alimentação e direito à moradia foram frutos de emendas constitucionais posteriores, não veio com a Constituição de 5 de outubro de [19]88?” E eu me lembro –presidia eu a Câmara – vocês imaginem, direito à alimentação? Como você vai garantir direito à alimentação? Como você vai garantir direito à habitação? Ora, digo eu, são normas programáticas, mas programáticas que são, também imperativas, seja para o legislador, seja para o executor. Não por outra razão – não sei se as pessoas se apercebem disso – que nasceram programas como... vários programas: Bolsa disso, Bolsa daquilo, Bolsa Família, que visam o quê? Alimentar pessoas. Cumprindo o quê? Uma vontade apenas do administrador? Não. Cumprindo um desígnio constitucional, uma determinação constitucional, porque esse é um direito social. Porque a diferença – volto a dizer – do Absolutismo e mesmo do Liberalismo no Estado Democrático de Direito é que, se lá atrás era a autoridade do rei, aqui é a autoridade da Lei e, no particular, da lei máxima, da lei maior, que é a Constituição Federal.

Então quando se diz: “Bom, mas direito à alimentação, como é que você implementa isso?” Aí o governo, implementando uma regra constitucional e é sob essa ótica que nós temos que examinar esse tema. O direito à moradia, à habitação. O chamado plano Minha Casa, Minha Vida, que isenta certas pessoas que ganham até tanto, de qualquer pagamento, e outras pagam, inúmeros anos seguidos pequenas quantidades, no fundo, no fundo, está cumprindo esse preceito constitucional, que é um preceito voltado para as classes menos privilegiadas, a indicar robustamente a existência do Estado social brasileiro.

Interessante é proteção à maternidade. Também eu, quando fui Presidente, nós aprovamos um projeto de lei que assegurava... parece uma coisa irrelevante, não é, mas vejam como é importante, em função do texto constitucional. Nós aprovamos uma norma que estabelece que as presidiárias que estejam grávidas e tenham filhos na penitenciária têm direito, primeiro, à creche – toda penitenciária tem que ter creche, nas penitenciárias femininas – e, segundo, a mãe tem direito a ficar com o filho um tempo assim, assado etc etc. Ora, isso é... o que é? É proteção à maternidade e à infância, que é uma regra constitucional. Quando você lê isso... e no passado, quando se lia, essas normas programáticas eram inteiramente desprezadas. Hoje, por força da existência do Estado Social de Direito, essas normas são levadas às últimas consequências. Elas cobram, as pessoas estão presentes para cobrar. E isso também é fruto do Legislativo. o Legislativo fez essas normas muito adequadamente, não é?

A participação nos lucros está aqui também nos direitos sociais. Vamos ver mais o que aqui, muito rapidamente? Quando nós vemos a ordem econômica, é verdade que ela repete a condição de duas ou três funções anteriores. Mas “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano (...), tem por fim assegurar a todos existência digna” – que é mesma história da dignidade da pessoa humana, não é? – “conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios”. Inciso III: “função social da propriedade”. Essa que é a condição... ela insiste, ela até é meio repetitiva, não é? Depois, 7º: “redução das desigualdades regionais e sociais. 8º. Busca do pleno emprego”. São determinações constitucionais que, pouco a pouco, vão sendo levadas a sério.

E eu disse que no passado não se levava muito a sério normas dessa natureza, e aqui no parágrafo 2º, 174, há uma norma interessante que diz: “A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”. Cooperativismo, é claro, pode ser de empresários, mas, basicamente, de trabalhadores, de produtores, de pequenos produtores. As cooperativas, basicamente, elas são muito levadas a sério pelos pequenos produtores, médios produtores porque eles tornam-se uma força social. Em vez de individualmente serem pouco considerados, mas, enquanto cooperativados, eles ganham uma expressão, uma dimensão produtiva muito maior, portanto, uma dimensão social muito significativa.

No caso da propriedade rural – que essas coisas hoje não ganham nenhuma objeção – está dito no 186 que a função social da propriedade, quando a propriedade rural atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: “3. observância das disposições que regulam as relações de trabalho” – o que antes não se aplicava ao campo; “exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”. Os senhores sabem que eu fui visitar, lá em Petrolina, há pouco tempo, aquela maravilha que existe lá da produção – mangas, uvas etc – e os americanos compram muito daquela produção. Vocês sabem que eles mandam técnicos para cá, mas, antes de comprar, eles examinam se estão sendo cumpridos todos os direitos dos trabalhadores. Se não estiverem sendo cumpridos, Bonifácio, eles não fecham negócio. E lá ficam os técnicos para saber se tem assistência dentária, assistência médica, etc etc etc.

Tudo isso é fruto da concepção do Estado Social, não é verdade? “A política agrícola será planejada e executada, na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção,

envolvendo produtores e trabalhadores”. E aqui, mais uma vez, repete a ideia de que se deve levar em conta – especialmente, número 8 – a habitação para o trabalhador rural. Então, nesse caso que eu estou mencionando, (incompreensível)... “aqui eles têm habitação? Tem habitação fornecida pelo empregador?” Porque, se não tiver, também não fecham negócio. Ou seja, eles levam muito a sério aquilo que a Constituição brasileira estabelece.

E, finalmente, abre-se um capítulo sobre a ordem social – um título, melhor dizendo, sobre a ordem social – cujo artigo 193, que abre o título, diz: “A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e justiça sociais”. Eu só dei esse exemplo baseado no direito positivo para não ficar apenas na teoria. A teoria, que antes eu mencionei um breve histórico, foi apenas para revelar os vários estágios do Estado no mundo, desde o momento em que não havia Estado, que não havia organização, até o momento em que houve uma organização absolutista. Depois, como negação, como combate a essa organização absolutista, a ideia do Estado liberal que, naquele momento foi muito saudado, e saudado durante muito tempo, com muita razão, o que foi uma evolução extraordinária. E, finalmente, em um processo natural, o caminho do Estado liberal para o Estado Social de Direito, que hoje, no nosso país – eu li esses dispositivos, como poderia ler o capítulo dos direitos individuais, por exemplo, que tem setenta e tantos parágrafos – o Estado Democrático de Direito, que amalgamou os conceitos do Estado liberal com o Estado Social.

Então, quando se fala dos desafios do Estado Social no nosso país, eu acho que eles ainda são grandes. É claro, quando se diz “olha, nós temos aqui 30 milhões de pessoas que saíram da classe da extrema pobreza e foram para a classe média”. Baixa ainda, mas classe média, mas ainda nós sabemos – aqui eu falo mais até como governante, não é? – nós temos 16 milhões na mais extrema pobreza. Nós temos que trabalhar para levá-los à classe média – não com um sentido caritativo, não é essa a ideia – é por uma determinação constitucional. A Constituição, ela tem essas diretrizes, tem esses comandos que nós, que somos servos da Constituição – assim deve ser – nós somos escravos da Constituição, nós devemos levar adiante, não é?

Então, nós estamos em um caminho, na questão da Educação, por exemplo, com a criação... ainda há pouco tempo nós criamos mais 48 escolas técnicas, além das 187 já existentes. Porque, ao longo do tempo, no Brasil, se prestigiou muito o ensino superior, mas deixou-se um pouco de lado o ensino intermediário, que é o ensino técnico e importantíssimo, porque hoje... só para vocês terem ideia, há pouco tempo eu recebi uma comissão de membros do Parlamento europeu que vieram pedir uma espécie de um acordo, de um convênio pelo qual os europeus, nessa área técnica... na área de Engenharia, por exemplo, hoje há uma falta de engenheiros no país, em face do crescimento da indústria naval, da indústria... da Engenharia Civil, das obras civis, das obras elétricas... eles vinham pedir uma tentativa de protocolo, que depois fosse aprovado pelo Congresso, pelo qual os técnicos estrangeiros dessa natureza pudessem ser contratados pelo Brasil, independentemente de outras burocracias e outros embaraços. Então vejam como é visto o Brasil hoje lá fora.

Então, esses conceitos todos, eu digo aos senhores e senhoras, nascem da ideia do Estado Social de Direito – hoje rotulado de Estado Democrático de Direito – os desafios são muitos, mas estão sendo vencidos pouco a pouco.

E, finalmente, eu digo que há hoje, creio eu, uma absoluta coincidência entre o Estado formal e o Estado real, e essa coincidência é que é impeditiva de qualquer crise institucional, porque, queiramos ou não, com críticas ou sem críticas, nós temos um Executivo funcionando, um Legislativo funcionando – (incompreensível) apanhando, muitas vezes – um Judiciário funcionando muito adequadamente, e todos funcionando em grande harmonia. Porque também harmonia, as pessoas falam muito em independência dos Poderes, mas a

Constituição não quer isso, não; a Constituição quer independência e harmonia entre os Poderes. A harmonia também é uma determinação constitucional, porque o Constituinte, ao elaborar, ao criar o Estado brasileiro, ele partiu da ideia de que o poder é uno, indivisível. O poder é um só, o poder emana do povo. E, a partir daí, os órgãos que vão ser criados para o exercício de funções não de funcionar em harmonia. Porque a desarmonia entre eles gera malefícios para o povo brasileiro, e é isso o que não se quer.

Portanto, Gilmar, em brevíssimas palavras, eu agradeço mais uma vez a oportunidade que você me deu, aqui, de fazer um exercício para até recordar certas coisas, e espero que essas recordações sejam úteis para aqueles que nos ouviram.

Muito obrigado.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-abertura-do-xvi-congresso-brasiliense-de-direito-constitucional-brasilia-df\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-do-presidente-da-republica-em-exercicio-michel-temer-na-abertura-do-xvi-congresso-brasiliense-de-direito-constitucional-brasilia-df) (51min36s) do Presidente da República em exercício, Michel Temer

28-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura do termo de pactuação do Plano Brasil sem Miséria com os governadores do Norte

Presidenta Dilma Rousseff anuncia ações de transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar, parceria com supermercados e estímulo à preservação ambiental

Manaus-AM, 28 de setembro de 2011

Queria desejar boa tarde para todos vocês. Sei que a hora já passou, assim, um pouco, do horário do almoço. Mas, aqui, nós vamos fazer, então, um pequeno sacrifício, eu vou falar mais rápido. Mas queria dizer que eu estou muito feliz de estar aqui pela segunda vez, nesta região Norte do Brasil, e no estado do Amazonas.

Pela segunda vez eu venho aqui lançar um programa. Da outra vez eu vim, nós lançamos um Programa que eu considero muito importante, que foi o Combate ao Câncer de Colo de Útero e de Mama. E hoje nós estamos aqui lançando o Programa Brasil sem Miséria na região Norte, junto com os grandes parceiros deste Programa.

E, aí, eu queria agradecer primeiro ao governador do Amazonas, Omar Aziz, por nos receber aqui, hoje, neste dia.

Queria agradecer também aos governadores do Pará, governador Simão Jatene; governador do Acre, Tião Viana; governador de Rondônia, Confúcio Moura; governador de Tocantins, Siqueira Campos; governador do Amapá, Camilo Capiberibe; e o governador, grande parceiro também, de Roraima, Anchieta Júnior. Eu agradeço a cada governador, porque este Programa, ele só é viável com a parceria com os governadores.

E, também, eu vou mudar a ordem dos cumprimentos e cumprimentar, aqui, o prefeito Amazonino Mendes. Ao cumprimentar o prefeito Amazonino Mendes, eu cumprimentos todos os prefeitos aqui presentes. Porque este Programa é isso: é uma parceria entre o governo federal, os governos dos sete estados e de todas as prefeituras. Porque ele só será viável se nós, juntos, acima de diferenças partidárias, acima de qualquer outra consideração, tivermos as nossas cabeças, os nossos sentimentos, e todo o nosso esforço e o peso dos nossos governos voltados para resolver esse problema grave do nosso país que é a existência de uma população ainda extremamente pobre.

Então, eu agradeço aos senhores governadores e aos senhores prefeitos por este momento especial, que mostra que o nosso país... De fato, nós podemos ter muitos problemas e ainda temos muitos problemas. Mas esta reunião aqui mostra o nosso empenho, a nossa determinação incansável de resolver esses problemas.

E, aí, eu não posso deixar de cumprimentar os senhores senadores. Eu queria cumprimentar dois senadores aqui presentes: senador Eduardo Braga, que foi parceiro durante o governo

do presidente Lula, e com quem eu tive o prazer de estabelecer uma parceria muito rica em várias áreas, na área do saneamento, e queria até lembrar como foi importante, na área do saneamento, nós resolvermos ou encaminharmos a resolução de uma questão que, quando eu tive conhecimento dela, muito me surpreendeu, que era o fato de que Manaus, rodeada de águas por todos os lados – apesar de não ser uma ilha, mas com a maior concentração de água doce do planeta – tinha um grave problema de abastecimento de água.

Então, eu queria dizer... eu sei que estão em curso as obras para resolver essa questão, como também outras parcerias do Minha Casa, Minha Vida, e que agora eu tenho, no governador Omar Aziz, um grande parceiro.

Queria cumprimentar os ministros que hoje me acompanham nesta viagem aqui ao lançamento da região Norte [do Plano Brasil sem Miséria para a região Norte] e no Amazonas: ministra de Estado Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente; o ministro Afonso Florence, do Desenvolvimento Agrário; e a ministra da Comunicação Social, Helena Chagas.

Cumprimento também o vice-governador do Amazonas, José Melo,

Cumprimento o presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado Ricardo Nicolau, e, ao cumprimentá-lo, saúdo todos os deputados estaduais aqui presentes,

Queria cumprimentar a nossa primeira-dama, a senhora Nejmi Aziz, em nome de quem cumprimento as primeiras-damas aqui presentes e saúdo todas as mulheres aqui do Amazonas e da região Norte,

Cumprimento também o desembargador João de Jesus Abdala Simões, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,

Queria dirigir um cumprimento especial à senhora Janaína Tereza Lessa, representante do programa Pronatec Mulher,

Ao senhor Nelson Martins da Silva, presidente da Associação da Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçu [Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu].

Queria cumprimentar também a senhora Joaquina Magalhães Nascimento, representante das famílias extrativistas aqui presentes,

Então, eu cumprimento todos os integrantes das reservas extrativistas presentes e também saúdo essa população importante para a construção do nosso país e para a preservação das nossas riquezas.

Cumprimento os parceiros do Brasil sem Miséria, porque o Brasil sem Miséria tem uma característica: ele é feito em cima de parcerias, e aí, as parcerias não são só entre nós que somos agentes públicos. São também feitas com o setor privado e com essa presença efetiva do Brasil que produz e do Brasil que permite a distribuição de produtos.

Por isso, cumprimento o Fernando Yamada, presidente da Associação de Supermercados [Associação Paraense de Supermercados]

O Oséias Martins da Silva, presidente da Cooperativa Agroindustrial de Produtores Rurais,

O Otacílio Jorge, presidente da Cooperativa dos Fornecedores de Aves de Brasília [Cooperativa dos Produtores de Aves do Alto Acre],

O Rodrigo Severiano Pires da Silva, representante da rede de supermercados Araújo,

E cumprimento todos aqueles aqui presentes que integram esse esforço pela erradicação da miséria em nosso país.

Vocês sabem... eu, na semana passada, eu estive em Nova York representando o Brasil, que sempre abre a Assembleia Geral da ONU. Eu abri o Debate Geral da Assembleia, a 66ª Assembleia, e fui a primeira mulher a falar em uma Assembleia Geral da ONU.

Naquela ocasião, o meu orgulho foi duplo: orgulho pelo Brasil e orgulho pelas mulheres. Naquele momento... eu vou comentar com vocês um aspecto do que estava acontecendo naquele momento, que era o fato de que o mundo está preocupado com a crise, principalmente nos países mais ricos – na União Europeia e nos Estados Unidos. E é uma crise que arrasta uma parte expressiva dos países ricos e que tem uma característica, que eu queria contar para vocês, que é muito perversa, que é o fato que é uma crise que desemprega milhões de homens e mulheres no mundo. Só na Europa, 44 milhões de pessoas estão desempregadas, e nos Estados Unidos, se você contar somente as pessoas completamente sem emprego, sem incluir aquelas que têm subemprego, você chega a 14 milhões de pessoas. O Brasil vive um momento diferente disso. Nós estamos em um momento em que a nossa taxa de desemprego atingiu o menor nível, nós temos o menor desemprego... taxa de desemprego da nossa história.

E isso é importante no país. Foram várias iniciativas que levaram as pessoas a saírem de uma situação de miséria e pobreza extrema e chegarem à condição de classe média nos anos recentes. Os 40 milhões, que são quase uma Argentina – a Argentina tem um pouco mais, tem 41 milhões de habitantes – nesses anos, durante o período do governo do presidente Lula e agora, nesses nove meses do meu governo, em que milhões de brasileiros sairão da pobreza, nós tivemos vários programas se combinando para isso ocorrer: o Bolsa Família – que nós hoje aqui estamos ampliando, porque agora o nosso compromisso não é só com aquelas pessoas que a gente já sabe, mas o nosso compromisso é de correr atrás, para saber quem vive no nosso país, e aqui na região Norte, em extrema pobreza; toda a questão relativa ao emprego também foi muito importante; o acesso ao crédito.

E agora nós estamos dando um passo além: nós estamos melhorando, com os senhores governadores e os senhores prefeitos, todas as nossas políticas. Porque tem uma coisa que nos distingue, e faz com que nós sejamos respeitados no mundo: nós somos um dos países que faz uma das políticas de distribuição de renda mais efetivas no mundo. Não só entre os países emergentes – a China, a Rússia e a Índia – mas também, quando você vê a situação de concentração de renda em países ricos.

Portanto, nós estamos no caminho certo. E o melhor do nosso caminho é que o programa Brasil sem Miséria, ele é também um programa de combate à crise. Por quê? Porque a nossa maior riqueza – e olha que nós somos ricos, não é? Nós temos petróleo, nós temos minério, nós temos a maior floresta do mundo, que está aqui na Amazônia, a maior reserva de água doce do mundo, a maior biodiversidade, nós temos uma agricultura fantástica e uma indústria também bastante desenvolvida – mas a nossa maior riqueza somos nós mesmos, são os 190 milhões de brasileiros e de brasileiras. E aí, quando nós tiramos da miséria 16 milhões mais, o que nós tiramos da miséria, nós estamos contribuindo não só para os 16 milhões que nós estamos tirando da miséria, mas para cada um dos empresários, dos trabalhadores, dos intelectuais deste país, dos professores, dos médicos, do pessoal da área de saúde, melhorar de vida. Porque quando este país for de 190 milhões de consumidores... É por isso que ele é grande, porque ele tem uma população da dimensão da nossa população, que faz com que nós sejamos capazes de enfrentar qualquer crise, porque nós somos também uma parte substantiva dessa grande defesa, que é o nosso mercado interno.

É isso que faz com que este país quando cresce, quando investe, quando consome, quando faz política social, não seja presa fácil da crise internacional. Nós temos força para enfrentar essa crise. Por quê? Fizemos uma política de distribuição de renda, que melhorou o nosso país. Melhorou não só eticamente, porque tem de ser um compromisso ético deste país fazer com que todo mundo tenha oportunidade, fazer com que todo mundo tenha acesso a serviço de qualidade, mas também é um grande feito econômico. E foi isso que nós mostramos, nós provamos: que crescer significa distribuir renda, e distribuir renda significa crescer.

Este grande mercado brasileiro, ele, hoje, é uma parte importante do fato de nós podermos ficar com a cabeça erguida e encarar todos os países do mundo, porque, além disso, nós temos responsabilidade também com o nosso meio ambiente, nós temos responsabilidade com a Amazônia, nós temos responsabilidade com o desenvolvimento limpo, nós temos, por exemplo, aqui, responsabilidade com a Zona Franca de Manaus.

Eu queria dizer para vocês que tem três coisas muito importantes no Brasil sem Miséria, três coisas importantíssimas no Brasil sem Miséria. Uma delas é que nós vamos procurar esses 16 milhões de brasileiros, e procurar de várias formas. Quando eu digo “procurar”, nós vamos procurar garantindo renda para os extrativistas, através do Bolsa Verde; na busca ativa, ampliando o que recebem as crianças e os adolescentes. Nós ampliamos, recentemente, em 1 milhão e meio as crianças e os jovens que estavam contemplados no Bolsa Família, garantindo renda a eles. E, ao mesmo tempo, buscando incluir produtivamente, buscando dar a eles uma alternativa.

Por isso é importante fomentar o extrativismo, garantindo ao extrativismo uma renda justa. Se alguém consegue melhorar sua renda e obter, como ali no Acre, mais R\$ 1 mil por mês, isso significa que ele tem para onde vender os seus produtos. Daí a importância da política dos supermercados, de compra; daí a importância do PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos extrativistas.

E isso significa também que nós temos de capacitar as pessoas. Nós temos de assegurar, através do Pronatec, que todo mundo tenha acesso à oportunidade de melhorar a sua situação se capacitando.

E quero falar para vocês uma coisa que está no coração do Bolsa Família, que é esse imenso esforço que o governo federal está fazendo, vai continuar fazendo e fará até o último dia do meu governo no sentido de melhorar a qualidade do serviço público prestado para a nossa população, a começar da mais pobre.

Por isso eu saúdo aqui os governadores, que estão com projetos de levar saúde à população através das mais variadas formas, seja através do barco, colocando uma instalação médica dentro de um barco, seja através do uso de consultórios móveis em cima de caminhões. Saúdo, e quero dizer para vocês que esse é um compromisso nosso. Nós vamos melhorar a qualidade do serviço público, tanto na esfera da Saúde como da Educação, assegurando não só acesso, assegurando qualidade do atendimento.

Isso, no caso da questão da Saúde, um dos maiores esforços que combina com a questão do Brasil sem Miséria é a formação de médicos. Nós sabemos a dificuldade de ter médicos nesta região do país, nós sabemos disso. E o que faremos? Há uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde para nós formarmos, até 2014, mais 4,5 mil médicos – aliás, até 2015 – mais 4,5 mil médicos. E, ao mesmo tempo, descentralizarmos essa formação, de tal forma que o médico se forme na região onde ele vai exercer a sua profissão. Caso contrário, geralmente ele se forma só nos grandes centros, e aí ele não vai para o interior nem ver, porque ele não criou os laços e os vínculos, ele – ou ela – não tem namorada, noiva ou marido naquela região, a família não é dali, o compromisso deles é voltar

e procurar uma família, ou onde está a sua família. E isso significa também, senhores governadores, assegurar a formação universitária através da residência para esses médicos nessas regiões. Para isso, faremos parcerias com os melhores hospitais do país, no sentido de garantir a mesma qualidade de residência médica nessas regiões.

Eu queria voltar para o Bolsa Família e dizer para vocês que hoje nós completamos ele na região Norte, com o Bolsa Verde. O Bolsa Verde é, sobretudo, o reconhecimento do governo federal de todas as iniciativas - como disse o Confúcio, o senador Eduardo Braga - é o reconhecimento de que é fundamental um estímulo para que a gente combine duas coisas: a garantia de renda e a preservação ambiental.

O Bolsa Verde, para os povos da floresta, para aqueles que moram em áreas de preservação, o Bolsa Verde significa o reconhecimento do Brasil de que isso é algo fundamental, que vai contribuir para melhorar o nosso modelo de crescimento, e vai beneficiar aquela senhora que mora ali, na reserva extrativista e que terá uma renda que vai permitir que ela possa fazer o manejo florestal, obter uma renda dali, e garantir que ela tenha uma remuneração por preservar a floresta, por garantir árvores em pé.

Eu tenho clareza de que este Programa é um dos mais efetivos, porque compromete as pessoas e faz esse casamento. Eu acho que foi dito aqui por um dos governadores que é o único casamento possível entre a melhoria de renda e a melhoria do meio ambiente. Pessoas com mais renda, pessoas com mais oportunidades serão sempre pessoas mais comprometidas com o mundo em que vivem, com o seu entorno e com a preservação do meio ambiente.

Queria também dizer que eu tenho um compromisso e esse compromisso se estende ao meu Ministro do Desenvolvimento Agrário, que é a regularização de terras aqui na região Norte do país. A ministra Tereza Campelo, do Desenvolvimento Social e o Ministro do Desenvolvimento Agrário terão esse instrumento da regularização fundiária como um instrumento que não só contempla, obviamente, todos os pequenos, médios e grandes empresários, produtores, mas focado, sobretudo, na garantia de propriedade para os pequenos proprietários dos assentamentos.

Eu agradeço a atenção de todos, e tenho certeza de que vou voltar aqui, nesta região, aí não mais por uma atividade coletiva e regional, mas para participar, aqui, do aniversário de Manaus.

Agradeço a todos.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-do-termo-de-pactuacao-do-plano-brasil-sem-miseria-com-os-governadores-do-norte-manaus-am-25min36s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-do-termo-de-pactuacao-do-plano-brasil-sem-miseria-com-os-governadores-do-norte-manaus-am-25min36s>) (25min35s) da Presidenta Dilma

Salvar

29-09-2011 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de medidas de fomento à indústria nacional de Defesa

Anúncio de medidas de fomento à indústria nacional de defesa

Palácio do Planalto, 29 de setembro de 2011

Boa tarde a todos.

Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,

Deputado presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia,

Senhoras e senhores ministros de Estado aqui presentes: Gleisi Hoffmann, da Casa Civil,

Queria dirigir um cumprimento especial ao ministro Celso Amorim, pelo empenho neste projeto,

Ministro Guido Mantega, da Fazenda, também participou ativamente da construção desse projeto,

Ministra Ana de Hollanda, da Cultura,

Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio [Exterior] que, juntamente com o ministro Mercadante, também se empenhou por esse projeto.

Ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann,

Ministro interino do Planejamento, Valter Correia da Silva,

Luiz Sérgio, ministro da Pesca e Aquicultura,

Ministro José Elito Carvalho Siqueira, do Gabinete de Segurança Institucional,

Ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais,

Senhoras e senhores aqui presentes,

Senhores senadores José Pimentel, líder do governo no Congresso, em nome de quem cumprimento todos os senadores,

Senhora senadora Marta Suplicy, em nome de quem cumprimento todas as senadoras,

Senhores comandantas das Forças Armadas: almirante-de-esquadra Júlio Soares de Moura Neto, comandante da Marinha; general de Exército Enzo Martins Peri, comandante do Exército; tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito, comandante da Aeronáutica; general de Exército José Carlos De Nardi, chefe do Estado [Maior] Conjunto das Forças Armadas,

Senhores oficiais gerais aqui presentes,

Deputado Cândido Vaccarezza, líder do governo na Câmara,

Deputados federais aqui presentes,

Deputadas federais aqui presentes,

Senhor vice-governador de Goiás, José Eliton,

Senhor Orlando José Ferreira Neto, presidente da Abimde, por meio de quem cumprimento todos os integrantes da área de Defesa,

Senhor Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria, por meio de quem cumprimento todos os empresários aqui presentes,

Senhoras e senhores profissionais de imprensa,

Senhoras e senhores,

Essa medida provisória que eu acabo de assinar, ela, como os dois que discursaram antes de mim – o ministro Celso Amorim e o Presidente da Abimde – evidenciaram, ela é um passo importante no Brasil para a consolidação do Plano Estratégico de Defesa Nacional.

A política estratégica em relação à indústria da defesa é um dos pilares desse Plano. Sem ela, sem essa política - em que pesem as demais medidas serem importantes - o Plano não fica de pé. Porque o nosso Plano Estratégico de Defesa Nacional, ele tem de ter um componente de... e ele tem de ter um foco que é avançar na modernização tecnológica de nossas Forças Armadas. E para isso se dar de uma forma estável e de uma forma integrada e virtuosa, é fundamental o fortalecimento da indústria nacional de defesa.

Difícilmente, os países que desenvolveram suas indústrias de defesa tiveram presenças no cenário internacional como a que nós teremos, e, ao mesmo tempo, nós somos um país pacífico. E, portanto, o nosso empenho nessa questão diz respeito mais a uma relação defensiva do que a uma relação ofensiva. Mas uma relação defensiva para ser efetiva, ela tem de estar baseada no avanço tecnológico, tanto no que significa uso, mas é muito oportuno que seja a produção de inovação e de capacidade de produzir conhecimento científico e com repercussão tecnológica.

Por isso, no Brasil, assume importância expressiva esse segmento, porque ele gera inovação, ele incentiva a pesquisa e ele permite à indústria da defesa o controle de um segmento que é muito importante do ponto de vista geopolítico.

Ademais, vamos sempre lembrar: ele incentiva o desenvolvimento de todas as cadeias industriais, ele pode ser... ele tem efeito sobre as outras cadeias industriais de forma muito efetiva. E, também, seja pelo tamanho do nosso território, pela extensão de nossas fronteiras e pelo fato de o nosso país ter sido abençoado com enormes riquezas, nós precisamos dessa indústria, porque ela é estratégica na nossa soberania.

Então, esse círculo virtuoso que a indústria da defesa é capaz de estimular, ele precisa, para se implantar, de um marco regulatório eficiente. E esse novo marco legal que nós hoje estamos apresentando aos brasileiros e às brasileiras, ele combina uma estratégia de compras governamentais que nenhum país do mundo deixou de adotar. Tem alguns países que adotaram ainda antes da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os Estados Unidos, que adotaram, se não me engano, em 1933, com o *Buy American Act*, e a China recentemente, em 2001.

Mas, de qualquer jeito, é muito importante para o Brasil ser muito afirmativo nessa área, que é a área das compras governamentais. E, ao mesmo tempo, numa questão que nós sabemos

que é crucial para que um segmento se expanda, que é a questão das isenções e desonerações tributárias, neste caso presente o IPI e o PIS/Cofins. E a criação de um verdadeiro regime especial tributário para a indústria da defesa. É isso que nós hoje estamos, aqui, enfaticamente lançando, através dessa Medida Provisória.

E, também, como foi destacado pelo representante da Abimde, nós não queremos produzir só para o Brasil. Nós temos clareza que a nossa capacidade de sermos competitivos está baseada no fato de sermos capazes de sermos exportadores. E isso vai ter duplo efeito, este efeito de afirmar a indústria, mas a indústria, mas também o efeito de fazer com que nós tenhamos uma balança comercial mais equilibrada nessa área.

Portanto, o nosso objetivo também é nos colocar diante do mundo sendo capaz de exercer a importância da compra internacional como um elemento também capaz de internalizar tecnologia - não se trata mais de ficar comprando equipamentos sem exigir, como contrapartida, a transferência de tecnologias - e buscar sempre as tecnologias que melhor atendam as nossas demandas estratégicas, buscando transferências tecnológicas que estimulem os diferentes setores da economia e garantindo melhores oportunidades de formação também dos nossos profissionais. Portanto, eu não tenho dúvida de que o poder de compra do Estado brasileiro vai ser capaz de agir como um dos elementos propulsores dessa indústria.

Eu queria dizer que esse projeto, esse conjunto de medidas expressas na Medida Provisória, ele faz parte do Plano Brasil Maior, onde nós estabelecemos que nas compras públicas poderá ser dada preferência, dentro de limites, a bens e serviços nacionais. E essas medidas, elas integram esse Plano, elas são mais uma iniciativa desse Plano, que contempla esse segmento muito importante da nossa indústria, e vai beneficiar tanto as Forças Armadas, quanto o próprio Governo, quanto o Plano Nacional de Banda Larga.

Eu vou dar o exemplo... poderia dar o exemplo – acredito muito importante – do nosso submarino, mas vou dar aqui um exemplo recente, que é o exemplo do novo satélite geoestacionário, que tem essa capacidade de beneficiar tanto a defesa e, portanto, diretamente as nossas Forças Armadas, porque é fundamental que as nossas Forças Armadas tenham um sistema de comunicação próprio, um sistema de comunicação que não dependa de satélites de outros países, mas também, isso é muito importante para o governo, e, sobretudo, para o Plano Nacional de Banda Larga. Então, o satélite estacionário que nós pretendemos que seja um dos elementos fundamentais a ser construído dentro da nossa estratégia de comunicação e que nós pretendemos lançar em 2014, ele vai começar buscando construir as condições para que, quando nós lançarmos em 2019 o segundo satélite, o grau de nacionalização dele seja fundamental.

A experiência na área de transferência de tecnologia me ensinou que nós não conseguimos absorver tecnologia se não tivermos uma empresa privada participando do processo, se não tivermos um instituto ou uma rede de institutos tecnológicos para avaliar a recepção e o governo para dar apoio e dar condições para que isso ocorra. E aí eu acredito que esse projeto do satélite, ele vai contar com todas essas características, no que nos tornará, nos fará estar nessa área à altura do tamanho do nosso próprio país.

Então, utilizar bem os recursos públicos de que nós dispomos é também garantir para o nosso país um salto na direção do desenvolvimento. Eu tenho certeza de que o Brasil, muito em breve, - e, obviamente, graças a muitos dos aqui presentes – eu, mais uma vez, cumprimento toda a indústria da defesa, os nossos empresários privados, mas também cumprimento aqui as Forças Armadas, seus institutos tecnológicos, que vão permitir que nós tenhamos uma poderosa indústria de defesa e vai permitir também que o nosso país esteja à altura desse desafio que hoje nós damos início aqui.

E cumprimento também o ministro da Defesa, Celso Amorim, pelo empenho e por ter persuadido o Guido Mantega de uma forma muito efetiva.

Muito obrigada a todos.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-medidas-de-fomento-a-industria-nacional-de-defesa-brasilia-df-13min46s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-anuncio-de-medidas-de-fomento-a-industria-nacional-de-defesa-brasilia-df-13min46s>) (13min46s) da Presidenta Dilma

Salvar

30-09-2011 - Palestra proferida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, aos participantes do Exame Fórum 2011

Com a participação de, aproximadamente, 400 empresários e executivos, o encontro oferece a oportunidade de troca de perspectivas entre os setores público e privado

São Paulo-SP, 30 de setembro de 2011

Eu queria, primeiro, cumprimentar aqui todos os presentes, dizer que eu estou muito feliz de estar aqui hoje, conversando com vocês.

E vou cumprimentar e agradecer o convite do Giancarlo Civita, vice-presidente do Conselho da Abrilpar. Desejar o mais rápido retorno do Roberto Civita para o nosso país.

Cumprimentar também o Fábio Barbosa, presidente executivo do Grupo Abril, com quem eu tive o prazer de compartilhar o Conselho da Petrobras, nos últimos oito anos,

Cumprimentar também o ministro da Educação, Fernando Haddad; o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; a ministra Helena Chagas,

Querida cumprimentar também um querido amigo e companheiro, Luiz Fernando Furlan, que também compartilhou comigo o governo do presidente Lula e de quem eu me julgo amiga,

Querida cumprimentar a todos os presentes na minha mesa: O nosso grande empresário Jorge Gerdau, que hoje contribui para construir a maior competitividade e eficiência do sistema governamental. E agradecer os esforços, a dedicação e, sobretudo, o espírito público da pessoa que se aproximou de nós de uma forma absolutamente generosa e tem contribuído para que o nosso país avance, principalmente o setor público.

Cumprimento também o Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, que tem sido sistematicamente parceiro do governo nas boas causas. Agradeço todo o empenho do Bradesco em contribuir para esse programa de aumento da competitividade e de oportunidades para milhares de brasileiros, o programa Brasil sem Fronteiras.

Cumprimento também o Edson Bueno, da Amil, que, nos últimos tempos também tem sido, a partir do momento que eu tenho conhecido... travado conhecimento com ele, tem sido também um grande parceiro do meu governo.

Querida cumprimentar também a professora Maria Helena Guimarães de Castro, membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, da Unicamp. E agradecer à Maria Helena Guimarães de Castro, o fato de que eu, ela e a ministra Helena somos as três mulheres da nossa mesa. Nós estamos aumentando, um dia a gente chega lá.

Querida agradecer também a presença das senhoras e senhores representantes dos setores empresarial e financeiro.

Cumprimentar as senhoras e os senhores da imprensa aqui presentes – jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos,

Queria cumprimentar todos os participantes do Exame Fórum 2011.

Neste momento, eu parablenizo a Revista Exame pela sua milésima edição. É muito importante para o nosso país que uma publicação financeira chegue às bancas no mês de setembro e tenha esse número para comemorar – a milésima edição. Essa é uma marca que somente publicações importantes têm. Por isso, meus parabéns (falha no áudio) Jean Carlos, (falha no áudio) Exame, por reunir nessa feliz iniciativa, lideranças representativas do empresariado brasileiro para dialogar sobre o presente e o futuro do Brasil.

Eu guardo muito boas lembranças quando eu estive aqui no ano passado para debater o tema: “Brasil, a construção da 5ª maior economia do mundo”. Acredito que nós todos temos o compromisso, sistematicamente, de fazer reflexões sobre a nossa economia, sobre o nosso futuro, sobre os nossos caminhos.

Naquela ocasião, eu disse que nós precisávamos mobilizar corações e mentes de toda a cidadania brasileira para construir mais do que um projeto econômico ou político, mas um projeto de nação. Eu disse também que as prioridades para o Brasil deveriam ser o investimento (falha no áudio) a manutenção de algo que se constitui (falha no áudio) forças do nosso país, que é a mobilidade social. E a continuidade do crescimento sustentado, baseado em (falha no áudio) entre nós que foi o nos aconteceu nas décadas de 1980 e 1990, de algo que se chamou, por várias (falha no áudio) de décadas perdidas.

Eu acredito que, de certo ponto de vista, eles têm toda razão, mas as décadas não foram perdidas porque eu acho que criou, em cada um de nós, o compromisso disto... de não deixar jamais aquilo se repetir, de aprender com um certo desregramento na condução da política econômica, de aprender com uma concentração de renda muito severa e, sobretudo, de aprender quais caminhos nós não íamos trilhar mais.

Por isso, eu considero que é muito importante que nós, sistematicamente, façamos o debate sobre qual é o nosso projeto de nação, e eu tenho certeza que só existe um projeto de nação capaz de mobilizar o país: aquele construído por cada um de nós, e que cada um... no qual cada um de nós se acredite representado.

Eu disse também, naquele momento, que eu pensava que todos esses compromissos eram muito importantes de serem encaminhados em conjunto. Hoje, depois que eu assumi o governo, eu torno a reiterar para vocês que eu tenho certeza de que nós temos de reforçar esses compromissos com a Educação e a inovação tecnológica, com o fim da pobreza extrema, com a garantia de mobilidade social para este país e com a continuidade do crescimento sustentado e macroeconomicamente equilibrado.

Nós sabemos que encarar esses desafios não é tarefa apenas dos governos. Nós sabemos que a sociedade brasileira, na sua diversidade, na sua complexidade, tem de ter uma presença muito efetiva para que nós possamos trilhar esses caminhos. E, por isso, hoje aqui eu considero que estamos em um momento especial, neste debate democrático, aberto e qualificado.

O tema proposto para o fórum é “A Construção de um Brasil Competitivo”, e identificar e propor as prioridades para tornar nosso Brasil cada vez mais competitivo é uma tarefa estratégica.

Por isso, eu gostaria de levantar, pontualmente, algumas questões com os senhores, para que nós possamos encaminhar uma discussão coletiva. Primeiro, eu queria avaliar a importância, para nós do governo, e, acreditamos nós, que também para a sociedade,

quando, em vez de programas pontuais, nós propusemos que devíamos olhar para um horizonte de planejamento e definir um Programa de Aceleração do Crescimento baseado no aumento da competitividade, mas, sobretudo também, encarando as graves falhas em investimentos em infraestrutura que o país tinha.

O Programa de Aceleração do Crescimento, ele foi isso. Talvez, durante mais de 20 anos, o Brasil nunca tenha feito um programa que foi sistematicamente avaliado, de quatro em quatro meses, nos últimos cinco anos. As ações do Programa de Aceleração, a partir de 2007, tiveram muitos obstáculos. Nós tínhamos muitos obstáculos porque nós tínhamos parado de investir no Brasil. Mas nós conseguimos superar muitos, e duplicamos os investimentos públicos em infraestrutura, passando de 1,61% do PIB, em 2006, para 3,27%, em 2010. E temos clareza de que precisamos fazer muito mais que isso. E por isso, a nossa previsão é que o Programa de Aceleração do Crescimento 2 vai fazer um investimento da ordem de quase 1 trilhão – 955 bilhões – três quartos dos quais nós devemos fazer – ou dar início – até 2014.

O governo federal, ele está passando por um processo em que é fundamental a busca de eficiência. Nós sabemos, perfeitamente, que nenhum país do mundo deu um salto sem que ele modernizasse as suas estruturas de decisão, que ele modernizasse suas estruturas de investimento e que ele tivesse clareza de como a sua ação se ajustaria na outra metade ou nos outros dois terços, que é o investimento privado.

Daí porque essa busca de eficiência, ela faz parte intrínseca dos programas. Nós sabemos que, como fruto de vários anos sem investimento, houve muitos problemas na máquina pública brasileira. Mas sabemos, também, que nós temos de buscar essa parceria público-privada, porque é a forma de efficientizar, e tornar mais barato o custo dos investimentos. Porque também nós sabemos que a infraestrutura, ela exige uma taxa de retorno que tem de ser uma taxa de retorno e risco. Se nós nos dispusermos a pagar muito pela infraestrutura, o que nós faremos é onerar todos os outros setores econômicos, todos os outros.

Se nós não tivermos essa capacidade de interação público-privada, nós também tornaremos ineficientes um conjunto de investimentos. Por isso, nós temos nos esforçado muito por acompanhar sistematicamente os investimentos do PAC, sistematicamente buscando os melhores preços através das licitações, sistematicamente procurando garantir maior concorrência nessas licitações, e procurando enfrentar todos os problemas que implicam o mau uso dos recursos públicos.

Nós sabemos também que a insuficiência de infraestrutura é um dos maiores custos que o Brasil carrega, o que diminui sua competitividade em relação ao mundo. Por isso, eu quero lembrar a todos aqui presentes que, quando nós propomos a parceria público-privada, nós fazemos porque nós acreditamos que essa forma é a mais correta, porque é a mais produtiva, a mais barata, pela qual nós enfrentamos esse problema, que não é um problema que o Brasil vai superar só em 10 anos. Porque nós ficamos mais de 20 anos sem investir na nossa infraestrutura, ou melhor, até investimos um pouco, mas muito aquém do tamanho que o Brasil precisa e dos investimentos necessários.

Por isso, nós temos certeza de que, se o Estado tem papel decisivo no desenvolvimento do Brasil nessa área, o setor privado deve ser parte responsável pela modernização e ampliação da infraestrutura do nosso país, e assim tem sido.

Alguns grandes problemas nós conseguimos solucionar de uma forma muito satisfatória, e me refiro aqui aos grandes investimentos na área de geração de energia, na área de petróleo, e temos de enfrentar outros. Nós temos de enfrentar investimentos, por exemplo, na área de aeroportos e assegurar não só aeroportos para a Copa ou para as Olimpíadas. É importante

assegurar aeroportos para a Copa e para as Olimpíadas, mas não é, sobretudo para isso, que o governo federal, o setor privado têm de fazer aeroportos. Nós temos de fazer aeroportos para nós mesmos, e para nós, no nosso cotidiano, na nossa atividade sistemática. E temos de fazer isso com horizonte, porque você não pensa estruturas complexas como a logística brasileira sem olhar o futuro. Hoje nós estamos fazendo, em três aeroportos, um planejamento para 2041. É no horizonte de 2041 que nós iremos fazer algumas das concessões de aeroportos. Outras, até 2031, mas temos de pensar a estrutura aeroportuária para o Brasil num horizonte de mais longo prazo.

Além disso, nós temos alguns desafios, nessa área, fundamentais. Nós seremos um dos países grandes produtores de petróleo do pré-sal, e trabalhar o pré-sal significa assegurar algumas coisas que são extremamente desafiantes e desafiadoras. Exemplo: garantir um conteúdo nacional para a nossa indústria. E não é um nacionalismo ultrapassado que nos faz pensar que é importante isso. É o fato de que a história demonstra que, se tem um setor perverso no que se trata do abandono do fornecimento de equipamentos, esse setor é o petróleo. O petróleo tem o poder imenso de deixar os países produzindo só o óleo bruto, não refinando, não fornecendo equipamentos para a sua indústria e empobrecendo o país e seu povo.

Nós, que temos essa bênção de possuir este país rico, e de termos encontrado, no pré-sal, o nosso petróleo, nós temos de ter um compromisso com a garantia de que a nossa indústria se transformará numa indústria naval com componente nacional significativo. Lembro a vocês que nós estamos puxando essa indústria pelos cabelos, como um escritor falou sobre outras coisas, mas nós puxamos, praticamente, a indústria naval pelos cabelos, porque ela tinha desaparecido em 2003. Quando nós chegamos no governo, eu fui encarregada pelo presidente Lula de criar as condições da indústria naval e não tinha indústria naval no Brasil.

E hoje nós estamos lutando para instaurar essa indústria naval, porque ela é crucial, porque este país não pode ser um país produtor só de matérias-primas, ele tem que ser um país industrial. Nós não podemos cair no conto do vigário, no sentido português da palavra, que transforma países em economias desequilibradas ou só terciárias ou só primárias, e sem indústria e sem a busca de tecnologias as mais avançadas.

Por isso, nós temos trabalhado nessa direção. Que a gente tem dificuldades, óbvio que nós temos dificuldades. Agora, pelo menos há uma característica que eu acho, do Brasil, que nós todos amadurecemos. Todos nós sabemos o que nós não podemos fazer outra vez, o que nós não iremos permitir que aconteça outra vez, porque nós tivemos décadas perdidas de crescimento.

Temos trabalhado também na questão tributária. No âmbito do Plano Brasil Maior, nós percebemos que é importante, para os setores econômicos do Brasil, uma redução do nível de tributação. E, aí, prorrogamos, no Plano Brasil Maior, até dezembro de 2012, a desoneração de IPI para bens de capital, material de construção, caminhões e veículos comerciais leves, como exemplos.

Eu acho importantíssimo, também, a devolução dos créditos de PIS/Cofins da exportação, sobre exportação de bens de capital ocorrer de forma automática. É um avanço do Brasil, no sentido de que o imposto não pode ser usado para outra coisa senão produzir o efeito econômico. E tornar lenta a sua devolução eu não acho que é um método eficiente de tributar.

Nós iniciamos algo que no Brasil não era feito há muito tempo: a desoneração da folha de pagamento. Nós desoneramos, começamos a desoneração da folha de pagamentos e fizemos de uma forma muito responsável. Nós fizemos com cautela, começamos aos poucos.

Consideramos que para alguns setores isso vai ser muito importante, para outros setores pode não ser essa a forma melhor de desoneração. Também considero importante nesta conjuntura, porque temos de ter clareza de que nem sempre nós vamos agir da mesma forma em todas as conjunturas, mas, nesta conjuntura, é fundamental o Reintegro, porque ele vai devolver até 3% do valor exportado dos produtos manufaturados.

Um Programa que eu considero muito importante, tanto do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista do (incompreensível) social brasileiro, é o Supersimples, que nós aprimoramos. As faixas de enquadramento, por exemplo, foram reajustadas em 50% e o limite superior do faturamento passou para R\$ 3,6 milhões. E, agora, com o estímulo à exportação, há um limite adicional de faturamento de mais 3,6 milhões, totalizando 7,2 milhões. No caso do microempreendedor individual, a receita bruta para enquadramento cresceu para R\$ 60 mil por ano, aliada à contribuição ao INSS de 11 para 5% do salário mínimo.

Estamos atuando também no financiamento à atividade produtiva. Sabemos que o acesso a crédito em condições adequadas de custo é determinante, não só para a competitividade das empresas, mas também para a sua própria sobrevivência, sobretudo, em momentos de incerteza econômica.

Por isso, lançamos o crescer. Eu vou dar alguns exemplos do microcrédito produtivo orientado. Está em curso no BNDES, de outro lado, o Programa de Sustentação do Investimento com mais R\$ 75 bilhões para financiar a produção e a aquisição de bens de capital.

Instituímos e agilizamos o financiamento que garantia as exportações e implantamos o Revitaliza II garantindo o financiamento ao investimento, associado ao capital de giro.

Eu não poderia deixar de mencionar aqui a redução, feita pelo Banco Central, da Selic. Graças aos nossos compromissos com a robustez fiscal, inclusive porque aumentamos nossa meta de superávit fiscal, em 2011, em R\$ 10 bilhões. Estamos abrindo espaço para que o Banco Central, diante da crise e, inclusive, da ameaça de deflação e depressão em algumas economias desenvolvidas, possa iniciar um ciclo cauteloso e responsável de redução da taxa básica de juros. É importante, e é muito importante, diante do que nós vemos ocorrer no resto do mundo. E isso significa que o Brasil não pode, desta vez, errar na avaliação do que vai acontecer aqui como repercussão do que está acontecendo lá fora. Não é admissível que se, de fato, se configura uma recessão e um processo deflacionário no resto do mundo, nós aqui estejamos sem levar isso em conta.

Por isso é que eu acredito que, com muita cautela, mas com muita determinação, as políticas macroeconômicas do Brasil têm de avançar no sentido de utilizar todos os instrumentos para nos proteger.

Prezados empresários e empresárias,

Quando se fala em competitividade, a gente costuma relacionar imediatamente essa expressão às empresas. Nós não consideramos que o governo não tenha de dar a sua contribuição. Por isso, eu considero que a Câmara de Competitividade, a câmara que eu chamo de eficiência governamental, que está sendo dirigida pelo doutor Jorge Gerda, ela é fundamental para dar a contribuição do governo a esse processo.

Nós temos consciência de que nenhum país do mundo deu os passos decisivos para se transformar em economia com crescimento, com estabilidade e com características de liderança sem que os seus estados e as suas estruturas estatais fossem reformadas, no sentido de maior competitividade, maior capacidade de apoio ao investimento, maior

capacidade de ação e de defesa dessa economia. Se a gente olhar a história, nós vamos ver isso em várias oportunidades, desde o início da Revolução Industrial, lá na Inglaterra, passando pelas transformações nos Estados Unidos durante a depressão de [19]29. E agora, mais recentemente, vendo as alterações mesmo que nós possamos com os nossos olhos julgar algumas coisas incompletas da China, que adequou seu sistema financeiro de uma forma absolutamente clara aos requisitos de desenvolvimento daquele país.

A mesma coisa o Brasil tem de fazer, e nós estamos fazendo, queremos fazer e eu digo aos senhores que faremos, no caso da melhoria da governabilidade do Brasil, que a governabilidade do Brasil é a capacidade de eficiência da sua máquina. É a capacidade que ela tem de não desperdiçar recursos, de saber onde investir, de ter prontidão na prestação de serviços públicos, porque tem uma decorrência do que aconteceu conosco.

Nós... é fato, nós elevamos 40 milhões de brasileiros à classe média. Tem uma consequência isso. Se até então, uma concentração de renda mais violenta, que os países em desenvolvimento tinham, era possível dividir o país em dois setores - um setor privado que presta serviço para os mais ricos; e um setor público que presta serviços de baixa qualidade para os mais pobres - daqui para frente, não vai poder não, porque, daqui para frente, nós teremos de prestar serviços da mesma qualidade para os brasileiros. Por isso, que nós temos de ter também um governo eficiente. Não é só por questões econômicas, é por questões sociopolíticas. É incompatível com a elevação de consumo, de renda, de educação, de segmentos deste país, uma baixa qualidade dos serviços públicos.

Por isso, eu agradeço muito... eu agradeço muito aos empresários que sobre ali, a liderança generosa do nosso querido Gerdau, dão essa contribuição para o governo. Vocês estão dando uma grande contribuição para o nosso país.

Essa forma cautelosa que o Banco Central - voltando à questão dos juros - está operando, nós esperamos que nós possamos iniciar um ciclo de redução da taxa básica. Obviamente, isso só será possível dadas as condições internas e externas. Nós não somos mais aqueles que fazem a política dizendo assim: "Não, tem que baixar", vai baixar se for possível. E eu acredito que, quanto mais a deflação ameaçar a economia internacional produzindo queda nos preços, quanto mais a situação financeira ficar grave, dessa vez nós vamos aproveitar. Nós vamos aproveitar uma parte, porque nós iremos levar as condições monetárias do nosso país a um nível que a conjuntura internacional permitir.

Quando se fala em competitividade, eu quero dizer que a capacidade de competir, ela começa sempre, também, na área privada, na casa de cada um de nós, nas nossas famílias, sobretudo na qualificação educacional dos nossos jovens, no aprimoramento dos nossos trabalhadores, na preparação do brasileiro para o mercado de trabalho cada vez mais exigente e tecnologicamente sofisticado. É por isso que nós estamos investindo nessa questão estratégica, que é a Educação. Necessariamente, nós temos de investir também na Saúde, na moradia, na Cultura, na inclusão digital, no combate à pobreza. Porque falar em competitividade significa sempre falar em uma sociedade com mais oportunidade para todos.

Por isso, nossos investimentos em Educação começam pelas creches e pré-escolas. Nós vamos construir mais de 6.400 creches e pré-escolas em todo o Brasil. E nós queremos universalizar o ensino pré-escolar de 4 e 5 anos até 2016, até porque essa é uma exigência e um compromisso legal do país.

Nós consideramos também muito importante o esforço na formação profissional dos nossos jovens e dos nossos trabalhadores. Agradeço a cooperação da CNI, da CNC. Agradeço a cooperação de todos aqueles que nos ajudam, empresários, a formatar e a aplicar o Pronatec, o Programa Nacional de Ensino Tecnológico [Programa Nacional de Acesso ao

Ensino Técnico e Emprego], que vai oferecer 8 milhões de vagas no ensino técnico profissionalizante e nos cursos de qualificação. O Pronatec é essa... é um programa que é a própria parceria entre o setor privado e o governo.

Nós estamos dando sequência à interiorização da rede de escolas técnicas e universidades, interiorização essa que começou com o governo do presidente Lula. Até 2014, nós vamos construir 208 escolas técnicas federais de nível médio e universitário. Nos próximos anos, serão criadas mais quatro novas universidades federais, além de 47 novos *campi*, 12 dos quais vinculados às novas universidades. Nós estamos interiorizando, sim, a Educação no Brasil. Não há como equilibrar o desenvolvimento regional sem isso.

Quero também falar de um programa que me orgulha muito, que tem a parceria dos senhores, que é o programa Ciência sem Fronteiras. O Brasil vai oferecer 75 mil bolsas de estudo, com recursos do Estado, do governo federal, para os melhores alunos universitários do nosso país, tanto para curso de graduação como curso de pós-graduação, e doutorado e pós-doutorado. E essas 75 mil bolsas, eu tenho certeza que vão ser completadas com mais 25 mil bolsas. Isso é fundamental para o país e é um passo decisivo para que nós tenhamos uma revolução nessa área.

É importante que nós, com atraso, possamos seguir a trilha de vários países que fizeram isso, no passado. Não há nenhum problema em ter acesso, garantir acesso às melhores universidades do mundo. E isso nós faremos garantindo, também, que esses estudantes, mesmo quando tenham um domínio ainda incompleto da língua, possam, nesses cursos, garantir esse domínio antes de cursar. São áreas importantes como todas as Engenharias, Matemáticas, Química e Ciências Médicas. Enfim, são áreas exatas e áreas humanas, no sentido da ciência. Nós achamos que é nessa área que o Brasil ainda deixa muito a desejar e, por isso, será esse o nosso grande investimento.

Eu queria, finalmente, dizer para vocês que nós temos toda a consciência de que o mundo vive um período de forte turbulência econômica e que, mais uma vez, a questão da crise e da oportunidade se coloca diante de nós. A crise por que passam os países desenvolvidos ameaça todo o mundo. Se mais não for pelo fato de que vai haver uma redução grande da demanda internacional por produtos, vai haver uma redução da renda internacional, vai haver problemas em vários segmentos. Inclusive, a relação financeira do setor real, ela está em um mundo muito desequilibrado.

Nós sabemos que a instabilidade monetária e financeira, ela tem um grande poder de contágio. Nós temos uma situação muito diferenciada, nós temos um setor financeiro sólido, nós temos uma estrutura e uma regulamentação adequada nessa área. Além disso, o Brasil possui reservas muito maiores do que tínhamos em 2008, quando fomos os primeiros a sair da crise de 2008 e os últimos a entrar. Temos US\$ 350 bilhões, hoje, e 420 bilhões de depósitos compulsórios, o que torna o Brasil em uma situação muito diferente dos países desenvolvidos, que já esgotaram todo o seu arsenal orçamentário para combater a crise, despejando centenas e centenas de trilhões de dólares em vários segmentos e, hoje, cada vez mais, tem menos recursos fiscais para colocar e fazer face às suas dificuldades.

Mas nós não achamos que somos uma ilha isolada do mundo e, portanto, que a nós isso não vai, de alguma forma ou de outra, atingir. Nós estamos alerta, porque sabemos que a redução do ritmo de atividade internacional, o aumento do desemprego, a instabilidade monetária e financeira geralmente são acompanhadas por um acirramento do protecionismo internacional. E estamos bem atentos, adotando as medidas necessárias para nos proteger, seja de consequências financeiras, seja de consequências de um tipo de competição bastante desleal. Com coragem e com ousadia, nós vamos atuar de forma defensiva.

Por isso, estamos construindo políticas que garantam a competitividade dos nossos produtos contra tanto políticas cambiais irrealistas quanto como... com medidas protecionistas muito escancaradas.

Daí porque tivemos o cuidado de que nós pudéssemos utilizar a competitividade como um instrumento de desenvolvimento e não voltar às velhas práticas de proteção pela proteção. Nós queremos competir, e nós queremos garantir que a nossa competitividade real não seja manchada por competitividades formais, aliás, por mecanismos informais de redução da nossa competitividade, sejam cambiais, financeiros e de qualquer tipo.

Por isso, nós não vamos, para defender a nossa competitividade, nem achatar salários, nem precarizar o mercado de trabalho ou manipular a taxa de câmbio, mas nós vamos utilizar instrumentos adequados, como: nós vamos dar peso à geração e agregação de valor, dentro do Brasil, e à inovação, dentro do Brasil.

Daí o sentido da nossa política, por exemplo, de IPI dos automóveis. Esse modelo que nós adotamos, ele sempre vai se sustentar bastante na expansão do nosso mercado interno, na ampliação da parte do Brasil que é classe média. Por isso, o combate à pobreza, retirar da pobreza os 16 bilhões [milhões] que, pelos últimos dados, integram a parcela do Brasil extremamente pobre, é algo muito importante para nós.

Sabemos que vamos enfrentar muitos desafios, mas nós podemos garantir a vocês que nós temos os instrumentos para zelar pela estabilidade; temos as políticas para assegurar a ampliação do mercado interno brasileiro, tirando da pobreza milhões de brasileiros; temos os instrumentos para garantir que nós teremos um Brasil competitivo; temos, também, a certeza de que a melhor coisa que pode nos acontecer é o bom funcionamento, o funcionamento correto da nossa economia.

Nós somos fortes – eu quero reiterar isso – para enfrentar os efeitos da crise. Mas, como eu já disse, também, muitas vezes, nós não vamos temer o vale-tudo do processo de competição internacional, nascido no fato de que os mercados financeiros estão completamente fora de controle em vários países, e por isso espalha prejuízos e angústia para a maioria das nações. Sabemos que não somos uma ilha e que temos todos os elementos para, desta vez, ter um país não inatingível, mas em que nós todos construirmos as muralhas necessárias para que os efeitos dessa crise nos atinjam menos.

Eu gostaria de reiterar para vocês que para mim resta dizer que tudo isso não é tarefa apenas do governo. Os setores produtivos, os formadores de opinião, os movimentos sociais organizados, a sociedade civil... todos vão ter um processo imprescindível nessa situação. Não podemos fechar os olhos e achar que a crise, porque nós não temos uma crise aqui, ela não existe lá fora. Temos de estar atentos para tomar as medidas em tempo hábil. Eu não vejo espaço para omissão nessas circunstâncias e, felizmente, pelo que eu posso perceber, até agora são muito, muito, muito localizadas e muito minoritárias as vozes que se levantam quando a gente toma medidas de defesa da economia, da estabilidade, do Emprego, do setor produtivo.

Tenho certeza de que vou poder contar com o engajamento dos empresários e dos trabalhadores na defesa do emprego, do mercado interno e da nossa capacidade de competição internacional. Nós precisamos continuar exportando e produzindo, nós precisamos continuar desenvolvendo o país. E vamos sempre lembrar que crise e oportunidade sempre, no mundo da história internacional, vieram juntos e casados. Essa, eu acho, que é a nossa hora de oportunidade. Não oportunidade para aproveitar do sofrimento de ninguém, mas para construir e nos fazer ocupar o lugar que merecemos.

De minha parte, posso assegurar a todos, que vocês encontrarão o meu governo fazendo o

maior esforço para fazer o que for melhor para o Brasil e para que o Brasil seja um dos países, de fato, que nesse século será o país do futuro e do presente.

Muito obrigada.

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-palestra-aos-participantes-do-exame-forum-2011-sao-paulo-sp-45min11s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-palestra-aos-participantes-do-exame-forum-2011-sao-paulo-sp-45min11s) (45min10s) da Presidenta Dilma

Salvar